FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

INÊS249

ANO 103 ★ Nº 34.304 DOMINGO, 5 DE MARÇO DE 2023 R$ 9,00

País não tem preparo para lidar com a crise climática

O Brasil está atrasado no campo de políticas para minimizar o impacto de eventos climáticos extremos, como a tragédia provocada por chuvas no litoral paulista demonstrou.

A avaliação é de especialistas e do próprio governo federal, que não colocou em prática um plano nacional sobre as mudanças no clima. Ambiente B1

ilustrada ilustríssima

Vale a pena ver de novo

Sucesso de remakes gera debate sobre resgate de novelas em horário nobre C1

MÔNICA BERGAMO

Ameaçada após vídeo de sátira, Lívia La Gatto diz que sua arma é o humor C2

Brasil vira frente da guerra dos chips entre EUA e China

Americanos sinalizam com investimento, e chineses devem oferecer parceria

A guerra dos chips, disputa tecnológica e comercial entre os EUA e a China pela dominância do mercado de semicondutores, chegou ao Brasil. Os americanos sinalizaram várias vezes ao governo Lula querer integrar o país à sua cadeia produtiva.

Chips são o coração da indústria atual. A falta deles durante a pandemia levou à paralisação de fábricas de automóveis, por exemplo, e eles são vitais para setores estratégicos, de telefonia celular à inteligência artificial aplicada para fins militares.

A sugestão americana inclui trazer empresas americanas para produzir no Brasil, amparado em uma nova lei aprovada para reduzir a dependência de países asiáticos —Taiwan e Coreia do Sul são líderes em semicondutores mais avançados.

Desde o ano passado, os EUA dificultam o acesso chinês a chips deste tipo, que Pequim ainda não fabrica.

Os chineses deverão ofertar parceria ao Brasil no campo, por sua vez, na viagem que Lula fará ao país no fim do mês. Mundo A12

Duas semanas após temporais, funcionários da Defesa Civil retiram geladeira e objetos na Vila Sahy, área mais atingida pelas chuvas extremas em São Sebastião (SP) Rubens Cavallari/Folhapress

Paulo Caruso

Bolsonaro diz não ter recebido joias, e PF irá investigar

Jair Bolsonaro afirma que nem ele, nem a ex-primeira-dama Michelle, receberam joias presenteadas pela Arábia Saudita apreendidas pela Receita com comitiva federal em 2021. Seu governo tentou reavê-las, e a Polícia Federal vai investigar o caso. Política A8

ilustrada C6

Morre Paulo Caruso, 73

Um dos maiores cartunistas e chargistas no Brasil, Paulo Caruso, morreu em São Paulo neste sábado (4) em decorrência de complicações no tratamento de um câncer de intestino. Ele tinha 73 anos.

Sob ex-presidente, Receita foi usada de forma política

Até então uma das instituições mais poderosas do Estado brasileiro, a Receita foi pressionada no governo de Jair Bolsonaro a beneficiar aliados, blindar familiares e a sustentar tecnicamente medidas de caráter eleitoreiro do então presidente. Política A6

Antonio Prata

A epopeia do cara que saiu da moita

O sujeito tinha passado mal a noite toda. Foi pro almoço conhecer a sogra quando recebeu o chamado da natureza. Uma fila se formou no lavabo, e ele avistou a janela que dava para o jardim. É nos momentos de sufoco que a mente obra. Cotidiano B4

EDITORIAIS A2

Não é pessoal

Sobre rejeição de Lula à lista tríplice para a PGR.

Colômbia dividida

Acerca de reforma controversa da saúde no país.

Marlene Bergamo/Folhapress

MULHERES COMANDAM PRÉDIOS OCUPADOS EM SP

À frente da Ocupação Mauá, Ivaneti Araújo é uma das mulheres liderando a gestão de prédios invadidos no centro de São Paulo e as negociações com o poder público Cotidiano B2

ENTREVISTA
Nelson Barbosa

BNDES quer o retorno de subsídios para setores

A nova direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social quer o retorno de política de subsídios da instituição para setores da economia e mudar a forma de obter capital e conceder empréstimos. "Estamos tentando construir o BNDES do século 21", diz o seu diretor de Planejamento, Nelson Barbosa. Mercado A17

Empresa busca até governo chinês para investir no trem-bala RJ-SP

Mercado A18

EUA dizem que Brasil ter aceito navios do Irã foi algo lamentável

Mundo A13

ISSN 1414-5723
9 771414 572018 34304

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Não é pessoal

Lula desmerece acerto de suas gestões anteriores ao indicar que não seguirá lista tríplice para a PGR

Luiz Inácio Lula da Silva e o PT renegam, como se sabe, as acusações e condenações que pesam sobre os governos passados do partido —atribuídas a conspiratas da burguesia, de inimigos externos e do aparelho do Estado.

Entre petistas também se fomentou ressentimento contra autoridades indicadas por seus presidentes, notadamente procuradores-gerais da República e ministros do Supremo Tribunal Federal, que foram protagonistas em casos como os do mensalão, do petrolão e do impeachment de Dilma Rousseff.

Em documento divulgado em 2017, o PT relata percepções internas de que um "republicanismo", grafado entre aspas no texto, teria levado a escolhas erradas para a PGR, o STF e a Polícia Federal.

"Na opinião dessas teses, sem aquele tipo de 'republicanismo', a Operação Lava Jato e, antes dela, a Ação Penal 470 [mensalão] não teriam conseguido instalar uma 'justiça de exceção', organizada com o objetivo de destruir o PT e Lula", discorre a resolução partidária.

Por esse raciocínio tortuoso, Lula e Dilma teriam errado ao escolher magistrados e procuradores-gerais que depois atuaram contra seus governos e aliados —isto é, mostraram independência.

De volta ao poder, Lula dá sinais de ter assimilado tal ideia. Em entrevista à Bandnews, defendeu uma possível indicação de seu advogado, Cristiano Zanin, a uma vaga no Supremo e mostrou que não pretende escolher o procurador-geral a partir da lista de três nomes indicados pela corporação.

"Todo mundo compreenderia" a escolha de Zanin, disse o mandatário, louvando os méritos profissionais do, conforme suas palavras, amigo e companheiro. Obviamente, não é de qualificação que se trata, mas do princípio da impessoalidade no serviço público.

Quanto ao uso da lista de três nomes para a PGR, Lula desmerece uma virtude reconhecida de suas gestões, que deram início à prática republicana —sem aspas.

"Já está provado que nem sempre a lista tríplice resolve o problema", pontificou o petista.

Ora, se o método não é garantia infalível de uma atuação virtuosa do procurador-geral, a experiência de Augusto Aras no posto durante o governo Jair Bolsonaro (PL) mostra os riscos muito maiores de uma escolha baseada em critérios de afinidade.

É possível, claro, que Lula venha a fazer sua indicação com zelo e responsabilidade, mas o bom funcionamento das instituições não pode depender de atributos e intenções do governante de turno. Por isso, esta **Folha** defende que o emprego da lista seja obrigatório.

Cumpre também que o Senado, ao qual compete examinar as indicações para PGR e STF, deixe de ser um mero chancelador das preferências do Planalto. Isso dependerá de maior amadurecimento da democracia brasileira, porém.

Colômbia dividida

Esquerdista Gustavo Petro estimula a polarização na tentativa de fazer avançar reforma da saúde

A proposta do novo sistema de saúde do governo da Colômbia tem recebido críticas por parte da população, de especialistas e até de membros do governo.

Na última sexta-feira (27), o presidente Gustavo Petro demitiu seu ministro da Educação, que, ao lado dos titulares das pastas da Fazenda e da Agricultura, produziu um documento contra a reforma, vazado pelo portal Cambio.

A celeuma trata do impacto no Orçamento federal e das Entidades Promotoras de Saúde (EPS), seguradoras que estão na base do sistema de atendimento misto (público e privado) no país.

Atualmente, o cidadão pode escolher uma EPS, que lhe atribui um ponto de atendimento principal e fornece serviços especializados por meio de centros próprios ou subcontratados.

Pela reforma, os colombianos não estarão mais separados por seguradora, mas por território. Cada bairro terá um Centro de Atenção Básica (CAP), no qual o beneficiário deve se afiliar com base em seu local de residência ou de trabalho. O novo modelo terá maior aporte de recursos públicos.

Especialistas elogiam a criação dos CAPs, baseados num modelo de saúde preventiva, mas têm preocupações quanto à extinção das EPS, já que o sistema não é de todo deficitário. Seria temerário, afirmam, reformar sem aproveitar o que já existe, ainda mais considerando-se os gastos necessários.

Segundo o Ministério da Fazenda, a reforma custará cerca de US$ 1,86 bilhão em 2024, e pode chegar a US$ 2,64 bilhões em 2033. Daí a segunda crítica: o risco de criar um rombo nas contas públicas.

De certa forma, a Colômbia vive situação similar a do Brasil, com uma disputa discursiva entre responsabilidade fiscal e social.

Tanto lá como aqui, críticos apontam que essa é uma falsa dicotomia, já que o trato responsável do Orçamento é fundamento de uma economia saudável, com menos inflação e mais emprego, que beneficia sobretudo os mais pobres.

O esquerdista Petro tem estimulado atos populares a favor de sua proposta —em consequência, os opositores também se manifestam.

O comportamento do mandatário colombiano estimula a polarização ideológica, que não contribui para o debate público capaz de gerar esclarecimento sobre a reforma —o modo mais sensato de promover políticas públicas.

Bundas

Hélio Schwartsman

São nossas bundas que nos fazem humanos. A afirmação pode causar certa surpresa, mas, desde que devidamente contextualizada, faz todo o sentido. Não há entre os mamíferos nenhum outro animal com músculos tão desenvolvidos nessa região, e o propósito disso é relativamente claro. O "gluteus maximus" é o principal responsável pela extensão do quadril, que é o que nos permite correr por horas a fio, ainda que a velocidades relativamente baixas. E essa habilidade foi fundamental para que o homem conseguisse as calorias necessárias para desenvolver um cérebro grande, seja caçando bichos que se cansam mais rápido seja competindo por carniça.

Essa e outras ideias sobre bundas são a matéria-prima de "Butts – A Backstory", de Heather Radke. O livro procura traçar uma história cultural dos traseiros. Gostei bastante dos primeiros capítulos, que abordam a ciência glútea. Os outros, que se centram em temas como moda, dietas, exercícios, cultura pop e celebridades, são decerto interessantes, mas devo confessar que, como não estão entre meus assuntos favoritos, eu, por ignorância, devo ter perdido referências importantes.

Pior, mesmo quando os nomes me eram familiares, como Jeniffer Lopez e Kim Kardashian, eu não tinha uma imagem mental de suas bundas, o que me forçou a recorrer ao Google em busca de fotos em que mostram seus atributos como se fosse um tarado.

Radke não se limita a contar histórias, como a de Sarah Baartman, a sul-africana da etnia khoe, capturada por colonizadores holandeses no século 18 e obrigada a passar o resto de sua existência exibindo suas volumosas nádegas para plateias europeias, ao lado de anões e mulheres barbadas. O texto da autora é também um texto militante, no sentido de que procura mostrar como bundas femininas frequentemente foram instrumentalizadas e fetichizadas, transmitindo ideias estereotipadas de raça, gênero, inserção social etc.

helio@uol.com.br

Lula desaconselha escolha de Lula

Bruno Boghossian

Ainda no primeiro turno da eleição, Lula aproveitou uma passagem pela bancada do Jornal Nacional para dar uma alfinetada em nomeações feitas pelo rival Jair Bolsonaro. "Eu não quero amigo em nenhuma instituição", disse o petista. "Quero pessoas competentes, pessoas ilibadas, pessoas republicanas e pessoas que pensem no povo brasileiro."

Naquele momento, Lula tentava apresentar um contraste entre as indicações feitas para órgãos de controle em seus primeiros governos e as escolhas de Bolsonaro para a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal. Semanas depois, o petista repetiu a lógica ao falar na TV sobre os critérios de indicações para o Supremo Tribunal Federal.

"Não é prudente, não é democrático um presidente da República querer ter os ministros da Suprema Corte como amigos", disse Lula no debate **Folha**/UOL/Band/TV Cultura do segundo turno da eleição. "Eu acho que a Suprema Corte tem que ser escolhida por competência, por currículo, e não por amizade."

O candidato Lula fez questão de desaconselhar publicamente uma decisão que o presidente Lula parece disposto a tomar no início do mandato. Com a aposentadoria de Ricardo Lewandowski em maio, o petista discute a indicação para o STF de Cristiano Zanin, advogado que o defendeu de acusações de corrupção.

Em entrevista à BandNews, Lula disse que Zanin tem qualificação técnica para ocupar a cadeira. De fato, o advogado tem o aval de personagens respeitados no mundo do direito.

O presidente, porém, teve que reconhecer o teor de sua relação com o advogado. "É meu amigo, é meu companheiro, como outros são meus companheiros. Mas eu nunca indiquei por conta disso e nunca pedi."

Todo governante leva em conta a afinidade de visões sobre a Justiça na hora de escolher um nome para um tribunal. Só um político fraco ou inconsequente indicaria um opositor. Mas o próprio Lula da campanha sabia que a proximidade excessiva com candidatos a esses cargos era mais do que um sinal ruim.

Duplas do barulho

Ruy Castro

Steven Spielberg e John Williams, o cineasta e o compositor, comemoraram outro dia 50 anos de amizade e uma parceria em cerca de 30 filmes desde 1974. Mas não há nada de excepcional nisso. Nos anos 70, quando Spielberg começou a trabalhar, os estúdios já tinham perdido a supremacia e todos os filmes de Hollywood se tornado produções independentes. Como Spielberg é o dono de seus filmes, pode chamar quem quiser para qualquer função. E, para a música, nunca abriu mão de John Williams.

Antes disso eram os estúdios —MGM, Paramount, Warner, 20th Century-Fox, Columbia, Universal— que dominavam Hollywood. Todo mundo que trabalhava no cinema, do mais humilde bagrinho às maiores estrelas, era empregado deles e batia ponto. Um diretor terminava um filme na sexta-feira e começava outro na segunda, com elenco e equipe escalados pelos chefões do estúdio, os únicos a saber se tal ator ou cenógrafo estava disponível. E só em raros casos um diretor podia dizer que queria trabalhar com este ou com aquele.

John Ford fez 14 filmes com John Wayne, mas só porque era John Ford. Michael Curtiz, 11 filmes com Errol Flynn porque idem. E, pelo mesmo motivo, George Cukor, nove com Katharine Hepburn; Anthony Mann, oito com James Stewart; Billy Wilder, sete com Jack Lemmon; Hitchcock, quatro com Cary Grant e também quatro com James Stewart. Eram diretores com regalias especiais no estúdio ou já estavam se tornando meio independentes.

No cinema europeu, por todo mundo ser amador, desempregado ou trabalhar por conta própria, era mais fácil. Federico Fellini teve Ennio Flaiano como roteirista em 10 filmes; Vittorio de Sica, Cesare Zavattini em 14. Jean-Luc Godard teve Raoul Coutard como fotógrafo em 12 filmes; Ingmar Bergman, Sven Nykvist em 18. Todas foram fabulosas parcerias.

Os 134 filmes de Walt Disney com Mickey Mouse não contam. Afinal, um deles era um rato.

Ceder ou não à loucura

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

"Não acho que ele [Tarcísio de Freitas] vai ser um cara dentro da loucura que é o bolsonarismo, mas vai ter que ceder muito a ela." Nesta avaliação de um deputado sobre as tendências de comportamento do governador paulista frente ao governo federal, há sinais relevantes sobre os rumos da política no Brasil. O parlamentar referia-se ao difícil equilíbrio entre moderação e inclinação à direita radical por parte dos governadores que tentam ampliar o diálogo com Lula sem romper com o bolsonarismo.

A frase deixa mais nítida a dificuldade de se equacionar o tabuleiro das posições políticas. É uma encruzilhada: um lado aponta para um governo eleito contra fortes turbulências golpistas, enquanto o outro oscila entre moderados e ultraconservadores, que flertam com golpismo e persistem na defesa do indefensável, desde o genocídio ao garimpo predatório. Tarcísio busca protagonismo na direita, mas começa a ser queimado por bolsonaristas, insatisfeitos com seu pé no patamar civilizado mínimo.

Daí o alerta sobre adesão compulsória à "loucura". Esta é sinônimo corrente de bolsonarismo, pois o fenômeno, de difícil compreensão, guarda um potencial epidêmico externo à política propriamente dita. Vale uma licença poética de Khalil M. Gibran: "Eu me tornei louco. E encontrei tanto liberdade como segurança em minha loucura: a liberdade da solidão e a segurança de não ser compreendido, pois aquele que nos compreende escraviza alguma coisa em nós" (em "O Louco").

Não é a entidade clínica da psicose, mas de loucura oportunista: tanto refúgio como recusa de aceitação de dificuldades objetivas, que podem soar narcisicamente como excessivas. É loucura em que não se vê mundo além de espelho e vitrina.

E nem compromisso humano. Daí a indiferença narcísica dos surfistas em meio à enchente no litoral paulista ou do "empreendedor" do litro de água a 93 reais. Mas sobretudo no fio de ligação entre o ex-mandatário sem empatia com vítimas de tragédias e os moradores do condomínio rico que, insensíveis à contagem dos corpos, agrediam jornalistas, aos gritos de "comunistas". Não é fio isolado, é parte de uma teia que captura e altera a visão interna dos propensos.

Essa afecção é multiforme. Quando a maior preocupação é o menor engajamento de Lula nas redes ou sua oscilação de popularidade, cabe indagar se não há uma demanda implícita de feed da loucura digital, o capim de engorda do bolsonarismo. Sim, as redes são o pasto da manada, um problema real para a encruzilhada decisória. Mas demagogia não é política econômica. Estabilidade e crescimento dependem de não se ceder à loucura e de superar o clima de campanha permanente, insano e improdutivo, instilado por algoritmos.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A narcoecologia do crime na Amazônia

Fragilidade institucional permitiu miríade delituosa

Aiala Colares

Geógrafo e doutor em ciências do desenvolvimento socioambiental (Universidade Federal do Pará), é professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Pará e pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os conflitos de ordem socioambiental na Amazônia vêm ganhando proporções bastante complexas, resultado da aproximação de atividades capitalistas enraizadas na região com movimentos econômicos que giram em torno de uma rede criminosa e suas múltiplas ramificações.

Tal afirmação deve ser analisada com cautela para que possamos ter um entendimento correto acerca da dinâmica dos conflitos "recentes" que a região enfrenta. As indagações aqui destacadas partem das investigações empíricas que realizei durante trabalhos de campo pela Amazônia. Destacam-se três fatores que explicam tal complexidade.

O primeiro se refere à institucionalidade daquilo que vou definir como "economia da morte", ou seja, o Estado instituiu e incentivou a intensificação de modelos econômicos predatórios sobre a natureza que atingiram violentamente territórios dos povos tradicionais, elevando índices de desmatamento e queimadas, causando perdas irreparáveis à floresta —nesse sentido, terra e floresta vistos como fonte de recursos a serem explorados para a acumulação do capital (acumulação por espoliação).

O segundo fator se deu com a criação de zonas de sacrifício nas áreas de expansão da fronteira econômica do minério, onde garimpeiros compactuados com o Estado impuseram uma lógica de destruição com elevados níveis de contaminação dos rios por mercúrio e práticas agressivas à natureza com diminuição da biodiversidade, impactando a pesca artesanal e o extrativismo, tão importantes para a sobrevivência dos povos originários —sobretudo no estado de Roraima, onde indígenas yanomamis encontram-se em situação de crise humanitária devido à insegurança alimentar e a doenças potencializadas pelo garimpo ilegal.

Por fim, um terceiro fator é o fortalecimento do crime organizado na Amazônia a partir da relação entre narcotráfico e crimes ambientais. Chamaria esse processo de narcoecologia. Só para enfatizar, a ecologia é o estudo das relações entre os seres vivos entre si e com o meio em que vivem. O que chamo de narcoecologia é a relação entre o narcotráfico e as atividades relacionadas ao contrabando de madeiras retiradas ilegalmente, à extração de ouro em terras indígenas e ao contrabando de manganês e cassiterita, bem como à pesca ilegal e à biopirataria.

A fragilidade institucional no governo Bolsonaro tornou possível o narcotráfico penetrar facilmente nas estruturas sociais, políticas e econômicas da Amazônia, pois a região é o principal corredor de escoamento da cocaína peruana e do skunk colombiano (tipo de maconha mais potente), que atravessam as fronteiras em direção ao território brasileiro com vistas a atender, além do nosso mercado, a Europa e a África. Além disso, a desestruturação e o engessamento de Incra, Ibama, ICMBio e Funai tiveram como objetivo dificultar as fiscalizações e operações de combate aos crimes ambientais, fortalecendo organizações criminosas que perceberam as vantagens econômicas que poderiam resultar da conexão entre tráfico de drogas e crimes ambientais.

Isso fortaleceu o crime organizado, e seu avanço se deu em direção às terras indígenas em Roraima, por exemplo, onde em 2018 o Primeiro Comando da Capital (PCC) por lá se instala, encontrando nas áreas de garimpo um lugar de refúgio para fugitivos do sistema prisional. A fronteira econômica do garimpo abriu núcleos de extração de ouro ao longo dos rios Uraricoera, Parima, Mucajaí e Couto Magalhães.

A política de morte que atinge os yanomamis e outros povos da floresta foi potencializada pelo crime organizado, tendo o PCC como principal facção que controla extração de ouro, casas de prostituição, venda de combustível e até pistas de pouso construídas clandestinamente. Tudo isso com sangue yanomami e com discursos que partiram de Jair Bolsonaro em defender a legalização do garimpo, ao mesmo tempo que negligenciou o debate sobre crise ambiental e demarcação de terras, colocando os povos da floresta em uma condição vulnerável para as ações do crime organizado.

Martin Kovensky

Onde estão os negros no novo governo?

Até agora são raros os cargos com poder decisório

Paulo Fernando S. Pereira

Procurador federal na Advocacia-Geral da União (AGU), é doutor em direito (UnB) com pós-doutorado na PUC-Rio; é pesquisador de relações raciais

A posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi permeada pela simbologia da diversidade, atributo marcante do povo brasileiro, como registrou Darcy Ribeiro. Tal diversidade, porém, deve ser preocupação para além dos rituais que caracterizam a passagem do poder. Assim, é preciso chamar atenção para a necessidade de prestigiar efetivamente negros nos médios e altos cargos do governo federal, o que vem acontecendo de forma tímida.

Após a instituição das cotas no serviço público, a administração brasileira dispõe de razoável contingente de servidores negros qualificados em todos os seus ramos. Infelizmente, o que se observa pelas nomeações no Diário Oficial é que as escolhas recaem sobretudo em sujeitos que já conhecemos a cor, bastando conferir a alta direção de órgãos de relevo como a Advocacia-Geral da União (AGU). Aos negros, salvo exceções, tem-se oferecido cargos com pouco ou nenhum poder decisório, espécies de quartinhos de empregada burocráticos. E por que isso acontece mesmo diante da reascensão de partido progressista na pauta racial?

A resposta, já dada por Guerreiro Ramos ou Cida Bento, consiste no prestígio narcísico em se enxergar unicamente pessoas próximas aos círculos de classe e raça, invisibilizando os negros racialmente afastados de tais círculos na hora das escolhas para altos e médios cargos. E, aqui, não estamos falando de cargos de políticos, mas de natureza técnica, assessoria e consultoria.

A experiência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao fazer um censo, verificar a existência de racismo institucional e tomar medidas para prestigiar magistrados e servidores negros, bem como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ao instituir cotas para negros, são exemplos significativos.

Ao novo governo, ao tempo em que se elogia o essencial discurso da diversidade, cobra-se o necessário prestígio de negros em sua composição burocrática. Não é crível que negros tenham que fazer prova de competência raramente exigida de brancos. Não é tolerável que negros, não raras vezes, com vasta experiência, mestrado ou doutorado, tenham que ouvir que não estão capacitados para os cargos decisórios do Estado. Isso, além de violento, causa enorme desarticulação das políticas federais em pauta.

Não custa lembrar a crítica que sempre se lança a respeito de certas políticas públicas no sentido de que elas são gestadas nos gabinetes, em Brasília, com pouca ou sem correlação com a complexa e diversa realidade do Brasil. Efetivamente, a alta e média administração federal são urbanas, oriundas das classes médias e brancas. De outro lado, tem-se um país periferizado, empobrecido, extremamente criativo e negro.

Os servidores negros, em sua maioria, já conhecem a realidade e necessidades do Brasil. Portanto, seria lógico que o governo estivesse atrás desses talentos, não os renegando ao ostracismo ou exigindo validações desnecessárias em momento singular do Brasil. Assim, a necessária proposta da ministra Anielle Franco (Igualdade Racial), ao propor decreto que reserva 30% dos cargos de alto escalão para negros, é urgente.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Acessos irregulares na Receita

Salve, Bruno Dantas, corretíssimo, que neste governo o TCU consiga trazer mais competência e legalidade à Receita Federal e coloque travas para que o órgão não seja mais usado politicamente, independentemente do partido que está no poder ("Anitta, Huck, Bonner e Bolsonaro foram atingidos por acessos irregulares na Receita", Política, 4/3).
Josefina A Martins (São José dos Campos, SP)

*

Estado e governo usados para vingança pessoal —nada republicano.
Ivan Bastos (Nova Friburgo, RJ)

*

Isso é mais comum do que parece. Ocorre nos Executivos federal, estadual e municipal, porque o governante quer vigiar rivais políticos. E ocorre nas Câmaras, tudo de forma oficiosa, usando agentes, meios e sistemas de informação do estado.
Marcos Antônio (Manaus, AM)

Sucessor de Augusto Aras

Com a lista tríplice, Augusto Aras jamais seria o PGR. Sem a lista, não teriam sido investigadas nenhumas das muitas irregularidades nos governos do PT e do Temer. Para o presidente da vez sempre é melhor nomear quem ele quiser, mas, para o país, é melhor incluir na lei que a escolha seja pela lista tríplice.
Ney Fernando (Curitiba, PR)

Trabalho escravo no RS

Essas vinícolas são riquíssimas, portanto tem dinheiro para pagar justas indenizações ("'Mata os baianos porque acabaram com a gente', diz ter ouvido resgatado no RS", Mercado, 4/3). Depois têm de nos convencer de que ajustaram suas condutas.
Ana Marques (Jundiaí, SP)

*

Não basta carta de desculpas ("Vinícola Aurora pede desculpa e diz estar envergonhada", Mercado). A Justiça deve mirar o bolso das vinícolas!
Márcia Meireles (São Paulo, SP)

Joias da Michelle...

Serão "dividendos" do Mubadala pelo negócio da refinaria Abreu e Lima ("Governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente joias de R$ 16,5 mi para Michelle, diz jornal", Política, 4/3)? Os caras tentaram quatro vezes na carteirada burlar a lei; para piorar colocaram as joias em uma mula ou laranja, como preferir.
Andre Moraes (Rio de Janeiro, RJ)

....cargo de Janja

Importante para a mulher na sociedade que Janja ressignifique o papel de primeira-dama ("Janja terá cargo oficial sem remuneração no governo federal", Política, 4/3). Que chame ONGs, pastores, padres, bispos, para fazerem juntos campanha contra a fome e o feminicídio.
Maria Lúcia Bergami (Lins, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 24.fev a 3.mar - Total de comentários: **15.178**

- **527** Há muita gente boa presa após o 8/1, diz novo presidente da bancada evangélica (Política) **25.fev**
- **331** Comandante disse que vitória de Lula foi indesejada pelo Exército e infelizmente ocorreu (Política) **28.fev**
- **321** Moro tenta se descolar de Bolsonaro e diz que Lula cria condições para crises de corrupção (Política) **1º.mar**

ASSUNTO O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SERÁ POSITIVO OU NEGATIVO, E POR QUÊ?

Até hoje as máquinas da Revolução Industrial causam prejuízos para a natureza e para as pessoas. É preciso evoluir para máquinas que poluam menos a atmosfera, nossos ouvidos e visão, bem como que sejam menos destrutivas para a natureza, mas isso é uma questão de tempo e consciência. A tecnologia, a informática e a robótica ainda estão engatinhando e provavelmente passarão pelos mesmos processos de altos e baixos. Contudo, a longo prazo os benefícios tendem a superar eventuais impactos negativos.
Soraya Sotomaior Justus
(Foz do Iguaçu, PR)

*

O principal impacto negativo da inteligência artificial para o público leigo, na minha visão, é ser chamada de inteligente, o que confunde demais as pessoas. Afinal, o sistema consiste em cálculos complexos estatísticos, basicamente uma calculadora sobre uma enorme base de dados. Ninguém atribui inteligência a calculadoras. Esqueçam o inteligente, tudo é computação.
Cristina Duarte Murta
(Brumadinho, MG)

*

Depende para onde essa inteligência for direcionada. Se continuar no caminho que está, provavelmente as máquinas vão se misturar com a biologia humana, as pessoas vão curar doenças e deficiências substituindo partes do corpo por máquinas até se transformarem em androides conectados entre si pela internet.
Leonardo Henrique Dias Valente
(Paraty, RJ)

*

Negativo. Dada a tendência pelo menor esforço, logo as pessoas cederão lugar para chatbots ao invés de pensar por si mesmas. A médio e longo prazo, teremos uma sociedade de alta tecnologia, desigualdade acentuada e emburrecida pela terceirização do pensamento.
Marcelo Castro Andreo (Londrina, PR)

Será positivo no sentido de acelerar processos, permitir mais rapidez em certas logísticas. No mundo corporativo é inegável o benefício. Mas, ao meu ver, se não for usada com cautela, poderá trazer impacto para a saúde, principalmente a mental. E outra coisa, as inteligências artificiais jamais conseguirão substituir o calor humano de um abraço sincero.
Francielda Queiroz Oliveira
(Belo Horizonte, MG)

*

Se positivo ou negativo, tudo dependerá de como for usado. É como as redes sociais. Se usadas para propagar fake news são negativas, mas se forem usadas para uma campanha de vacinação, são muito positivas.
Marcos Barbosa (Casa Branca, SP)

*

Será positivo pois mostrará os nossos limites e o quanto precisamos cada vez mais de uma educação humanística. Será negativo porque é fabricado e tem como mote o mercado. Não tem ética. A ética virá depois dos problemas que surgirão.
Daniel Bruno dos Santos Ricco
(Dourados, MS)

*

De uma forma mais ampla, vai causar desemprego e contribuir para a concentração da renda. Privacidade vai se tornar, cada vez mais, algo raro. Algum nível de regulamentação será necessário, principalmente nos países em desenvolvimento.
João Vicente Pedrosa Moreira
(Vitória, ES)

*

Eu acho que será positivo, pois iremos aprender também com ela. Eu mesmo tenho aprendido com o ChatGPT, sou radialista e quando estou sem ideias, jogo lá no chatbot e peço uma ajudinha. Com base nas ideias que ele me dá, consigo fazer coisas diferentes em cima daquilo.
Guilherme Custódio (Estiva Gerbi, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Mancha

O governo Lula (PT) pretende fazer uma nova rodada de conversas sobre o acordo pelo desastre de Mariana com os estados envolvidos e deve incluir a Bahia. Fazem parte das tratativas Minas Gerais e Espírito Santo, mais afetados pela tragédia, que deixou 19 mortos em 2015. Estudos mostram que os rejeitos de mineração chegaram a Abrolhos, arquipélago que pertence à Bahia. Participantes das negociações temem que novas demandas atrasem ainda mais o desfecho do acordo.

MINHA TERRA O ministro da Casa Civil, Rui Costa, que vem coordenando as discussões no governo federal, já conduziu uma primeira reunião com os responsáveis pelas áreas envolvidas e propôs novo debate com os governadores, incluindo o da Bahia, estado que governou até o ano passado.

ROBÔ A Procuradoria da República em Minas Gerais abriu inquérito para investigar se o INSS está negando pedidos de aposentadoria com base apenas em um sistema automatizado. A investigação foi aberta a partir da denúncia de um cidadão de rejeição de requerimentos de benefícios supostamente causada por um sistema informatizado que não analisaria o mérito de forma correta.

MEDIANA De acordo com o INSS, cerca de 30% dos pedidos passam pelo sistema informatizado. Em outubro do ano passado, por exemplo, foram 159 mil decisões. O sistema foi implementado com o objetivo de diminuir filas e agilizar as respostas. Procurado, o INSS afirma que a automatização não alterou o percentual de benefício negados.

MASTER CHEF O presidente Lula deve visitar a favela de Heliópolis, em São Paulo, para inaugurar uma escola de gastronomia. A data ainda está sendo definida. A ideia é o lugar oferecer cursos que atendam pessoas inscritas no Cadastro Único, que reúne beneficiários de programas sociais do governo.

AGORA OU NUNCA A bancada feminina articula incluir na pauta da Câmara dos Deputados o projeto que garante a paridade salarial entre os gêneros em março. A ideia é tentar votá-lo como parte das iniciativas do mês da mulher. Se aprovado, o projeto seguirá direto para a sanção do presidente Lula.

AZIA Caciques do União Brasil avaliam que, se fosse analisada hoje, a federação com o PP não teria os 60% de votos necessários na Executiva para ser formalizada. Lideranças do partido têm se articulado contra a união, por entenderem que seria uma estrutura inchada em demasia e que ficaria difícil abrigar mais um partido sem ainda ter digerido de fato a junção do DEM com o PSL, no ano passado.

CHOQUE Um possível entrave é a eleição para presidente do Senado em 2025. Caso a federação se concretize, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), é o preferido para assumir o comando dela. O posto poderia lhe dar destaque e atrapalhar os planos de Davi Alcolumbre (União-AP) de suceder Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no comando da Casa.

FRENTE AMPLA O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, vai homenagear na próxima terça-feira (7) o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por sua atuação em defesa da democracia. A lista de confirmados é eclética: passa pelo ministro da Defesa, José Múcio, e vai até a senadora bolsonarista Damares Alves (Republicanos-DF).

OLHAR O Ministério dos Direitos Humanos incluiu no grupo de trabalho que criou para estudar formas de combater o discurso de ódio o professor da Fundação Getúlio Vargas Salem Nasser. Ele é estudioso da islamofobia e membro da comunidade árabe-muçulmana.

ROTEIRO O ministro das Cidades, Jader Filho, fará uma série de caravanas por periferias de grandes cidades para levantar problemas destas áreas e conversar com movimentos sociais. Nesta segunda (6), o secretário de Periferias, Guilherme Simões, fará uma incursão inicial a Belém.

Três Poderes

VENCEDORES DA SEMANA
O ministro **Fernando Haddad**, que venceu a queda de braço da reoneração dos combustíveis; menção honrosa ao antecessor, **Paulo Guedes**, após o PIB maior que o esperado em 2022

PERDEDORA DA SEMANA
A presidente do PT, **Gleisi Hoffmann**, que pressionou publicamente pela manutenção da isenção dos combustíveis

FIQUE DE OLHO
Semana será decisiva para os ministros **Juscelino Filho** e **Daniela Carneiro**, ameaçados de demissão; servidor da Receita que acessou dados de opositores de Bolsonaro deve ser exonerado

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90		Digital Premium R$ 39,90
EDIÇÃO IMPRESSA	**Venda avulsa** seg. a sáb.	dom.	**Assinatura semestral*** Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Assembleia de SP volta com desafios para base de Tarcísio e velhos acordos

Na eleição da Mesa Diretora, tradicional acerto entre PSDB e PT dá lugar à aliança entre PL e PT, siglas antagônicas na polarização

Carolina Linhares

SÃO PAULO Com o fim do domínio do PSDB na política paulista, a Assembleia Legislativa de São Paulo dará início a nova legislatura no próximo dia 15 seguindo tradições, mas com outros atores e desafios de organização na base governista de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

O antigo acordo dos rivais PSDB-PT para a eleição da Mesa Diretora será protagonizado nesta edição por PL-PT, siglas antagônicas na polarização entre Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT). Isso porque os dois partidos têm as maiores bancadas com 19 e 18 deputados, respectivamente —enquanto o PSDB, com 9, será rebaixado.

No dia 15, quando 54 deputados reeleitos e 40 novos tomarão posse, não deve haver surpresa na eleição da Mesa, já acertada entre os cerca de 70 parlamentares da base e os 19 da federação PT, PC do B e PV.

André do Prado (PL) deve ser eleito presidente, com Teonílio Barba (PT) na 1ª Secretaria e Rogério Nogueira (PSDB) na 2ª Secretaria.

Apenas o PSOL, cuja bancada eleita tem 5 deputados, lançará uma candidatura de oposição com Carlos Giannazi. O partido tem sido crítico da adesão do PT ao governismo na eleição da Mesa —o posto na 1ª Secretaria rende aos petistas cerca de 80 cargos na Casa.

Atualmente, o presidente é Carlão Pignatari (PSDB), com Luiz Fernando (PT) na 1ª Secretaria e Nogueira, que era do DEM, na 2ª Secretaria.

Ao mesmo tempo em que a nova legislatura se moverá no terreno conhecido do acordo da proporcionalidade, que rege a composição da Mesa desde 1995 com algumas exceções, a troca no comando do PSDB para o PL após quase 30 anos reconfigura a política na Alesp.

Por um lado, PL e Republicanos têm a missão de aprender os instrumentos de controle e negociação das pautas, algo já dominado pelos tucanos, enquanto a oposição de esquerda vê uma janela de oportunidade com a bancada numerosa.

Os bolsonaristas, por sua vez, ferrenhos opositores na gestão João Doria, dizem que agora precisam aprender a agir na base, o que inclui moderar discursos inflamados na tribuna.

André do Prado está no terceiro mandato e foi escolhido entre a bancada do PL pelo presidente da sigla, Valdemar da Costa Neto —com o apoio de Tarcísio. Coube ao Republicanos o posto de líder do governo, que é ocupado por Jorge Wilson (Republicanos), deputado considerado do baixo clero.

Nos bastidores, deputados da base expuseram à reportagem reclamações sobre o governo Tarcísio, como falta de relacionamento com a Casa, demora no atendimento de pedidos e não valorização dos políticos, preteridos para cargos nas secretarias.

Eles relatam ainda falta de intimidade com o chefe da Casa Civil, Arthur Lima, que não tem origem na política e foi escolhido por Tarcísio pelo perfil técnico —é advogado com passagem pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras).

Deputados próximos do Palácio dos Bandeirantes e integrantes do governo disseram não saber, por exemplo, qual será a primeira matéria a ser enviada por Tarcísio para votação na Casa e tampouco qual o planejamento para emplacar CPIs que não fustiguem o governador, barrando as de oposição —algo que o PSDB logrou em anos anteriores.

Parlamentares ouvidos pela **Folha** indicam que a privatização da Sabesp deve ser o tema mais sensível da gestão Tarcísio e há temor de que o projeto não seja abraçado totalmente pela base, que será pressionada por eleitores preocupados com aumento na conta de água.

O governo Tarcísio definiu que as articulações com a Assembleia serão feitas após o dia 15, e o trabalho ficará a cargo do secretário de Governo, Gilberto Kassab (PSD). Ele minimiza as reclamações da base, que vê como algo normal.

Para garantir sua eleição, André se comprometeu a manter o espaço do PT na Mesa e vem negociando a chefia das comissões com diversos partidos. A mais importante delas, de Constituição, Justiça e Redação, deve passar do PSDB para o PL —Thiago Auricchio (PL) deve ser o presidente.

O PT pleiteia a comissão de Educação e de Direitos Humanos, que seria presidida por Eduardo Suplicy (PT). A Casa já criou duas novas comissões, de Turismo e de Direitos das Pessoas com Deficiência, para abrigar a frente ampla de André —a segunda deve ficar com a ativista Andréa Werner (PSB), partido que Tarcísio quer atrair para a base.

Como mostrou a **Folha**, o acordo PL-PT depende de que a bancada bolsonarista vote em Barba para a 1ª Secretaria, algo que parte dos deputados está disposta a encarar e parte não, temendo a repercussão ruim com eleitores radicais.

O regimento da Alesp exige a votação nominal para a presidência da Mesa. Mas para os demais cargos, desde que haja apenas um concorrente, é possível realizar a votação simbólica —o que evita o constrangimento do voto público de bolsonaristas no PT.

Por isso, André se empenha para que o PSOL lance apenas Giannazi em vez de uma chapa completa. No PSOL, a avaliação é a de que apenas o cargo da presidência interessa, já que os demais não influenciam na pauta de votações.

Ao longo dos anos, outras tradições além da proporcionalidade se consolidaram na Alesp e agora serão administradas pela base de Tarcísio, como o acerto de que cada um dos 94 deputados tenha um projeto aprovado por semestre.

Na prática, porém, a pauta é dominada por projetos do governo. No fim do ano passado, na tentativa de contemplar os deputados, a Assembleia aprovou de uma vez 79 propostas, mas boa parte já foi ou será vetada por Tarcísio.

Para acelerar projetos do interesse do governo, os tucanos lançaram mão da figura do relator especial, que burla a obstrução da oposição nas comissões, e também pagaram um volume recorde de emendas voluntárias, beneficiando sobretudo parlamentares da base.

Outra peculiaridade da Alesp é a posse dos deputados somente em 15 de março, sendo que a legislatura se inicia em 1º de fevereiro no Congresso Nacional e em outras Assembleias. A posse deste ano, no entanto, será a última nessa data —em 2019, o plenário aprovou a mudança para 1º de fevereiro, que passa a valer em 2027.

O acordo PSDB-PT teve início na gestão de Ricardo Tripoli (PSDB) à frente da Casa em 1995. Ele se uniu ao PT justamente para driblar a maioria do MDB e impedir que a eleição da Mesa seguisse um critério proporcional —os dois partidos foram oposição aos governos emedebistas de até então.

Ao longo dos anos, PSDB e PT fizeram as maiores bancadas e mantiveram o acerto, justificando-o pela proporcionalidade. A aliança foi colocada em prática inclusive em 2018, quando os bolsonaristas do PSL superaram ambas as siglas em número de eleitos, mas decidiram lançar uma candidatura própria à Mesa e terminaram isolados.

Como era e como ficou a Alesp

As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da **Folha**

Fonte: TSE

Raio-x

O QUE FAZ A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- Cria e aprova leis
- Tutela o Orçamento estadual e fiscaliza sua execução, bem como contas e contratos
- Investiga ilícitos, a partir de CPIs
- Escolhe dois terços do Tribunal de Contas do Estado
- Acompanha a execução dos planos do governo estadual

94 é o número de deputados estaduais em SP

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Big techs, big problem

Redes sociais precisam de mais regras, mostram a história e este país dividido

José Henrique Mariante

No meio da pandemia, em 2021, o "surgeon general" dos EUA, Vivek Murthy, que vocaliza as questões de saúde pública do país na esfera federal, alertou que a desinformação estava provocando doenças e mortes desnecessárias e pediu transparência e responsabilidade para as chamadas big techs. Dias depois, segundo relato do jornal The New York Times, Nick Clegg, então vice-presidente de assuntos globais do Facebook, respondeu ao integrante do governo Joe Biden em mensagem privada: "Não é muito bom ser acusado de matar pessoas".

Facebook hoje é Meta, e Clegg, presidente do departamento. O momento agudo da pandemia passou, a doença da desinformação piorou. A despeito do que possa pensar o executivo recrutado no mais alto grau do serviço público britânico, ela continua matando gente e complicando democracias pelo planeta.

*A celeuma em torno de uma nova regulação para as redes sociais campeia na **Folha** desde a conferência da Unesco, há duas semanas, em que o Brasil foi ator importante devido à carta enviada por Luiz Inácio Lula da Silva, o 8 de Janeiro e o uso intensivo, em larga escala, de ferramentas tecnológicas ainda não totalmente testadas. Sim, essa coisa que temos em mãos e revolucionou a nossa existência em diversos aspectos, é um experimento social em curso, sem precedentes, com graves e complexos efeitos adversos.*

O jornalismo pode virar vítima, alerta acertadamente este jornal em editorial. A criação de comitês para arbitrar conteúdos, uma das tantas ideias em debate, pode descambar facilmente em censura. A última coluna de Wilson Gomes aponta para outro complicador, a profusão de atores dentro do governo Lula se metendo na discussão.

Ao mesmo tempo, é imperativo submeter as empresas a mais regramento. Na Suprema Corte americana, o Google se defende da acusação de ter impulsionado vídeos que aliciaram extremistas para os ataques de 2015 em Paris. É processado por um casal, os Gonzales, que perderam a filha na boate Bataclan. Ainda que a transmissão desse tipo de conteúdo possa ser entendida como liberdade de expressão, o algoritmo ter trabalhado para espalhá-la ainda mais e monetizá-la não significa nada?

*Como a **Folha**, há quem veja uma saída na quebra de monopólio e de tamanho das gigantes de tecnologia. Seria uma solução parecida com a dissolução da Standard Oil, em 1911, a maior companhia de seu tempo, desmembrada em dezenas de firmas menores. É detalhe que, meio século depois, sete delas estivessem mandando no mundo, com reflexos até hoje.*

Talvez a analogia mereça ser outra. A indústria automobilística, desde os primeiros modelos, pela natural falta de habilidade de usuários e tecnologia, deixou vítimas na mesma proporção em que aumentava o número de carros nas ruas. A coisa só melhorou com regras de equipamentos e aprimoramento de leis e estrutura de trânsito. Boa parte por exigência da sociedade, que se defendeu via governo ou processos judiciais. Assim foi com o dieselgate, que marca o início do atual período de decadência do setor, sobrepujado justamente pelas empresas de tecnologia. É a vez delas.

Infelizmente

*"Comandante disse que vitória de Lula foi indesejada no Exército e infelizmente ocorreu." O título da **Folha** reproduz textualmente expressões usadas pelo general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva em conversa com subordinados vazada sabe-se lá por quem. "Indesejada" e "infelizmente" também compõem o lide da reportagem.*

O problema, notaram leitores, é que o comandante do Exército não falou apenas isso. Declarou também que o resultado da eleição precisava ser acatado, que as mesmas urnas tinham escolhido governadores e um Congresso conservador, que as Forças constataram que não houve fraude e que, se eles, fardados, vivem em uma bolha de direita, era importante reconhecer que "existe outra bolha, e ela não é pequena". Uma leitora percebeu apelativo o enunciado do jornal, dado que o discurso do militar era uma clara tentativa de acalmar os ânimos.

*Também viu assim o editorial "Uma boa definição de coragem", de O Estado de S.Paulo, publicado na quinta-feira (2). O enunciado faz alusão a outra frase de Tomás Paiva, "coragem é se manter como instituição de Estado", e o texto classifica a explanação como "profundamente democrática". Há também uma estocada em quem tirou as declarações do contexto para "fazer parecer" que havia uma resistência pessoal do militar a Lula. A carapuça cabe na **Folha**, por óbvio.*

Concorrência de lado, o jornal deveria ter sopesado no seu título o lamento do comandante e a importante defesa que ele fez das eleições, deixando a edição da notícia mais informativa e equilibrada. O país já tem confusão suficiente, não precisa de mais uma.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva examina papéis durante cerimônia de anúncio de novos valores para bolsas de estudo e pesquisa, no Palácio do Planalto Pedro Ladeira - 16.fev.23/Folhapress

Listar autoridades em evento vem da ditadura e indica capital político

Decreto que rege a ordem de importância de citados em nominatas oficiais foi editado por Médici em 1972

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Antes de ir direto ao ponto, todo evento oficial é precedido por um potencial catalisador de bocejos. A leitura, muitas vezes em tom monocórdio, das nominatas (lista com as autoridades presentes) podem abocanhar alguns minutos iniciais dessas cerimônias e levantar dúvidas sobre a necessidade de manter uma praxe protocolar regulamentada por um decreto de mais de meio século atrás.

Há, por outro lado, um valor político na formalidade, segundo quem circula em Brasília nas tribunas ou nos bastidores.

"Quando você cita alguém, é sinal de prestígio. Isso tem relevância, é por isso que fazem. É aquele velho ditado: quem não é visto, não é lembrado", diz o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que liderou a bancada evangélica em 2022 e hoje ocupa a 2ª Vice-Presidência da Câmara.

O decreto que aprovou as normas de cerimoniais públicos, que abrange a ordem de importância de autoridades, foi sancionado em 1972 por Emílio Garrastazu Médici, um dos generais que presidiu o Brasil na ditadura militar.

O texto institui uma hierarquia entre os convidados. Cerimonialistas, que são os principais responsáveis pela organização de um evento, ganharam um critério para dispor os presentes nas mesas solenes e nas citações que abrem o discurso oficial. Presidente e vice-presidente encabeçam esse rol, seguidos imediatamente por cardeais — reverência a um Brasil que, à época, era quase que integralmente católico.

A redação estabelece que esses figurões eclesiásticos, "possíveis sucessores do papa, têm situação correspondente à dos príncipes herdeiros". São reconhecidas ali outras dezenas de personagens públicas, do tenente-brigadeiro a membros da ABL (Academia Brasileira de Letras).

"Nominatas têm a função de anúncio, identificação, reconhecimento e destaque. Dessa forma, fica evidente a relevância política delas. Cartões que vierem com quaisquer equívocos podem causar grande desconforto", afirma Ana Tereza Lyra Campos Meirelles, a chefe de cerimonial da Presidência do Senado.

Advogada com título de expert em cerimonial e protocolo pela espanhola Universidade de Oviedo, foi ela quem organizou a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso, no primeiro dia de 2023.

A origem dessa escala de importância é o mesmo decreto que estipula regras até hoje aplicadas para a posse do chefe do Executivo, que não era eleito pela população naqueles tempos, mas imposto pelas Forças Armadas.

Se as eleições indiretas caducaram, perduram até hoje as normas ali colocadas para organizar cerimônias oficiais —bússola para os outros Poderes, Judiciário e Legislativo, e para as esferas estadual e municipal.

"Não observo uma tentativa de modernização", diz Ana Rosa Domingues dos Santos, professora do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. "Até porque, pelas próprias características do cerimonial, as regras tendem a ser um pouco mais voltadas à manutenção das tradições."

> Estou segura de que já ouviu em alguma solenidade, 'fulano representando sicrano', porque o importante é se fazer presente de alguma forma. A ausência dessa lembrança pode gerar muito descontentamento
>
> **Ana Tereza Campos Meirelles**
> chefe de cerimonial no Senado

Uma tradição que pode ser adaptada para servir à diplomacia do poder. Lula, com jogo de cintura político reconhecido até por opositores, é craque nisso.

Quando, em fevereiro, discursou em Maruim (SE), no evento que marcou a retomada de obras na BR-101, o petista saudou até as "companheiras" das autoridades presentes, além de prestigiar um aliado sem cargo oficial, Jackson Barreto, ex-governador de Sergipe.

Na mesma semana, demorou mais de cinco minutos na solenidade de relançamento do Minha Casa, Minha Vida em Santo Amaro (BA) para saudar 14 autoridades —do ministro Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social), "o índio mais famoso do Brasil", à Marli Carrara, "companheira representante da União Nacional por Moradia Popular". Explicou: "Falando com ela, estou cumprimentando todas as pessoas que participam do movimento de moradia pelo Brasil".

O uso da nominata para cafunés políticos não deixa de ser, na avaliação da categoria, uma ferramenta para estreitar alianças. Lembrar, digamos, do presidente do Congresso pode ser apenas uma formalidade como outras tantas, mas um prefeito do interior, por exemplo, talvez saia dali envaidecido, pensando em mil formas de como explorar a citação nominal do presidente da República.

Um tiro que, contudo, pode sair pela culatra. Um ex-cerimonialista que atuou nas bandas fluminenses lembra do dia em que uma autoridade, ao ler a nominata, "esqueceu" de registrar a presença do desafeto local —que deixou o evento antes do fim, esbravejando.

"Tem um quê de princípio da reciprocidade, 'você prestigia meu evento, e eu prestigio sua presença'", diz Meirelles, a cerimonialista do Senado.

"Estou segura de que já ouviu em alguma solenidade, 'fulano representando sicrano', porque o importante é se fazer presente de alguma forma. A ausência dessa lembrança pode gerar muito descontentamento. Já presenciei convidados se retirando do recinto em virtude de não terem sido mencionados."

Premeditados ou não, improvisos acontecem. Mas cada esfera de poder, da universidade ao tribunal, costuma ter seu próprio manual do cerimonialista.

O do Governo do Distrito Federal traz dicas para agilizar um evento. Uma delas é encurtar o tempo gasto aludindo às autoridades que apareceram.

A apostila também sugere generalizar as menções, algo na linha "agradecemos a presença das autoridades militares". O procedimento "evita embaraços e o risco de autoridades importantes não serem citadas".

Receita beneficiou aliados e blindou família de Bolsonaro

Auditores veem desmonte do governo passado no órgão, que foi afetado também com perda de pessoal e cortes

Idiana Tomazelli

Sede da Receita em Brasília Antonio Molina - 4.jan.2023/Folhapress

BRASÍLIA Até então vista como uma das instituições mais poderosas do país, a Receita Federal foi, nos quatro anos de governo de Jair Bolsonaro (PL), submetida às investidas do agora ex-presidente para beneficiar aliados, blindar familiares e dar sustentação técnica a medidas de caráter eleitoreiro.

Alvejado pelo Palácio do Planalto, o órgão também perdeu suas defesas contra o Congresso Nacional e assistiu à concretização da histórica vontade de grupos de interesse de reduzir seu poder de fiscalização e cobrança, beneficiando grandes contribuintes em julgamentos administrativos.

Parte desses mecanismos está sendo revista agora pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), sob resistências de grupos empresariais e do Legislativo.

A constante exaltação dos recordes na arrecadação federal, vocalizada por Bolsonaro e seu então ministro Paulo Guedes (Economia), contrastou com a sensação, entre técnicos do Fisco, de sucateamento e desorganização pela falta de pessoal, orçamento e governança na formalização de processos e tomadas de decisão.

O ato para ampliar a isenção tributária de pastores e lideranças religiosas, editado em agosto de 2022 pelo então secretário especial da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, foi um dos episódios apontados por técnicos e até por pessoas ligadas a postos de comando durante a gestão Bolsonaro como parte de uma lista de ataques ao órgão.

Procurado pela **Folha**, o ex-secretário discorda dessa avaliação e argumenta que as isenções e anistias às entidades religiosas foram instituídas em sucessivas mudanças na legislação ocorridas desde 2000. "As normas de interpretação buscam facilitar a aplicação da lei, o que ajuda na prevenção e redução da litigiosidade, esforço constante em nossa gestão", afirma.

Diz que, como órgão técnico, "composto por um corpo funcional profissional e comprometido, a Receita Federal atua com autonomia".

Em resposta por e-mail, ainda em 2022, a assessoria de imprensa da Receita forneceu dados que evidenciam a queda no número de servidores, o corte no orçamento da instituição e a redução na quantidade de fiscalizações tendo agentes públicos como alvo. O órgão afirmou que "sempre buscou aprimorar seus processos de trabalho". Procurada novamente neste ano, a instituição não quis fazer comentários adicionais.

Por lidar com informações sensíveis de contribuintes, a Receita já foi centro de acusações de interferência política no passado. Na gestão anterior de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, a então ministra da Casa Civil Dilma Rousseff foi acusada pela secretária do órgão Lina Vieira de pedir para aliviar uma investigação envolvendo a família Sarney. Vieira deixou o cargo, e Dilma negou a acusação.

No governo Bolsonaro, as interferências ganharam escala na avaliação dos técnicos, ouvidos pela reportagem sob condição de anonimato.

Um dos poucos episódios em que os servidores conseguiram barrar a pressão foi revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo nesta sexta-feira (3): agentes do órgão apreenderam em Guarulhos (SP) joias de R$ 16,5 milhões que teriam sido presenteadas pelo governo da Arábia Saudita à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e trazidas ilegalmente ao país. Apesar das tentativas, Bolsonaro não conseguiu reaver os itens valiosos.

> Todos os ADIs [Atos Declaratórios Interpretativos] editados decorreram dessa necessidade [de facilitar] a aplicação da lei e não inovaram no ordenamento jurídico
>
> Julio Cesar Vieira Gomes
> ex-secretário da Receita na gestão Bolsonaro, que pôs fim à cobrança de dívida das igrejas

As investidas do governo passado contra a Receita começaram em 2019, quando o então secretário especial do órgão, Marcos Cintra, passou a ser pressionado para "resolver o problema" das igrejas. Entidades comandadas por pastores aliados de Bolsonaro acumulavam dívidas bilionárias, devido a fiscalizações que miravam o pagamento de bônus aos pastores sem o devido recolhimento de tributos.

Além de não ter acatado a ordem do Planalto, Cintra era defensor de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da CPMF, que seria cobrado até sobre dízimo de igreja, como relatou à **Folha** em 2019. A declaração repercutiu mal e contribuiu para a sua demissão meses depois.

A pressão em favor das igrejas continuou sob a gestão de José Barroso Tostes Neto, que assumiu o cargo na sequência. Ele chegou a ser convocado por Bolsonaro para uma reunião sobre o tema no Planalto em abril de 2020.

No encontro, incomum na rotina de um órgão técnico, Tostes ouviu de parlamentares ligados às igrejas acusações de tratamento desigual. Ele defendeu a cobrança e disse que a imunidade tributária das igrejas contemplava impostos, mas não contribuição previdenciária.

Foi na gestão de Tostes que Bolsonaro também passou a pressionar a Receita a cooperar na missão de livrar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), seu filho, de investigação sobre suspeita de rachadinha em seu gabinete quando era deputado estadual pelo Rio.

Flávio protocolou um pedido oficial para que o órgão apurasse eventual ilegalidade no acesso e envio de seus dados fiscais ao Coaf, órgão federal de inteligência que elaborou o relatório que originou as investigações.

A apuração mobilizou cinco servidores durante quatro meses. Nenhuma irregularidade foi encontrada, mas o embate expôs a ingerência no órgão e deixou um rastro de demissões: primeiro, o então corregedor da Receita, José Pereira de Barros Neto; depois, o próprio Tostes, que resistiu a nomear um aliado de Flávio para o comando da Corregedoria.

Entre dezembro de 2021 e o fim do governo passado, a Receita foi comandada por Julio Cesar Vieira Gomes. Seu título de auditor-fiscal conferiu verniz técnico à nomeação, mas nos bastidores era conhecida sua proximidade com Flávio e o ex-presidente.

Após a posse, Gomes nomeou o auditor João José Tafner, simpatizante da família Bolsonaro, para chefiar a Corregedoria —órgão-chave para a defesa de Flávio. Como revelou a **Folha** nesta semana, Tafner, cujo mandato vai até janeiro de 2025, agora acusa Gomes de tê-lo pressionado a absolver um servidor que, enquanto chefe da inteligência do órgão, acessou de forma imotivada dados fiscais sigilosos de desafetos de Bolsonaro. O ex-secretário nega.

Gomes também foi quem executou o comando do Planalto para pôr fim à cobrança das dívidas das igrejas. Na avaliação de técnicos ouvidos pela reportagem, o teor do documento sepultou de vez as interpretações dos auditores que ainda respaldavam a continuidade das cobranças.

"Todos os ADIs [Atos Declaratórios Interpretativos] editados decorreram dessa necessidade [de facilitar a] aplicação da lei e não inovaram no ordenamento jurídico", diz o ex-secretário.

Uma das pessoas ouvidas de forma reservada afirma que a Receita foi "amansada" no governo Bolsonaro, com perseguições a quem contrariasse os interesses políticos do ex-presidente e seus aliados.

O número de fiscalizações tendo como alvo agentes públicos (incluindo políticos, juízes, ministros e militares) caiu de 378 em 2019 para 213 em 2021 — queda de 43%. Em 2014, no auge da Lava Jato, essas apurações chegaram ao pico de 728. Nos períodos seguintes, se mantiveram numa média de 395 ao ano.

Segundo a Receita, o processo de trabalho do grupo especial que cuida da fiscalização de agentes públicos passou por "reformulação interna", deflagrada "em razão de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal)".

No início de 2019, o STF suspendeu uma investigação fiscal contra 133 contribuintes, após a divulgação de que o ministro Gilmar Mendes e sua esposa, a advogada Guiomar Feitosa Mendes, estavam entre os alvos. O magistrado acusou o órgão de "abuso de poder". Já a Receita disse à época que a apuração era preliminar. Depois, o Fisco argumentou que a decisão judicial "não impactou os resultados alcançados na fiscalização desse segmento".

A interlocução dos quadros técnicos com o comando do órgão também se deteriorou no governo Bolsonaro, na avaliação de pessoas consultadas pela reportagem. Cintra enfrentou resistências por vir de fora, mas era avaliado um "bom ouvinte" das ponderações técnicas.

Na gestão de Tostes, os atritos aumentaram. Ele foi alvo de uma "moção de desconfiança" aprovada pela categoria. Sob Gomes, a insatisfação era crescente com determinações que chegavam prontas.

Além disso, uma auditoria na Controladoria-Geral da União detectou que o Fisco não documentou como deveria os passos percorridos na elaboração de medidas. Isso fragiliza a transparência ao dificultar a identificação de quem tomou determinada decisão.

Técnicos reconhecem que o problema não é exclusivo do governo Bolsonaro, mas cresceu nos últimos anos, sobretudo com as solicitações que chegavam sob o selo de urgência —inclusive para viabilizar cortes tributários usados pelo ex-presidente para agradar à sua base de apoiadores e aplacar críticas da população.

O atropelo na tramitação se deu num momento em que os técnicos já acusavam o sucateamento da Receita. Entre 2017 e 2022, o número de auditores em atividade caiu de 9.515 para 7.622 (redução de 19,9%). O orçamento para custeio e investimentos minguou.

"É uma situação de desmonte", diz o auditor-fiscal Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal). Segundo ele, os cortes reduzem as possibilidades de atuação da fiscalização e da arrecadação, sufocando o órgão.

A Receita ainda sofreu uma forte derrota no Congresso, que há anos tentava extinguir o chamado voto de qualidade no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) —tribunal que julga conflitos tributários.

O voto de qualidade assegurava à Receita a manutenção da cobrança em caso de empate, algo possível de ocorrer em um tribunal formado por representantes do Fisco e dos contribuintes. Sem linha de defesa no Legislativo, o órgão perdeu esse recurso em 2020, beneficiando contribuintes e impactando as contas.

Em janeiro, Lula e Haddad editaram uma Medida Provisória para restabelecer o voto de qualidade. A medida enfrentou resistências de contribuintes, que conseguiram arrancar do governo um acordo para derrubar multas e juros nas cobranças. No Congresso, também há obstáculos.

Raio-X da Receita Federal

Quadro de pessoal
Em mil
Ativos
Inativos

Orçamento
Em R$ bilhões
Gasto com pessoal
Gastos de custeio
Orçamento de investimentos

15
10
5
0
14,4
1,5
0,8
2017 2018 2019 2020 2021 2022

Bônus de eficiência aos servidores*
Valores pagos, em R$ milhões
Servidores ativos
Aposentados e pensionistas

*Valores compõem o orçamento de pessoal

R$ 3 mil é o valor mensal do bônus de eficiência pago aos auditores-fiscais desde fevereiro de 2017. De dezembro de 2016 a janeiro de 2017, foram pagas parcelas de R$ 7,5 mil

R$ 1,8 mil é o valor mensal do bônus de eficiência pago aos analistas tributários desde fevereiro de 2017. De dezembro de 2016 a janeiro de 2017, foram pagas parcelas de R$ 4,5 mil

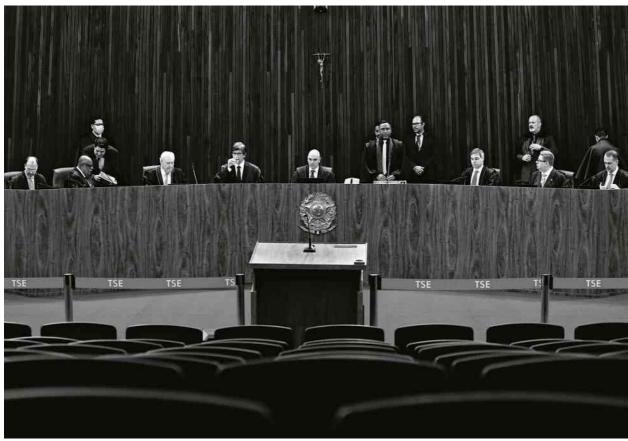
Fiscalizações
Apenas pessoas físicas
Pessoas físicas e jurídicas

Valor dos créditos lançados, em R$ bilhões
200
150
100
50
0
187,7
7,0
2014 2022

Agentes públicos
Procedimentos de fiscalização abordando planejamento tributário abusivo ou fraude de agentes públicos, incluindo servidores, políticos, juízes, ministros e militares

Fonte: Receita Federal

COMO CHEGAMOS AQUI?

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é alvo de uma série de ações eleitorais que podem tirá-lo das próximas eleições. Diante da inclinação de magistrados de acelerar o julgamento, os casos devem ser determinantes para a configuração do cenário político no país tendo em vista a disputa presidencial de 2026. Nos últimos anos, o entendimento jurídico sobre inelegibilidade endureceu com a Lei da Ficha Limpa, instituída em 2010 e que barra a candidatura de políticos que sofreram condenações por um conjunto de magistrados, e com a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que reagiu à série de ataques às urnas eletrônicas no país.

Plenário do TSE, com o ministro Alexandre de Moraes ao centro Alejandro Zambrana - 16.fev.23/Divulgação TSE

FOLHA EXPLICA

Entenda a lei da inelegibilidade e o que pode acontecer com Bolsonaro

Legislação sobre tema endureceu com Ficha Limpa e combate à desinformação contra urnas

Angela Pinho

SÃO PAULO Com uma série de ações que podem resultar na perda de seus direitos políticos, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) será julgado pela Justiça Eleitoral com base em uma legislação de inelegibilidade que endureceu na última década.

Por um lado, a Lei da Ficha Limpa, sancionada em 2010 e aplicada pela primeira vez na eleição de 2012, aumentou as chances de se vetar a eleição de agentes políticos.

Por outro, o precedente aberto pelo caso do então deputado paranaense Fernando Francischini abriu a possibilidade até então inédita de se aplicar a inelegibilidade em resposta a ataques à lisura do processo eleitoral. Esse precedente pode complicar a vida do ex-mandatário.

Atualmente, Bolsonaro enfrenta ao menos 16 ações de investigação na Justiça Eleitoral que podem deixá-lo inelegível.

Integrantes do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) querem acelerar a tramitação desses casos para analisá-los até o meio do ano, como publicou recentemente a **Folha**.

Relator das ações, o corregedor eleitoral Benedito Gonçalves, também ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), indicou a aliados querer acelerar o passo dos julgamentos por avaliar que esse tipo de instrumento acaba se arrastando em demasia.

Além disso, segundo pessoas próximas a ministros do TSE, os magistrados pretendem concluir a tarefa antes da aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, em maio, pois a saída dele resultará na entrada de Kassio Nunes Marques, indicado ao STF (Supremo Tribunal Federal) por Bolsonaro.

Entenda quais as possibilidades de inelegibilidade previstas na legislação e como isso pode afetar o caso do ex-presidente.

*

Quais são as causas de inelegibilidade previstas na legislação?

As hipóteses de inelegibilidade estão previstas na lei complementar nº 64, de 1990.

A norma prevê 17 situações que inviabilizam a eleição de alguém.

Entre elas, estão condenação pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político; condenação por órgão colegiado por atos de improbidade, desde que cumpridas determinadas condições, como a presença de dolo (intenção); e condenação por órgão colegiado de crimes previstos na Lei da Ficha Limpa, de 2010.

Além disso, estão elencadas dez hipóteses de inelegibilidade para o presidente e o vice-presidente da República, como o veto a membros do Ministério Público que não tenham se afastado nos seis meses anteriores ao pleito. Essas regras específicas para o chefe do Executivo não devem se aplicar a Bolsonaro.

No caso de quais crimes a Lei da Ficha Limpa prevê a inelegibilidade?

A punição está prevista para os seguintes crimes:
1) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
2) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na Lei de Falências;
3) contra o meio ambiente e a saúde pública;
4) eleitorais, em caso de pena privativa de liberdade;
5) de abuso de autoridade, quando houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
6) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
7) tráfico, racismo, tortura, terrorismo e crimes hediondos;
8) de redução à condição análoga à de escravo;
9) contra a vida e a dignidade sexual;
10) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando,

Por qual prazo o político fica inelegível caso se enquadre nos casos previstos na Legislação?

Por oito anos. A contagem varia de acordo com o enquadramento. No caso de crime eleitoral, por exemplo, o prazo vale para a eleição na qual o candidato concorreu e nas realizadas nos oito anos seguintes. No caso dos crimes previstos na Lei da Ficha Limpa, o prazo de oito anos é contado após o cumprimento da pena, e a inelegibilidade já vale após a condenação.

De que forma a Lei da Ficha Limpa endureceu a legislação sobre inelegibilidade?

Além de estender o prazo de inelegibilidade de 3 para 8 anos e incluir uma série de tipos penais entre os que barram um candidato, a Lei da Ficha Limpa trouxe uma novidade que facilitou muito a aplicação da pena, diz o advogado Fernando Neisser, membro fundador da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político).

É que, antes da Lei da Ficha Limpa, ao analisar um possível abuso, a Justiça Eleitoral avaliava o seu potencial de mudar o resultado da eleição. Além de ser difícil de provar isso, a formulação na prática impedia a punição de candidatos que cometeram ilícitos, mas mesmo assim perderam a eleição.

Sancionada em 2010, porém, a nova legislação mudou esse quadro, ao determinar que a Justiça Eleitoral deve analisar a gravidade das circunstâncias do ato, independente do potencial dele de alterar o resultado da eleição.

"Isso aumentou brutalmente as cassações por abuso de poder político e econômico no Brasil", afirma Neisser.

Que parâmetro a Justiça Eleitoral usa para determinar a gravidade de um ato na eleição e considerá-lo abusivo?

Esses parâmetros têm sido modulados pela jurisprudência. Neisser cita três balizas usadas pelo TSE para analisar a gravidade das condutas cometidas por candidatos: amplitude daquele ato abusivo (quantas pessoas podem ter sido afetadas); quão ligados à campanha do candidatos os atos estavam; e o peso moral da conduta.

O que mudou com o caso do então deputado estadual Fernando Francischini e como isso pode afetar o julgamento de eventual inelegibilidade de Bolsonaro?

O TSE decidiu em 2021 cassar o então deputado estadual paranaense Fernando Francischini, eleito pelo PSL, devido à publicação de vídeo no dia das eleições de 2018 em que ele afirmou que as urnas eletrônicas haviam sido fraudadas para impedir a votação de Bolsonaro.

Em decisão repleta de recados, a corte também determinou que o deputado ficaria inelegível por oito anos, a partir da data do pleito.

A decisão foi um marco nos julgamentos de inelegibilidade pela caracterização do abuso de poder a partir do ataque à legitimidade do processo eleitoral, acusação presente agora em ações das quais o ex-presidente é alvo.

Embora a decisão tenha sido uma novidade, especialmente no contexto da desinformação sobre as urnas, tinha como referência o artigo 14º da Constituição, que fala em inelegibilidade para proteger "a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta".

Quais ações podem resultar na inelegibilidade de Bolsonaro?

Há ao menos 16 ações de investigação judicial eleitoral em trâmite no TSE. que podem tornar Bolsonaro inelegível por oito anos a partir da última eleição. Dessas, duas têm como alvo principal os ataques ao processo eleitoral e às urnas.

Há ainda ações que tratam do uso da máquina pela campanha do ex-presidente às vésperas do pleito. São citados fatos como a liberação de parcela extra do auxílio de R$ 1.000 para caminhoneiros e taxistas, a confecção de milhões de cartões do Auxílio Brasil e o desvirtuamento de agendas oficiais, como a da comemoração do bicentenário da Independência do Brasil e a viagem para o funeral da rainha Elizabeth 2ª.

Qual dessas ações está em estágio mais avançado?

Das ações que tramitam no TSE, a mais avançada é uma apresentada pelo PDT. Ela aponta que Bolsonaro usou a estrutura do Palácio da Alvorada para a reunião com embaixadores em julho do ano passado na qual atacou a integridade do sistema eleitoral.

Na ocasião, o ex-presidente colocou em xeque a lisura das urnas com base em afirmações já desmentidas.

O PDT aponta suposta prática de abuso de poder político e de uso indevido dos meios de comunicação.

O trâmite rápido da ação se deve ao foco único e à necessidade reduzida de produção de provas, uma vez que a reunião foi filmada e transmitida em canais oficiais.

O que afirma a defesa do ex-presidente?

Uma das linhas da defesa de Bolsonaro foi sustentar que as falas do evento foram feitas enquanto chefe de Estado e como ato de governo, tendo o objetivo de "dissipar dúvidas sobre a transparência do processo eleitoral". Além disso, seus advogados alegam que o público-alvo do evento não eram eleitores, mas pessoas sem cidadania brasileira.

Se Bolsonaro for declarado inelegível, sua candidatura será automaticamente cassada?

Não. Ele pode pedir o registro da candidatura, que será analisada pelo TSE. Em 2018, por exemplo, o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu o registro da candidatura mesmo preso em Curitiba.

O registro foi alvo de 16 contestações de adversários e da Procuradoria-Geral Eleitoral e acabou sendo barrado pelo tribunal a pouco mais de um mês do primeiro turno.

O fato de Bolsonaro estar fora do país muda algo?

Não.

PT e seu governo

O que está em jogo é a relação do partido com a gestão Lula

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (inglaterra) e autor de "PT, uma História".

Na semana passada, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, criticou o fim dos subsídios aos combustíveis defendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O risco de personalização do debate era evidente. A disputa entre Gleisi e Haddad pela liderança do PT já dura alguns anos. Mas há mais em jogo do que isso.

Se Gleisi está tentando minar Haddad para se tornar presidenciável, a estratégia é muito, muito arriscada. É difícil imaginar um cenário em que Haddad dê muito errado e Lula a eleja seu sucessor em 2026, seja ele, ou ela, quem seja.

Se Haddad cair, há bem mais gente na disputa pelo controle do PT além de Gleisi, a começar pelos governadores do Nordeste. E, se Haddad cair porque o PT o derrubou, Lula só fará o dólar cair se ligar para Joaquim Levy e perguntar se ele tem um primo mais ortodoxo.

Não acho que, nesse caso específico, a disputa pessoal entre Gleisi e Haddad seja o mais importante. O que está em jogo é a relação do Partido dos Trabalhadores, que Gleisi preside, com o governo Lula, formado a partir de uma frente ampla contra o golpismo.

A história do relacionamento do Partido dos Trabalhadores com os governantes que elegia começou horrível: quase todos os primeiros prefeitos eleitos pelo PT saíram do partido irritados com interferências na administração e intenso fogo amigo dos movimentos sociais petistas.

Só nos anos 90 a situação se estabilizou, e o PT conseguiu transformar algumas administrações municipais e estaduais em vitrines do "modo petista de governar".

Mesmo assim, a própria Gleisi foi vítima de fogo amigo quando, como secretária em Mato Grosso do Sul, implementou uma reforma administrativa considerada dura. Acabou caindo.

Em parte, essa tensão entre o PT e seus governos é positiva. É sinal de que há uma vida interna dinâmica na legenda, de que ainda há debate e disputa política transparente entre os militantes e de que o partido ainda tem ideias a oferecer.

Mas às vezes dá errado: se o PT nunca topar pagar o custo político das decisões de seu governo, ninguém vai pagar por ele. E nem tudo o que um governo precisa fazer é popular. No segundo governo Dilma, o PT resistiu em apoiar, não só as reformas de Levy, mas também as de Nelson Barbosa. Dilma não foi "puxada para a esquerda": ficou ainda mais isolada.

Na disputa da semana passada, a posição do "núcleo político" do PT se explica facilmente: os subsídios foram um gesto demagógico de Bolsonaro, e Lula não tem condições de dar ao golpismo vitórias populistas. É o custo fiscal do golpismo.

Mas esse cálculo político vai ficando mais complexo conforme o tempo passa.

Como notou o economista Filipe Campante em uma conversa civilizada que tivemos no Twitter (pois é, vejam só), se os desequilíbrios de curto prazo se acumularem, podem ameaçar as perspectivas de longo prazo, desestimulando o investimento já agora.

O equilíbrio é difícil, mas cada vez mais o sucesso do governo vai depender do sucesso do programa econômico de Fernando Haddad, que, não esqueçamos, foi indicado pelo PT.

Nos próximos grandes debates —a reforma tributária e a nova regra fiscal— o PT tem direito e dever de participar, mas deve equilibrar melhor a defesa de sua posição com a garantia de bom funcionamento do governo.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | **SEG. Camila Rocha**, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Bolsonaro nega elo com joias, e governo Lula põe PF no caso

'Acusam por um presente que eu não recebi', afirma ex-presidente nos EUA

Thiago Amâncio, Idiana Tomazelli e Marianna Holanda

WASHINGTON E BRASÍLIA O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse neste sábado (4) não ter pedido nem recebido qualquer tipo de presente em joias do governo da Arábia Saudita. Bolsonaro se refere a ele especificamente, ao negar envolvimento no caso.

Após um evento nos Estados Unidos neste sábado, ele afirmou também que não providenciou a ida de integrantes da FAB (Força Aérea Brasileira) para tratar da liberação das joias retidas com a Receita em Guarulhos (SP) nem abusou de sua autoridade no cargo.

"Eu agora estou sendo crucificado no Brasil por um presente que não recebi. Vi em alguns jornais de forma maldosa dizendo que eu tentei trazer joias ilegais para o Brasil. Não existe isso", afirmou.

Ele acrescentou também: "Eu estava no Brasil quando esse presente foi ofertado lá nos Emirados Árabes [na verdade, foi na Arábia Saudita] para o ministro das Minas e Energia. O assessor dele trouxe em um avião de carreira e ficou na alfândega, eu não fiquei sabendo".

Segundo Bolsonaro, dois ou três dias depois, a Presidência notificou a alfândega de que as peças deveriam ir para um acervo. "Até aí tudo bem, nada de mais, poderia, no meu entender, a alfândega ter entregue. Iria para o acervo, seria entregue à primeira-dama. E o que diz a legislação? Ela poderia usar, não poderia desfazer-se daqui. Só isso."

Nesta sexta-feira (3), o jornal O Estado de S. Paulo revelou que o governo Bolsonaro tentou trazer de forma ilegal ao Brasil um conjunto de joias e relógio avaliado em 3 milhões de euros (cerca de R$ 16,5 milhões). As peças seriam um presente do governo da Arábia Saudita à então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

"Isso aconteceu três dias depois da chegada da comitiva do ministro das Minas e Energia. Me acusam, me crucificam por um presente que eu não recebi nem a primeira-dama. Até o valor daquilo foi uma surpresa para mim, [R$] 16 milhões que estão dizendo. Não sei, pode até ser que seja verdade", disse o ex-mandatário.

O governo Bolsonaro tentou reaver o conjunto sob a alegação de que os objetos seriam analisados para incorporação "ao acervo privado do presidente da República ou ao acervo público da Presidência". A informação consta em documentos publicados em rede social pelo ex-chefe da Secretaria de Comunicação na gestão Bolsonaro, Fabio Wajngarten.

Os artigos de luxo estavam na mochila de militar à época assessor do então ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia). As peças foram apreendidas em outubro de 2021.

O responsável pela mochila compunha a comitiva de Albuquerque, que esteve em Riade —capital do país árabe— de 22 a 25 de outubro de 2021, segundo a agenda oficial. Nesse período, Bolsonaro estava no Brasil, onde participou de almoço na Embaixada da Arábia Saudita no dia 25.

Ao jornal O Estado de S. Paulo Bento Albuquerque disse que a remessa era um presente para Michelle, mas afirmou desconhecer o conteúdo do estojo de joias. Procurado posteriormente pela **Folha**, negou que sua equipe tenha tentado trazer presentes caros destinados a Bolsonaro e a Michelle.

O ministro da Justiça de Lula, Flávio Dino, disse que vai acionar a Polícia Federal para apurar o caso. "Fatos relativos a joias, que podem configurar os crimes de descaminho, peculato e lavagem de dinheiro, entre outros possíveis delitos, serão levados ao conhecimento oficial da Polícia Federal para providências legais. Ofício seguirá na segunda-feira", afirmou.

O ex-presidente Jair Bolsonaro, durante conferência da direita americana neste sábado (4), nos EUA Roberto Schmidt/AFP

Artigos de luxo que foram apreendidos pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos, em 2021 Reprodução Paulo Pimenta no Twitter

Em nota neste sábado, a Receita disse que os integrantes do governo à época não seguiram os devidos procedimentos para incorporação ao Estado de presentes trazidos do exterior naquela ocasião. Também disse que a regularização da situação não aconteceu "mesmo após orientações e esclarecimentos" feitos.

Em rede social, Michelle negou na sexta-feira ser a destinatária das joias e ironizou: "Quer dizer que 'eu tenho tudo isso' e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo".

Em nota neste sábado, a assessoria de Bento Albuquerque corroborou os documentos de Wajngarten e disse que, diante dos valores "histórico, cultural e artístico" dos itens, a pasta adotou medidas para encaminhar o acervo "ao seu adequado destino legal".

"Tratavam-se de presentes institucionais destinados à Representação brasileira integrada por Comitiva do Ministério de Minas e Energia — portanto, do Estado brasileiro; e que, em decorrência, o Ministério de Minas e Energia adotaria as medidas cabíveis para o correto e legal encaminhamento do acervo", disse.

O texto também nega que o ministro tenha tentado induzir as ações da Receita em Guarulhos, quando sua comitiva chegou da Arábia Saudita e os artigos de luxo foram retidos.

A ação da Receita na alfândega foi confirmada pelo ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação Social do governo Lula, que publicou em rede social, ainda na sexta-feira, fotos dos artigos apreendidos e de um relatório do ocorrido na alfândega.

Na madrugada deste sábado, Wajngarten reagiu com a publicação dos documentos que solicitam a liberação dos itens para avaliação e eventual incorporação ao acervo.

Um dos atos tem data de 29 de outubro de 2021, embora tenha sido efetivamente assinado em 3 de novembro. O autor é Marcelo da Silva Vieira, do gabinete da Presidência.

No texto, endereçado ao chefe de gabinete do ministro de Minas e Energia, há o pedido de encaminhamento das joias para avaliação.

Outro ofício, emitido pelo gabinete de Bento Albuquerque em 2021, foi expedido à Receita com o assunto "liberação e decorrente destinação legal adequada de presentes retidos por esse órgão".

O que se sabe até agora sobre caso das joias

Quem estava na viagem à Arábia Saudita? Entre os integrantes da comitiva estavam o ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) e seu assessor Marcos André dos Santos Soeiro. Jair Bolsonaro estava no Brasil —no dia 25 de outubro de 2021, ele participou de um almoço na Embaixada da Arábia Saudita, em Brasília.

Quais itens foram alvo da apreensão? Um par de brincos, um anel, um colar e um relógio, confeccionados com pedras preciosas, bem como um enfeite em forma de cavalo com adornos dourados. Os itens estavam na bagagem de Soeiro, assessor do ministro.

Para quem seriam esses artigos de luxo? Segundo o ex-ministro Bento Albuquerque disse à **Folha**, seriam presentes do governo da Arábia Saudita a Jair Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e que iriam compor o acervo histórico da Presidência. O ex-titular de Minas e Energia afirmou ser praxe a troca de presentes em eventos internacionais envolvendo dois países. Como o ex-mandatário e esposa não compareceram, a comitiva trouxe as caixas dadas como presente pelo governo saudita.

O que diz a ex-primeira-dama? Em rede social, Michelle negou ser a destinatária das joias, mas não deu mais explicações e ironizou: "Quer dizer que 'eu tenho tudo isso' e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo", postou no Instagram.

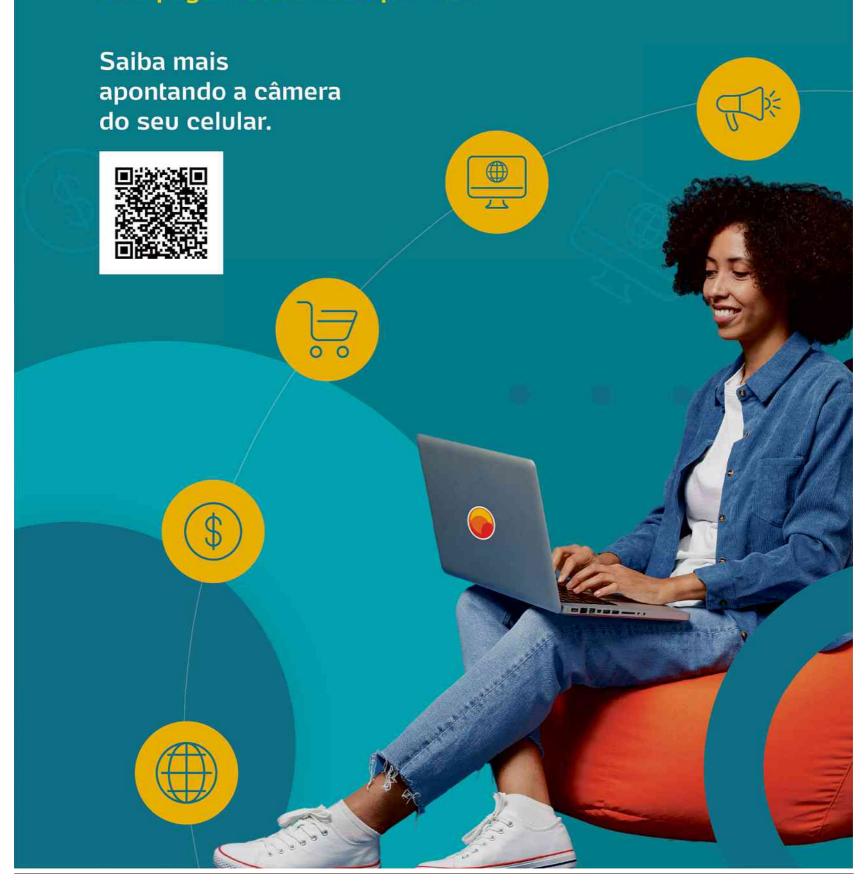
O que diz Bolsonaro? O ex-presidente disse neste sábado (4) não ter pedido nem recebido qualquer tipo de presente em joias do governo da Arábia Saudita. Bolsonaro se refere a ele especificamente, ao negar envolvimento no caso. "Estou sendo acusado de um presente que eu não pedi, nem recebi. Não existe qualquer ilegalidade da minha parte", disse Bolsonaro em declaração à CNN Brasil.

Por que os itens foram apreendidos pela Receita? Pelas regras em vigor, bens adquiridos no exterior que tenham valor superior a US$ 1.000 (pouco mais de R$ 5.000) precisam ser declarados à Receita na entrada no Brasil. Quando ultrapassam esse valor, eles estão sujeitos à cobrança do Imposto de Importação, que é de 50% sobre o excedente. Como não houve declaração, o órgão apreendeu os bens e exigiu o pagamento do devido Imposto de Importação, oferecendo a opção de o Ministério de Minas e Energia pleitear formalmente o reconhecimento da condição dos bens como propriedade da União —o que destravaria os itens sem a necessidade do pagamento.

Qual o valor dos itens apreendidos? Quem fez essa avaliação? O valor das joias, de 3 milhões de euros (cerca de R$ 16,5 milhões), foi estimado pela equipe de auditores da Receita e iria embasar a oferta no leilão. Essa avaliação revisou o preço inicialmente previsto pelos fiscais —que, no ato de apreensão das joias, chegaram a estimar em cerca de US$ 1 milhão.

O que o assessor e o ex-ministro dizem? Soeiro não se manifestou sobre o caso. Ao jornal O Estado de S. Paulo Bento Albuquerque disse que a remessa era um presente para Michelle, mas afirmou desconhecer o conteúdo do estojo de joias. Procurado posteriormente pela **Folha**, negou que sua equipe tenha tentado trazer presentes caros destinados a Bolsonaro e a Michelle.

Quais providências o governo Bolsonaro adotou? Segundo documentos divulgados por ex-integrantes do governo Bolsonaro, o ministério tentou, entre outubro e novembro de 2021, reaver as joias alegando que elas seriam analisadas para incorporação "ao acervo privado do Presidente da República ou ao acervo público da Presidência da República". Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, as investidas para tentar liberar os itens valiosos continuaram em 2022, sem sucesso.

O ex-presidente Bolsonaro se empenhou diretamente na liberação das peças? Por quê? Segundo O Estado de S. Paulo, um funcionário do governo Bolsonaro pegou um avião da FAB e desembarcou em Guarulhos, dizendo que estava ali para retirá-las. Teriam sido quatro tentativas do ex-presidente de reaver as pedras preciosas, envolvendo seu próprio gabinete, três ministérios (Economia, Minas e Energia e Relações Exteriores) e militares. O ministro da Justiça de Lula, Flávio Dino, disse que vai solicitar à Polícia Federal que apure o caso.

Paulo Teixeira

Invasão do MST foi caso isolado e governo vai proteger propriedades

Ministro do Desenvolvimento Agrário de Lula afirma que é dever do Estado desapropriar terras que não cumprirem função social

ENTREVISTA

Catia Seabra
e Danielle Brant

BRASÍLIA O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT-SP), afirma que a invasão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nas fazendas da Suzano Celulose, no sul da Bahia, na última semana foi um caso isolado. Ele diz ainda que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai proteger a propriedade privada.

"O Ministério do Desenvolvimento Agrário vai atuar conforme a Constituição, proteger a propriedade privada e exigir o cumprimento da função social da propriedade", afirmou em entrevista à Folha.

"Caso ela não cumpra a função social da propriedade, ela será desapropriada para fins de reforma agrária", afirma o ministro, que classificou como um crime a atuação do governo Jair Bolsonaro (PL) no tema.

Teixeira diz também que não esperava essa atitude do movimento, e que caberá à Justiça avaliar se houve ou não ilegalidade na ação.

"A mim agora cabe ajudar na superação desse conflito e cabe também estabelecer mecanismos preventivos de novos conflitos", afirmou.

*

Paulo Teixeira, 61
Formado em direito pela USP, foi eleito para o quinto mandato como deputado federal por São Paulo antes de ser convidado por Lula para comandar o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Antes, foi deputado estadual em São Paulo de 1994 a 2000, além de vereador na capital paulista de 2004 a 2007

Joedson Alves - 16.fev.23/Agência Brasil

Na campanha, o presidente Lula disse que o MST só invadia terras improdutivas. O sr. conversou com ele sobre o episódio na Bahia? Não conversei. Em primeiro lugar, o presidente Lula disse que o MST tem toda uma dedicação na organização de cooperativas. Isso é verdade. [Em relação a] essa ocupação havida na Bahia, eu fui procurado pela empresa Suzano pedindo para eu fazer uma mediação com o MST. Então me prontifiquei e indaguei por que não havia uma negociação. Ela disse que topava uma negociação, desde que eles se retirassem.

Eu liguei para o MST e eles disseram que a ocupação se deveu à interrupção de um acordo celebrado entre MST e Fibria em 2010 — e interrompido em 2016. O que o MST alegou é que, nesses anos, a Fibria teria sido comprada pela Suzano e não mais os recebeu. Essa ação do MST teria acontecido com o objetivo de restauração do diálogo.

O senhor considera ofensiva essa ação? Eu mesmo, quando liguei para o MST, pedi que eles pudessem se retirar da área para a retomada do diálogo com a Suzano.

Avalia que ainda há um impasse? Eles [MST] alegaram que, depois de mandar inúmeras mensagens, cartas, para a Suzano, nunca tiveram respostas. Aí se deu o momento desse conflito. A Suzano, ao me procurar... [eu] me prontifiquei a promover o diálogo. Deixamos uma data indicativa da próxima quarta-feira [8], em Brasília. E eles fizeram a exigência de que o MST se retirasse da área para que eles pudessem se sentar à mesa.

Em que estágio está a saída da fazenda? Estamos aguardando uma resposta do MST para marcar a reunião. A reunião só acontecerá depois que eles se retirarem dessa área que foi ocupada. Na verdade, a partir da ocupação, há uma decisão da Suzano de retomar o diálogo.

Então o movimento foi bem-sucedido? A retomada no diálogo não é, em si, o melhor resultado. O melhor resultado tem que ser a realização do programa de reforma agrária. Tendo em vista que, se nós estamos no papel de mediadores, enquanto mediadores eu não posso julgar quem errou nesse processo.

Os dois lados têm uma caixa de acusação em relação ao outro. A mim cabe ajudar na superação desse conflito e estabelecer mecanismos preventivos de novos conflitos.

O ex-presidente Jair Bolsonaro usou o MST como arma contra o Lula. A invasão dá munição para os bolsonaristas? Desde o governo FHC, até antes, no governo Sarney, Itamar, aconteceram ocupações de terra. O fato é que nós precisamos acelerar o programa de reforma agrária. O governo Bolsonaro paralisou todo processo de aquisição de áreas para reforma agrária. Ele foi um inimigo frontal do programa. Havia muitas decisões em que a Justiça já tinha dado ganho de causa para a aquisição das áreas, e eles desistiram do processo.

O governo Bolsonaro estimulou a violência e o uso de armas no campo.

Ao acelerar o programa de reforma agrária, [queremos] estabelecer mecanismos de resolução de conflitos que possam solucioná-los de maneira que não tenha traumas na sociedade, que não tenha emprego de violência.

Na campanha, Bolsonaro insistiu que a eleição de Lula representaria a volta da violência no campo. A ação do MST reforça esse discurso? Acho que não. O que reforçou a violência no campo foi a política dele, Bolsonaro. Muitos trabalhadores rurais foram mortos, indígenas foram mortos, ele ajudou a armar o povo do campo. Em relação ao fato ocorrido anteontem, estamos agindo para a superação do conflito. Não me consta que tenha havido emprego de violência, que alguém tenha sido atingido.

Como o governo deve se posicionar diante de invasões a áreas privadas e produtivas? Nós queremos acelerar o programa de reforma agrária, acelerar o atendimento às famílias que estão no campo. Já constituímos um núcleo de resolução de conflitos. Queremos diminuir os conflitos no campo no Brasil e implementar o programa de apoio à agricultura familiar. E, na nossa opinião, fenômenos como esses vão diminuir por conta da aceleração da reforma agrária.

O movimento deve ser punido em caso de ocupação de terra produtiva com aplicação de multa, corte de verba? Tem uma orientação constitucional para que a reforma agrária aconteça em terras improdutivas. Ela não vai acontecer em terras produtivas. Assim, eu não estou vendo que essa ação do MST tenha como objetivo transformar essa terra em terra para reforma agrária. Foi um conflito havido, segundo eles, pela falta de diálogo. O que eu quero é ajudar a resolver esse conflito e criar uma jurisprudência para prevenção de novos conflitos.

Diria que o MST não está dentro da legalidade nesse caso da Suzano? Há já uma decisão judicial que manda eles se retirarem da área e também estabelece uma multa para frente. Cabe à Justiça essa definição. A nós, cabe diminuir esse grau de conflito, resolver essa situação e criar mecanismos de prevenção.

Considera legítima a ocupação de área improdutiva como forma de pressão pela reforma agrária? A Constituição diz que a propriedade tem que cumprir a função social. Quando tiver a indicação de propriedade que não esteja cumprindo a função social, é dever do Estado desapropriá-la para reforma agrária.

O que nós vamos fazer é tentar acelerar esse processo. Vamos procurar também arrecadar áreas de grandes devedores de impostos do Estado brasileiro, que poderão promover a doação em pagamento. Ao mesmo tempo, nós queremos que essas famílias possam se envolver com uma prática agrícola sustentável, produzindo produtos sem agrotóxicos, que possam se apropriar de técnicas agrícolas modernas, de equipamentos para o cultivo dessas áreas. Que tenham também capacidade de alimentar o povo brasileiro, que é o grande desafio do presidente Lula.

O governo pretende desapropriar áreas invadidas pelos sem-terra? O programa de reforma agrária só pode desapropriar terras que não estejam cumprindo a função social, cuja produtividade seja baixa e esteja em patamares inferiores àqueles exigidos pela legislação. Vamos cumprir a lei e a Constituição.

Agora, é um crime, num país como o nosso, processos tramitarem por sete, oito anos na Justiça, o Estado ganhar em todas as fases e, quando chega na fase final, o Estado desistir do processo. É um crime tantas pessoas aguardando terra para reforma agrária, morando em condições insalubres, em acampamentos em beira de estrada, é um crime o Estado desistir desses processos por questões de natureza ideológica.

O governo Michel Temer (MDB) também procedeu assim? Houve uma desaceleração no governo Temer e uma paralisação no governo Bolsonaro. A Constituição brasileira protege a propriedade, mas exige o cumprimento da sua função social. O MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] vai atuar conforme a Constituição, proteger a propriedade privada e exigir o cumprimento da função social da propriedade. Caso ela não cumpra, será desapropriada para reforma agrária.

> "O melhor resultado tem que ser a realização do programa de reforma agrária. Tendo em vista que, se nós estamos no papel de mediadores, enquanto mediadores eu não posso julgar quem errou nesse processo
>
> O MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] vai atuar conforme a Constituição, proteger a propriedade privada e exigir o cumprimento da função social da propriedade
>
> O que reforçou a violência no campo foi a política dele, Bolsonaro. Muitos trabalhadores rurais foram mortos, indígenas foram mortos, ele ajudou a armar o povo do campo. Em relação ao fato ocorrido anteontem, estamos agindo para a superação do conflito. Não me consta que tenha havido emprego de violência

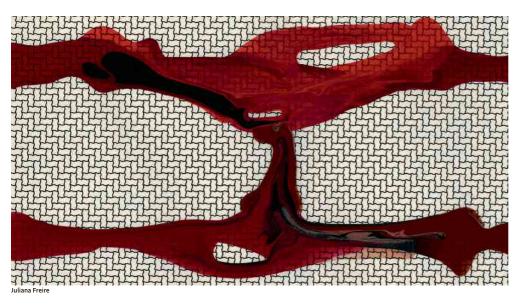
Qual a meta de assentamentos de famílias para este ano? Houve uma desestruturação do programa de reforma agrária no Brasil. Agora estamos remontando o ministério para fazer um planejamento estratégico, o levantamento de áreas, o custo da aquisição dessas áreas.

O senhor se surpreendeu com a ocupação na Bahia? Esperava uma trégua? Eu li uma entrevista com o João Paulo Rodrigues, do MST, em que ele disse que essa medida foi uma ação isolada. Eu não esperava e ele mesmo, na entrevista, diz que foi uma ação isolada. Não foi uma ação orquestrada do MST.

O senhor se sentiu traído? Acha que eles abriram mão de um canal preexistente? As portas estão abertas para os movimentos. Nesse caso, quem procurou foi a empresa Suzano, o que mostra também que estamos disponíveis para toda sociedade brasileira.

Existe um esforço do governo de aproximação com o agronegócio. Ações como essa prejudicam esse esforço?

Eu vou reportar novamente à entrevista que eu li do João Paulo Rodrigues em que ele diz que foi um caso isolado. Ele já circunscreveu essa ação a um caso isolado. O bom leitor, qualquer leitor formador de opinião da sociedade brasileira, entenderá que essa ação foi uma ação isolada, que não se trata de uma política do MST.

Juliana Freire

Os agrotrogloditas do Sul

Um serviço dos inimigos da vinicultura

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Se não bastassem os agrotrogloditas da Amazônia, com suas queimadas e ocupações, o agronegócio precisa se defender também dos trogloditas do Sul. Há cerca de uma semana, 200 trabalhadores baianos foram resgatados no município gaúcho de Bento Gonçalves.

Contratados para a colheita da uva, viviam em condições degradantes. Expostas, as vinícolas Aurora, Salton e Cooperativa Garibaldi lastimaram o ocorrido e atribuíram a malfeitoria a uma prestadora de serviços. Esse é o protocolo seguido por todas as empresas apanhadas em malfeitorias semelhantes.

Como o negócio do vinho é sensível a exposições constrangedoras, a resposta foi rápida, clara e talvez possa ser provar sincera. Estava nesse pé a coisa, quando o Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves resolveu entrar na discussão e saiu-se com o seguinte disparate:

"Há uma larga parcela da população com plenas condições produtivas e que, mesmo assim, encontra-se inativa, sobrevivendo através de um sistema assistencialista que nada tem de salutar para a sociedade."

O que os doutores quiseram dizer foi o seguinte: Programas assistenciais estão drenando o estoque de mão de obra informal, mal paga e, às vezes, aviltada. No século 21, eles acham que a assistência aos pobres prejudica a economia.

Em vez de oferecer lições de pedestre ciência política, os doutores do Centro deviam prestar alguma atenção para a qualidade das relações de trabalho no negócio da uva.

Na metade do século 19, fazendeiros do Vale do Paraíba achavam um absurdo dar glebas de terras ou pagar salários a imigrantes italianos e alemães. Era isso que se fazia no Rio Grande do Sul. Passou o tempo e hoje há ali um próspero negócio vinícola.

Associá-lo a formas de trabalho aviltantes ou a empresários que satanizam programas assistenciais é colocar nos rótulos dos vinhos gaúchos a marca da estultice de alguns poucos maganos.

Para produtores concorrentes, nada melhor.

Nunca tão poucos fizeram tanto mal à indústria vinícola quanto seus agrotrogloditas.

Palocci ganhou todas

O ministro Fernando Haddad tem motivos para comemorar o fato de ter prevalecido sobre as posições petrolíferas da presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Só não deve acreditar que seu adversário fosse ela.

Durante o Lula 1.0, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ganhou todas. Perdeu só a última, para Dilma Rousseff, porta-voz de Lula.

Frito

O juiz Marcelo Bretas não sairá incólume da investigação a que está sendo submetido no Conselho Nacional de Justiça.

A parte mais delicada, e tóxica, envolve delações premiadas que parecem agenciadas e direcionadas.

A dúvida está no tamanho do estrago.

Melancolia em Orlando

A melancolia de Jair Bolsonaro surpreendeu amigos que acreditam na sua resistência a uma eventual derrota.

Desconfiado mesmo nos momentos de glória, o capitão registra como traições gestos de puro distanciamento.

Pelo andar da carruagem, Bolsonaro poderá ser preso pelo que se chama de "juiz da sexta-feira". É o magistrado que prende uma celebridade na sexta, ganha fama e tem a medida revogada na semana seguinte.

Como Marcelo Bretas fez com Michel Temer.

Moraes e os valentões

Com sua experiência de promotor e secretário de Segurança, o ministro Alexandre de Moraes costuma repetir que muitos valentões desafiam a polícia na hora da prisão e, dias depois, sentam na cama da cela para chorar.

Parece exagero, mas um bolsonarista preso em Brasília, no dia 8 de janeiro, contou ao repórter Tacio Lorran: "Eu achava que tinha um preparo psicológico, mas não aguentei. Pedi atendimento psicológico lá. Chorar, meu filho, é fichinha. É desespero mesmo. Não tem quem não chore lá dentro. Não vi um pai de família que não chorou".

Triunfalismo diplomático

Jair Bolsonaro presenteou Lula com uma agenda diplomática de sonhos. Soube arquivar o pária e voltar a falar a língua dos povos.

A passagem de Lula pela Casa Branca e a de John Kerry por Brasília sugerem que, por algum motivo, os americanos estão praticando uma política de muita simpatia e pouco resultado.

Lula quer entrar na mediação da guerra da Ucrânia, defende a criação de um organismo internacional de governança ambiental, quer reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas e, se lhe sobrar tempo, aceita o prêmio Nobel da Paz.

Diplomacia barulhenta produz muitos sorrisos e poucos resultados.

O apetite de Lula por cargos na burocracia internacional provocou até piadas, pois a eleição do argentino Bergoglio para o papado teria sido uma derrota do presidente.

Efeito oposto

A ofensiva petista atrás da cabeça de Roberto Campos Neto terá o efeito oposto. Como ele só sai antes do final do mandato se quiser, isso pareceria uma infeliz covardia institucional.

Por uma questão de brio, Campos Neto tem que ficar no cargo, mesmo vestindo a camisa amarela com que foi votar e baixando os juros.

Aposta perigosa

Alguns prefeitos de grandes cidades parecem ter feito uma aposta. Deixam a cidade esburacada por falta de obras desde a pandemia e se preparam para brilhar no que vem, perto da campanha.

Esse é o caso de São Paulo, onde o doutor Ricardo Nunes espera ser reeleito.

Correm o risco de os eleitores perceberem a malandragem.

Etiqueta

De um freguês dos programas de canais de notícias que mostram vários analistas compartilhando a tela.

É comum que, enquanto um deles fala, outros baixem os olhos para conferir alguma mensagem em seus celulares. Se nem os colegas de equipe prestam atenção no que se diz, porque os outros deveriam ficar ligados?

Fogo amigo

A divulgação da fala do general Tomás Paiva na qual chamou de "indesejada" a vitória eleitoral de Lula foi um venenoso episódio de fogo amigo provocado pelo ressentimento.

Em 1977 o general Silvio Frota, demitido do Ministério do Exército, julgava-se traído pelo seu sucessor, general Fernando Bethlem.

Política mineira tira caciques dos holofotes

Lideranças com menos de 40 anos assumem comandos da Assembleia Legislativa e da Câmara de Belo Horizonte

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE No interior de Minas Gerais, é comum ouvir que "bateu um vento" quando alguém quer dizer que alguma coisa mudou de maneira relevante. Pode ser uma opinião, uma vontade ou uma decisão.

Assim, bateu um vento na política de Minas Gerais. Rostos novos, a maioria com menos de 40 anos, assumiram posições de protagonismo no estado depois das eleições — mas não só a partir delas—, enquanto a chamada velha guarda, na qual está incluída até um "quase" presidente da República, amarga declínio.

Políticos da ala mais antiga já haviam sido afetados nas eleições de 2018, quando o até então pouco conhecido e não tão jovem Romeu Zema (Novo), hoje com 58 anos, venceu a disputa pelo Palácio Tiradentes batendo candidatos de grupos tradicionais do estado liderados pelo PSDB e PT.

No ano passado, houve novo tropeço da velha guarda, desta vez acompanhado pela ascensão de novas lideranças.

O deputado Tadeu Martins Leite (MDB), 36, por exemplo, depois de conseguir seu quarto mandato consecutivo para a Assembleia Legislativa no pleito, foi escolhido presidente da Casa em eleição entre seus pares realizada em 1º de fevereiro. Ele foi candidato único.

Duda Salabert (PDT), primeira deputada trans de Minas Gerais Douglas Magno - 4.out.22/AFP

Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo (sem partido), 36, foi eleito para seu segundo mandato consecutivo como vereador em 2020 e, em eleição em dezembro, venceu a disputa para a presidência da Casa.

Outros dois novos nomes da política mineira também saíram da Câmara Municipal. Duda Salabert (PDT), 41, a primeira deputada federal trans de Minas Gerais, foi eleita para o Congresso depois de se eleger para o Legislativo municipal em 2020. A parlamentar é agora cotada para presidir a Comissão de Meio Ambiente da Casa.

Nikolas Ferreira (PL), 26, assim como Duda, foi eleito vereador em 2020 e, no ano passado, ganhou, com a maior votação na comparação com candidatos de todo o Brasil, vaga na Câmara dos Deputados. Bolsonarista, recebeu 1,4 milhão de votos.

Também na onda bolsonarista surgiu o senador Cleitinho (Republicanos), 40, eleito no ano passado para vaga na Casa depois de começar a carreira política como vereador em Divinópolis em 2016. Também foi eleito deputado estadual em 2018.

Ao mesmo tempo, na outra ponta, ocorria o minguar de quem já teve grande relevância no cenário político nacional, como o ex-governador por dois mandatos e ex-senador Aécio Neves (PSDB), 62.

No auge de sua trajetória, o tucano perdeu a disputa presidencial de 2014 por estreita margem no segundo turno para Dilma Rousseff (PT), que tentava a reeleição.

Em 2018, ainda atingido politicamente por uma delação que o fez virar réu nos tempos da Lava Jato, Aécio disputou vaga na Câmara e teve 107 mil votos. O deputado mais votado teve mais que o dobro. O tucano voltou a se eleger para a Câmara em 2022, mas contou com 21 mil votos a menos.

Também ex-governador do estado, Fernando Pimentel (PT) teve resultado ainda pior em outubro. Ao tentar vaga na Câmara, o petista, que já foi ministro do Desenvolvimento e Indústria no governo Dilma, teve 37 mil votos e não conseguiu a eleição.

Ex-prefeito de Belo Horizonte por duas vezes, Alexandre Kalil (PSD), 63, que venceu a disputa municipal em 2016 se promovendo como outsider, também perdeu espaço no centro da política do estado.

Depois de se reeleger ainda no primeiro turno em 2020, deixou o cargo para se candidatar ao Palácio Tiradentes no ano passado e foi derrotado por Zema no primeiro turno. Seu partido é aliado do governador na Assembleia.

As assessorias de Aécio, Pimentel e Kalil não responderam aos questionamentos enviados pela reportagem.

A chegada da ala novata da política já congestiona a eleição de 2024, para a prefeitura, e mexe com a de 2026, para o governo do estado.

O presidente da Câmara de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo, é um dos cotados para a disputa do ano que vem. Assim como a deputada federal Duda Salabert.

Com seu capital político de deputado federal mais votado do país, Nikolas Ferreira também é carta no baralho. O atual prefeito é Fuad Noman (PSD), ex-vice de Kalil.

Já rondando o Palácio Tiradentes com vistas a 2026 está, pela força do cargo, o presidente da Assembleia, e o vice de Romeu Zema, Professor Simões (Novo), 41, também da ala mais nova da política mineira, possível herdeiro político do governador.

O vice já mantém agenda intensa de viagens pelo interior do estado. Zema é cotado para a disputa presidencial em 2026.

Tadeu Leite, que preside a Assembleia, evita falar sobre o seu futuro político, alegando dedicação ao cargo que ocupa.

"Estou inteiramente focado em meu mandato parlamentar, com um olhar atento às necessidades dos municípios e ao exercício de uma boa gestão no Legislativo, para que as políticas públicas possam promover melhorias na qualidade de vida das pessoas", disse.

Já o presidente da Câmara de Belo Horizonte é mais direto em relação ao que pretende fazer, apesar de também citar seu foco no cargo.

"A lei eleitoral me impede de me dizer candidato antes do prazo. No momento, estou focado em exercer bem a presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte. E me dedicando muito", afirmou.

Por nota, Duda Salabert afirmou que seu partido a quer como candidata, mas que ainda avalia a possibilidade e está, ao mesmo tempo, dialogando com partidos do campo progressista visando a construção de uma frente ampla para a disputa pelo cargo.

Nikolas Ferreira não respondeu à reportagem.

mundo

Produção de chips está concentrada na Ásia, onde Taiwan tem liderança absoluta na fabricação dos produtos mais avançados

Estados Unidos
Concentram a pesquisa e o desenvolvimento de semicondutores, mas fabricam apenas 7% de todos os chips. Se considerados apenas os processadores entre 10 e 22 nanômetros, a penúltima geração, o país fabrica 40%. Empresas como Qualcomm e AMD desenvolvem chips e terceirizam a fabricação para plantas em outros países. Já a Intel desenvolve e fabrica seus produtos, sendo que 75% saem de plantas nos EUA

Brasil
Domina apenas as etapas de backend da cadeia de semicondutores (encapsulamento, corte, afinamento e os testes de chips) e de design. Não há fabricação

Holanda
Concentra a produção de maquinário usado nas fábricas de chips

Ásia

90% de todos os chips de memória

80% de todos os wafers de silício

75% dos processadores (chips de processamento)

Japão
Produz 20% dos sensores ópticos

Coreia do Sul
Produz 44% de todos os chips de memória e 7% dos processadores de última geração (menores que 10 nanômetros)

China
Produz 15% de todos os chips, mas a maioria é formada por componentes pouco avançados (maiores que 45 nanômetros); importa os mais avançados

Taiwan
Produz 41% de todos os processadores e mais de 93% dos chips mais avançados (menores que 10 nanômetros)

Singapura
Produz 5% de todos os chips

Onde há empresas que encapsulam e testam chips no Brasil

- AM: Cal-Comp
- MG: Multilaser, Sunew
- SP: Smart, BRPhotonics, IDEA!, AData, BYD
- SC: Chipus
- RS: CEITEC, HT Micron

Fontes: "Chip War – The Fight for the World's Most Critical Technology", livro de Chris Miller, Center for Security and Emerging Technology, Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores, Ministério do Desenvolvimento e Semiconductor Industry Association

Divisão do mercado global de semicondutores

Receita das empresas em 2020, em %

TSMC (Taiwan); Samsung Foundry (Coreia do Sul); GlobalFoundries (EUA); UMC (Taiwan); SMIC (China); Outros

Tamanho do semicondutor, em nanômetros (nm)	Maior do que 130 nm	90nm-50nm	32nm-12nm	10nm-5nm
Valor total do mercado, em R$ bi	104,2	85,3	106,3	113,8

Fontes: FT, Bain, IC Insights e Gartner

Glossário

Chip ou semicondutor
Componente feito de material semicondutor, normalmente silício, com milhões ou bilhões de transistores microscópicos gravados nele

Transistor
Espécie de interruptor, feito de material semicondutor, que liga ou desliga a depender das mudanças de tensão

Circuito integrado
Combinação de diversos transistores, em alguns casos de bilhões deles, para produzir um pequeno circuito em um chip

Wafer
Peça feita de material semicondutor, como silício, usada como base para produzir múltiplos circuitos integrados

Litografia
Processo de gravação na superfície de um wafer para produzir padrões de circuitos integrados

Miniaturização
Quanto menor o tamanho, maiores a miniaturização e a densidade de transistores no chip o que leva a maior velocidade, capacidade de processamento e menor consumo de energia. Hoje apenas Taiwan e Coreia do Sul conseguem fabricar chips de última geração, de 3 nanômetros. Mais de 95% dos chips mais avançados, abaixo de 10 nanômetros —cruciais para celulares, armamentos que usam inteligência artificial e carros autônomos, por exemplo— são fabricados em Taiwan, e o restante, na Coreia

Um nanômetro é invisível ao olho nu
Três nanômetros equivalem ao tamanho de **6 átomos grandes**

O coronavírus, por exemplo, tem diâmetro de cerca de

100 nanômetros

A espessura de um fio de cabelo

100 mil nanômetros

Em um único chip do tamanho de uma unha

Há **dezenas de bilhões de transistores**, cada um com tamanho equivalente a cerca de 5 átomos

Brasil é uma das novas frentes na guerra dos chips entre EUA e China

Washington tenta atrair vizinhos e, por óbvio, provoca Pequim; a Brasília interessa competição

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O Brasil é uma das novas frentes da guerra entre EUA e China para dominar a produção mundial de chips. Nos últimos dois meses, Washington sinalizou várias vezes a integrantes do governo Lula o interesse de promover investimentos na cadeia de semicondutores no Brasil.

Na visita do presidente brasileiro a Joe Biden, no início de fevereiro, a secretária de Comércio americana, Gina Raimondo, levantou o assunto na reunião na Casa Branca. Ela se referiu às oportunidades de investimento nas várias etapas da cadeia de semicondutores que vão surgir com a chamada Lei dos Chips, um pacote de US$ 52 bilhões aprovado pelo Congresso americano para estimular a indústria e reduzir a dependência de asiáticos.

No dia 15 de fevereiro, Raimondo telefonou para o vice-presidente Geraldo Alckmin e voltou a falar sobre investimentos na cadeia de semicondutores no Brasil. E na próxima quarta-feira (8) a Representante de Comércio dos EUA, Katherine Tai, vem ao Brasil com uma delegação de empresários que querem investir no país, inclusive na área de semicondutores.

Os semicondutores são minúsculos processadores no centro da tecnologia de celulares, carros autônomos, computação avançada, drones e equipamentos militares. São também o núcleo do conflito tecnológico entre EUA e China. Durante a pandemia, devido às interrupções na cadeia de fornecimento, houve escassez mundial de semicondutores, e diversos países buscam agora reduzir sua dependência de importações e passar a ter fornecedores mais próximos geograficamente (nearshoring).

Além de aprovar o pacote bilionário, Washington impôs uma série de restrições à exportação de tecnologia e equipamentos para Pequim, com o objetivo de atrasar o desenvolvimento do rival. O país tenta ainda cercar a China globalmente: Holanda e Japão cederam à pressão e proibiram a exportação de maquinários para os chineses.

Um eventual investimento dos EUA na cadeia de semicondutores no Brasil viria com várias restrições para exportação ou negócios com a China. Segundo a Lei dos Chips, as empresas que receberem fundos americanos não poderão, no prazo de 10 anos, participar de nenhum negócio envolvendo fabricação ou aumento de capacidade de produção de certos semicondutores na China.

Essa não seria a única condicionante do investimento. O governo Biden recorre a uma diretriz que proíbe qualquer indústria que use software, tecnologia ou maquinário americano de exportar determinados chips e componentes para a China sem autorização de Washington.

O Brasil tem 11 grandes empresas na cadeia de produção de semicondutores, mas com capacidade apenas no chamado backend da cadeia, a finalização —teste, afinamento, corte e encapsulamento dos componentes. O país não atua no frontend, que compreende a fabricação do componente, cuja tecnologia é restrita a poucas nações.

Com investimento e transferência de tecnologia, plantas já instaladas no país poderiam passar a atuar no frontend de semicondutores menos avançados e começar a fabricar, no médio prazo (de 10 a 15 anos), chips de 14 nanômetros para abastecer a indústria automobilística, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento (MDIC).

O Brasil sente o impacto do déficit global de semicondutores —no mês passado, a Volkswagen anunciou que vai suspender a produção em fábricas no país por falta de componentes. "O Brasil possui todas as condições para receber investimentos na indústria de semicondutores: parque industrial, demanda interna aquecida, mão de obra altamente qualificada e renovará o programa de incentivo", diz Marcio Rosa, secretário-executivo do MDIC.

Na disputa tecnológica global, a China ainda está atrás de Taiwan, da Coreia do Sul e dos EUA na produção dos chips mais avançados. Apenas Taipé e Seul conseguem fabricar em grande escala os semicondutores de última geração, essenciais para o desenvolvimento de inteligência artificial, carros autônomos e certos armamentos. Pequim, embora seja grande exportadora de chips mais simples, depende de importações para os mais avançados e, por isso, critica o protecionismo americano e investe para suprir o déficit doméstico.

O Brasil poderia se beneficiar da estratégia de nearshoring dos EUA. Washington quer transferir a produção dos países asiáticos, mais distantes geograficamente e mais vulneráveis a pressões da China, para México, Costa Rica, Brasil e outros. "O Brasil não tem condições de ser um player mundial, mas ele pode ocupar elos da cadeia mundial de suprimentos com parcerias", explica Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial do MDIC.

A ofensiva americana, por óbvio, incomoda Pequim. O regime chinês tem dito que preparará uma recepção histórica para Lula, que visita o país no final de março. Como parte do pacote de recepção de honra, chineses devem acenar com possibilidade de investimentos e transferência de tecnologia para fábricas de semicondutores no Brasil.

Uma ideia seria investir na Ceitec (Centro de Excelência em Eletrônica Avançada), a estatal de semicondutores que entrou em processo de liquidação sob Jair Bolsonaro e que Lula avalia reabrir. Pequim usa uma linguagem que soa como música aos ouvidos petistas —a importância de o Brasil, assim como outros países, ter uma indústria doméstica de chips para garantir sua segurança nacional.

Para os EUA, o nearshoring é estratégico para se manter na dianteira da disputa tecnológica. "Estamos no processo de fortalecer cadeias de fornecimento, para que nem uma pandemia na Ásia nem ninguém possa nos impedir de ter acesso aos elementos essenciais que precisamos para produzir tudo", disse Biden durante visita ao México.

Questionada, a embaixada americana em Brasília enviou nota à **Folha**. "Os presidentes Biden e Lula aproveitam novas oportunidades para impulsionar o comércio e o investimento, bem como ajudar a garantir e expandir as cadeias de abastecimento no hemisfério. A relação econômica Brasil-EUA oferece uma base ideal para explorar essas oportunidades em todos os setores, incluindo semicondutores, nearshoring, energia limpa e muitos outros."

Na visão do governo brasileiro, que não se inclina para nenhum dos dois lados nessa Guerra Fria tecnológica, interessa manter as duas superpotências em competição.

Ricardo Zúniga

Lula receber navios iranianos é lamentável, mas decisão soberana

Principal formulador de políticas para Brasil no governo de Joe Biden afirma que regime de Teerã abala bem-estar nas Américas e trava paz e segurança internacionais

Patrícia Campos Mello e Thiago Amâncio

SÃO PAULO E WASHINGTON Os EUA viram como "lamentável" a decisão do Brasil de receber navios de guerra iranianos, mas reconhecem que foi "uma decisão soberana". É o que diz Ricardo Zúniga, principal formulador de políticas para o Brasil dentro da gestão do presidente Joe Biden.

Vice-secretário assistente no Departamento de Estado, o diplomata afirma que Teerã age contra seu próprio povo" e projeta sua influência além das fronteiras "em atividades contraproducentes para a paz e a segurança internacionais."

Em entrevista à **Folha**, Zúniga diz que espera que o Brasil defenda a democracia e os direitos humanos nas ditaduras de Nicarágua e Venezuela. Ele reconhece que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ter interesses divergentes dos americanos, mas afirma que os países têm relações complexas e que a ideia é fortalecer o laço com o Brasil.

*

John Kerry disse no Brasil que deve-se colocar a mesma quantidade de dinheiro no combate a mudanças climáticas que se coloca na Guerra da Ucrânia. Mas o montante oferecido pelos EUA para o Fundo Amazônia foi apenas de US$ 50 milhões, menor do que o esperado e muito menor do que os EUA gastam na guerra. Os EUA vão ampliar esse valor? Vamos ter que trabalhar com o nosso Congresso para garantir que o nível de apoio seja proporcional à importância que damos a isso. Consideramos chave que o Brasil continue liderando esforços multilaterais na Bacia Amazônica. Precisamos olhar para isso além do Brasil e achamos a abordagem regional muito sábia. Os US$ 50 milhões que foram colocados na mesa foram apenas o começo, mas acho que ambos os governos concordaram que era um bom começo.

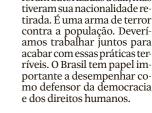
> O Irã está claramente tentando demonstrar sua capacidade de levar força militar a qualquer lugar do mundo, e essa era o propósito da visita

O ministro Mauro Vieira vai receber o chanceler russo, Serguei Lavrov, em abril no Brasil. O governo russo indicou que pode estar aberto a conversas mediadas pela China e possivelmente pelo Brasil. O presidente Lula tem falado em um clube da paz. Como você vê isso? Há um aspecto diplomático importante para alcançar o fim deste conflito, que os EUA reconhecem, apoiam e tem defendido. O secretário [de Estado americano, Antony] Blinken conversou com o ministro Lavrov. Mas não devemos perder de vista que há uma solução muito clara para a guerra, que é a Rússia parar a agressão e a invasão. A maioria da comunidade internacional concorda que houve uma violação da Carta da ONU. É importante que todos trabalhem para convencer a Rússia a pôr fim à sua agressão. Temos muito cuidado para não fazer uma falsa equivalência. Não são partes iguais do conflito. Um lado é o agressor, a Rússia, e outro é a vítima, a Ucrânia.

Como viu o atracamento dos navios iranianos no Brasil? O Irã está claramente tentando demonstrar sua capacidade de levar força militar para qualquer lugar do mundo, e esse era o propósito da visita, demonstrar que pode operar em outras partes do mundo. Os navios foram alvo de sanções dos EUA, e deixamos claras nossas preocupações. Receber os navios quando o Irã não apenas está agindo contra seu próprio povo, mas também tentando se envolver muito além de suas fronteiras em atividades contraproducentes para a paz e a segurança internacionais é preocupante.

Reconhecemos que é uma decisão soberana do Brasil. Mas vale notar que nenhum outro país hospedou esses navios. E há amplo consenso de que os esforços do Irã em projetar poder no Hemisfério Ocidental, nas Américas, não são propícios para o bem-estar das Américas, devido a atos muito claros e documentados. Portanto, foi lamentável, mas, novamente, uma decisão soberana do Brasil.

Lula autorizou o atracamento dos navios e vai em breve à China. Quando a lua de mel entre os governos Lula e Biden vai acabar? Os dois países precisam um do outro e de uma política externa sofisticada. Entendemos que o Brasil tem laços econômicos e comerciais profundos com outros países, incluindo aqueles com os quais os EUA têm uma relação adversária. Nossos interesses convergem nas grandes questões que estamos lidando no mundo: mudanças climáticas, fome, paz internacional, oportunidades, migração, o desafio de promover uma classe média em nossas sociedades. Esta é uma relação que resistiu a muitos altos e baixos, mas o fato é que ela continua sendo uma das relações mais importantes que temos. Vamos provavelmente fortalecer nossa relação, não enfraquecê-la.

Ricardo Zúniga, 52
Vice-secretário assistente para Hemisfério Ocidental no Departamento de Estado dos EUA, é um dos principais responsáveis pela formulação de políticas para o Brasil

> EUA e Brasil precisam um do outro; vamos provavelmente fortalecer nossa relação, não enfraquecê-la

Os EUA receberam dezenas de presos políticos expulsos da Nicarágua pelo regime de Daniel Ortega. O Brasil pode ajudar? Recebemos de braços abertos as 222 pessoas que chegaram aos EUA em 9 de fevereiro. Mas é crucial que não percamos de vista os abusos contra a sociedade da Nicarágua e contra essas pessoas que foram autorizadas a sair, mas tiveram sua nacionalidade retirada. É uma arma de terror contra a população. Deveríamos trabalhar juntos para acabar com essas práticas terríveis. O Brasil tem papel importante a desempenhar como defensor da democracia e dos direitos humanos.

O governo Lula está reabrindo a embaixada em Caracas e retirou restrições a autoridades do regime de Nicolás Maduro. Como veem isso? O Brasil deve defender uma resolução democrática e negociada da crise política em Caracas. Precisamos trabalhar juntos, todos nós que somos afetados pelos efeitos dessa crise política e econômica para garantir uma eleição democrática em 2024. Há um interesse de todos, mas particularmente dos vizinhos da Venezuela. Os Estados Unidos vão trabalhar com Brasil e com outros países nas Américas para promover uma solução negociada.

O ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro durante discurso na conferência conservadora CPAC, em Washington Roberto Schmidt/AFP

Bolsonaro fala na CPAC em discurso mais alinhado a Trump

WASHINGTON Jair Bolsonaro, em discurso no qual buscou inflar os feitos de seu governo e alinhar ainda mais a retórica ao trumpismo, disse neste sábado (4) que, se ainda fosse o presidente do Brasil, o país não teria "esse problema com os navios iranianos".

Aplaudido de pé ao chegar na CPAC, evento da direita apoiadora de Donald Trump nos EUA em Washington, o ex-presidente brasileiro se refere à decisão da Marinha do Brasil de permitir que os navios iranianos Iris Makran e Iris Dena atracassem no Porto do Rio de Janeiro de 26 de fevereiro a 4 de março.

Conforme a **Folha** mostrou, o Brasil, que já havia autorizado a chegada das embarcações em janeiro, havia cedido à pressão americana no começo de fevereiro, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajou aos EUA para se encontrar com o líder americano, Joe Biden, e empurrou o atracamento para o fim do mês. Ao final, as embarcações acabaram chegando ao Rio de Janeiro no domingo passado.

Embora tenha citado acontecimentos da política brasileira dos últimos anos e vários de seus slogans de campanha, Bolsonaro tratou com mais ênfase algumas das bandeiras mais caras a seus interlocutores no centro de convenções que sediou a conferência.

Foi aplaudido, por exemplo, quando disse que não obrigou ninguém a tomar vacina contra Covid-19 no Brasil e ao repetir o bordão "povo armado jamais será escravizado".

Horas mais tarde, ganhou de Trump menção em uma longa lista de agradecimentos. "Uma pessoa muito popular no Brasil", disse o americano. Na sequência, também apontou a presença de Eduardo Bolsonaro. "Ele fez um bom trabalho, acabou de ser reeleito." Pai e filho estavam situados nas filas iniciais da plateia —e receberam mais aplausos quando citados.

Em sua fala, Bolsonaro já havia procurado reforçar o vínculo com o americano. "É indispensável falar aos senhores que o meu relacionamento com o presidente Donald Trump foi simplesmente excepcional", disse o ex-líder brasileiro. Em outro momento do discurso, bateu no peito para dizer que foi o último presidente a reconhecer a vitória de Joe Biden sobre o republicano, que nunca superou a derrota nas urnas.

Mas Trump usou o palanque da CPAC, ainda que esvaziado em relação a edições realizadas quando ele ainda comandava o país, para ditar o clima da próxima corrida à Casa Branca, em 2024, e se autoproclamar o 47º presidente dos Estados Unidos.

"Nossos inimigos querem nos parar porque sabem que nós podemos derrotá-los. Mas eles não estão indo atrás de mim, estão indo atrás de vocês", afirmou. "É por isso que estou aqui hoje. Nós vamos terminar o que começamos."

Trump também enumerou alguns de seus planos, caso seja reeleito. Entre eles, está conduzir a "maior operação de deportação do país", um déjà vu das promessas que fez na campanha de 2016, inclusive com o compromisso de expandir o muro na fronteira dos EUA com o México. Sem dar detalhes, disse ainda que é o único candidato capaz de evitar a Terceira Guerra Mundial e que poderia colocar um fim na Guerra da Ucrânia em um dia.

Bolsonaro, por sua vez, estava hospedado em Orlando desde 30 de dezembro, e viajou a Washington na sexta(3), para participar do evento. Espécie de meca da ultradireita americana, a CPAC reúne os maiores apoiadores de Trump, mas ignora seus desafetos dentro do Partido Republicano. Estava ausente, por exemplo, o governador da Flórida, Ron DeSantis, considerado o maior adversário do ex-presidente na corrida à Casa Branca no ano que vem.

Dois lados de um prêmio Nobel

Chile se divide entre cancelamento de Neruda e exaltação de Gabriela Mistral

Sylvia Colombo
Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da **Folha** em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

Um país que já ganhou dois prêmios Nobel de Literatura teria o suficiente para celebrar. Não é o caso do Chile, em que dois bandos competem para determinar qual dos laureados deveria ser "cancelado" e qual de fato representa diferentes bandeiras ideológicas.

Pablo Neruda era membro do Partido Comunista e amigo de Salvador Allende, presidente morto no golpe de 1973, quando o Palácio de La Moneda foi alvo do bombardeio que terminou com a instalação de um regime militar comandado por Augusto Pinochet, em que mais de 3.000 pessoas ainda seguem desaparecidas.

Nos últimos dias, voltou a ganhar força a tese de que Neruda, dias após o golpe, foi assassinado enquanto tratava um câncer —estudos ainda não conclusivos sugerem que o poeta foi envenenado. A teoria se contrapõe à versão de que ele morreu devido à doença. Se for verdade, trata-se de mais uma morte terrível a ser incluída na lista de crueldades cometidas por Pinochet.

Mas voltemos ao processo de "cancelamento", que no caso de Neruda não é de hoje. Começou quando algumas mulheres passaram a considerar absurdo algo que ele deixou escrito, a descrição em detalhes de um estupro de uma camareira de um hotel no Sri Lanka, em 1974, quando ele servia como diplomata ali.

Outra passagem deixou fãs e críticos transtornados. Neruda menosprezou Malva Marina, a filha que teve com a primeira mulher, Antonieta Hagenaar, e que nasceu com hidrocefalia. A menina morreu aos 8, e sua mãe acusou o pai de não dar nenhuma ajuda e, pior, de preferir gastar dinheiro com "bordéis e amantes".

O "cancelamento" do grande poeta chileno parece ter se materializado quando o projeto de trocar o nome do aeroporto de Santiago, de Arturo Merino Benítez para Pablo Neruda foi recebido com protestos das feministas chilenas. Os legisladores do país preferiram não avançar com a pauta.

Curiosamente, vem ganhando relevância a figura de Gabriela Mistral, primeira latino-americana a vencer o Nobel, em 1945. Ela nunca defendeu claramente uma política de esquerda ou de direita, mas seus seguidores preferem ver em seu perfil discreto, da infância humilde à docência nos EUA, um sinal de fortaleza feminina contra o patriarcado.

Com a convicção de que não deveria "sair do armário para guardar as aparências", Mistral durante toda a vida teve uma parceira, Doris Dana.

Ao contrário de Neruda, que rejeitou a filha, Mistral, que era católica, tratou sobrinhos e crianças das vizinhanças como filhos, o que vem levando à desconstrução da imagem sóbria e severa de suas imagens mais conhecidas, entre as quais a que estampa a cédula de 5.000 pesos chilenos.

Hoje, é diante do centro cultural Gabriela Mistral que se reúnem os jovens que se manifestam no centro da cidade. Também é fácil encontrar nas esquinas do belo bairro de Lastarria, em Santiago, camisetas com a imagem da escritora carregando o lenço pró-aborto ou com frases usando o modelo inclusivo, que a poeta já utilizava em seu tempo.

Obra por obra, ambas são gigantes. Os símbolos, porém, são facilmente manipuláveis, permitindo essas esgrimas. O fato é que, se Neruda cometeu mesmo os crimes que descreve em seus escritos, algum tipo de reparação deveria ser feito.

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

O ditador Nicolás Maduro diante de um retrato de Hugo Chávez em Caracas Yuri Cortez - 12.jan.23/AFP

Morte de Chávez faz 10 anos com Maduro saindo de sua sombra

Distante da popularidade de seu antecessor, ditador da Venezuela se agarra ao poder em um país colapsado

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Após três voltas ao redor da cabeça de Nicolás Maduro, o passarinho pousou na viga de madeira de uma capela na cidade de Sabaneta, onde cresceu Hugo Chávez. "Cantou um pouquinho, deu uma volta, foi embora e eu senti o espírito dele", contou o ditador da Venezuela.

Morto naquele 2013 em decorrência de um câncer, o mítico líder comunicou-se por meio do pássaro, afirmou Maduro à época, em um discurso no pátio da casa onde Chávez nasceu. "Hoje começa a batalha. Rumo à vitória. Vocês têm nossa bênção", teria dito simbolicamente a ave bolivariana.

Isso é o que conta o ditador, que recorreu à história um mês depois da morte de seu antecessor e no dia em que começava a sua primeira campanha pela Presidência —cadeira na qual segue desde então. A infinidade de referências a Chávez foi pouco a pouco substituída por enaltecimentos pontuais, em efemérides como a deste domingo (5), quando se completam 10 anos de sua morte. Maduro, por sua vez, saiu da posição de número 2 e ganhou luz própria para se manter no poder em um país colapsado.

A figura de Chávez, exaltada ou repugnada a depender do enunciador, ainda hoje é conhecida em todo o mundo como a do líder que tentou implementar na Venezuela do início dos anos 2000 o socialismo do século 21.

Mais de 20 anos depois, porém, os problemas sociais que levaram Chávez ao poder se agravaram de maneira inédita. Na época de sua ascensão, o país passava por múltiplas crises relacionadas à desigualdade e à pobreza, além de um profundo descrédito da sociedade em relação aos políticos que protagonizavam escândalos de corrupção —temas alvo da retórica de Chávez.

"Quando comparamos sua oferta e sua entrega, vemos que não dá match", afirma Maryhen Jimenez, venezuelana doutora em ciência política pela Universidade de Oxford. "Ele foi incapaz de construir consensos e grandes maiorias a favor de uma mudança democrática na Venezuela."

Para parte da população, o grande herói da Venezuela foi Chávez, e a grande traição foi de Maduro

Carlos Raul Hernández
cientista político

Consultorias independentes calculam a inflação venezuelana de 2022 em 310,33%, o que nem chega a ser a pior cifra dos últimos anos. Em 2021, o Banco Central informou que o índice foi de 686,4%; em 2018, inimagináveis 130.060%.

Há ainda uma crise humanitária sem precedentes no país. No final de 2021, a agência da ONU para refugiados contabilizava 6,1 milhões de venezuelanos refugiados ou migrantes —número próximo ao da Ucrânia, em guerra com a Rússia. A Venezuela também se destaca no ranking da corrupção, ocupando a quarta posição global e a liderança da lista nas Américas.

Para Jimenez, o enfraquecimento da imagem de Chávez se explica pela distância entre a Venezuela de hoje e a terra prometida por ele. "Chávez propunha o controle do Estado, mas a vida cotidiana do país está completamente privatizada. Quem não tem acesso a dólares simplesmente não vai ter fornecimento de água."

O cenário contrasta com os ganhos que a Venezuela teve sob o líder, quando o país reduziu a pobreza de 49,4% para 27,8% —queda proporcionalmente maior que a dos dois primeiros mandatos de Lula no Brasil. Naquele momento, enquanto os brasileiros eram beneficiados pelo boom de commodities, os venezuelanos cresciam com as receitas petroleiras.

Quando essa conjuntura mudou, o país sucumbiu novamente. Desta vez, sob um governo autoritário. Em 2009, Chávez, que já havia tentado dar um golpe de Estado, fez uma emenda na Constituição aprovada em 1999 para permitir reeleições ilimitadas. Ele falava em ficar no poder até 2030, enquanto perseguia opositores e imprensa.

Mas a miséria que se seguiu não é diretamente associada ao líder. "Para parte da população, o grande herói foi Chávez, e a grande traição foi de Maduro", afirma o cientista político Carlos Raúl Hernandez.

Apesar do estratégico enfraquecimento de sua figura dez anos após sua morte, Chávez ainda é exaltado na Venezuela. Na quarta (1º), Maduro lembrou em um evento o aniversário da "partida física" de seu antecessor. "São dez anos que parecem cem pela intensidade dos acontecimentos e por tudo que enfrentamos. Mas assim como parecem cem anos, parece que foi ontem que demos o último adeus a nosso amado comandante", disse.

A retórica chavista também deixou marcas na sociedade venezuelana. Em 2006, quatro anos após ser vítima de um golpe de Estado frustrado apoiado pelos EUA, ele disse, em uma Assembleia Geral da ONU, que o diabo havia passado por ali, em uma referência ao americano George W. Bush.

"Ele conseguiu efetivamente polarizar e penetrar a sociedade venezuelana com seu estilo caudilhista e personalista", diz a pesquisadora. "Essa retórica gerou uma cicatriz e uma divisão na sociedade que chegou até as famílias."

Internacionalmente, o país tornou-se um inconveniente vizinho para os líderes de esquerda sul-americanos, constantemente cobrados pelo autoritarismo do regime. Lula defendeu alternância de poder no país durante sua última campanha. Uma vez eleito, o petista deu aval para o embaixador indicado por Maduro, retomando laços diplomáticos rompidos sob Bolsonaro.

Para manter-se no poder com uma taxa de popularidade que nunca se aproximou da registrada pelo padrinho Chávez, Maduro agora mostra a face mais autoritária do regime. "Há desencanto geral com a política na Venezuela", afirma o analista e filósofo venezuelano Jean Maninat. "Mas também há certa esperança com o retorno da oposição à via eleitoral, da qual não deveriam ter se afastado."

Legado de Stálin segue vivo 70 anos após falecimento do ditador

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Neste 5 de março, em 1953, era anunciada ao mundo a morte de Josef Stálin, "aquele feito de aço" em russo. Setenta anos depois, a sombra de sua influência segue presente na Rússia de Vladimir Putin e na geopolítica perseguida por ele com sua guerra na Ucrânia.

Não que o líder russo seja stalinista ou queira reabilitar o ditador, que comandou a União Soviética de 1927 até seu falecimento, aos 74 anos, por um derrame tão suspeito que até uma boa comédia sobre suas circunstâncias ("A Morte de Stálin", 2017) já foi filmada e proibida na Rússia.

Mas sua visão de uma Rússia que precisa de fronteiras seguras a lhe separar dos inimigos, uma herança imperial que os soviéticos abraçaram, deve muito à brutalidade de meios que caracterizou Stálin —que nem russo era, e sim georgiano.

Com efeito, Putin tornou sagrado o calendário público associado à vitória do ditador contra seu par nazista Adolf Hitler na Segunda Guerra Mundial, que para os russos se chama Grande Guerra Patriótica e começou com a invasão alemã de 1941. Antes, Stálin e Hitler eram aliados e partilharam parte da Europa, uma verdade que incomoda o Kremlin.

Há consequências da promoção intensiva do nacionalismo militarista. O instituto Levada fez uma pesquisa sobre Stálin em 2021: consideravam o ditador um "grande líder" 56% dos ouvidos. Em 2016, eram 28%, ante 29% aferidos em 1992. Apenas 14% discordavam da avaliação.

Na esquerda brasileira, o ditador é menos influente do que Leon Trótski. Ainda assim, em 2020 protagonizou uma vazia polêmica sobre a suposta simpatia de Caetano Veloso pelos feitos de Stálin.

Afinal, como toda figura complexa, um dos maiores homicidas da história (de 10 milhões a 20 milhões de vítimas) também foi responsável por criar um império que se mostrou insustentável de forma entrópica, mas que fez de um país feudal uma potência atômica e espacial.

Mas a ligação de Stálin com a Rússia de 2023 não é apenas afetiva. Em uma dessas sincronicidades da história, a Ucrânia segue no centro da interação internacional do Kremlin —não exatamente de uma forma luminosa.

O ditador presidiu uma das maiores tragédias humanitárias conhecidas, a Grande Fome de 1932-33 na Ucrânia. A causa central foi a política de coletivização da agricultura e a necessidade de Stálin de montar suas Forças Armadas com equipamento europeu —grãos ucranianos eram a forma de pagamento.

Busto de Josef Stálin em seu túmulo no Kremlin
Alexander Nemenov - 21.dez.22/AFP

Talvez 4 milhões de pessoas tenham perecido, restando saber se por inépcia ou desígnio. Aqui, a polarização extrapola a historiografia e percorre décadas para desaguar na guerra atual, vista por políticos ucranianos como mera continuação de uma suposta intenção genocida do Kremlin ante o país.

Isso é questionável, óbvio, mas é também fato que Putin escreveu longo artigo no ano passado defendendo basicamente que russos e ucranianos são um só povo, e disse reiteradamente que o Estado da Ucrânia foi invenção dos bolcheviques de Lênin.

Seja qual for a verdade, a brutalidade de Stálin no trato com os ucranianos, que de resto reflete o comunismo ideologicamente pela colocação dos fins acima dos meios, pode ser vista no emprego de força na Europa inaudito desde a Segunda Guerra.

Com efeito, a imagem do ditador na Ucrânia é diversa da aferida na Rússia. Segundo o Instituto Internacional de Sociologia de Kiev, apenas 16% dos ucranianos viam Stálin como grande líder; 40% diziam o contrário.

Por fim, há uma similaridade adicional: Putin e Stálin seguiram o conselho do premiê tsarista Piotr Stolipin (1862-1911) de que apenas a mão de ferro angaria respeito popular e comando do político na Rússia. Com tudo isso, o legado de Stálin, após anos de apagamento do culto à sua personalidade, segue permeando a forma com que o Estado sucessor legal da União Soviética se relaciona com o resto do mundo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann Edu Andrade - 8.fev.23/Divulgação Ministério da Fazenda

PT vai continuar a expor suas divergências com equipe de Haddad

Cúpula do partido travou embate público com ministro da Fazenda na taxação de combustíveis

Renato Machado, Marianna Holanda e Julia Chaib

BRASÍLIA O partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai seguir expondo publicamente suas divergências com políticas do governo, após a decisão de retomar a cobrança de tributos federais sobre combustíveis.

A cúpula do PT discordou abertamente das intenções da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de não prorrogar a desoneração tributária sobre álcool e gasolina.

Diante de uma posição mais liberal da equipe econômica, a avaliação é que a pasta deve continuar sendo alvo dos embates públicos com membros do partido.

De acordo com integrantes da legenda, a divergência é estimulada pelo próprio Lula, que costuma dizer até publicamente que quer tanto o PT quanto os movimentos sociais ativos.

A avaliação é que o partido deve continuar expondo seus posicionamentos, e petistas minimizam a possibilidade de isso causar ruídos com o governo. Mas a busca será por encontrar um limite nas críticas que não comprometa a governabilidade.

Aliados da presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR), consideram que ela marcou posição ao criticar a possível volta dos tributos e obteve uma vitória parcial após o governo ter adotado uma "solução intermediária", com a reoneração parcial dos combustíveis.

Outra ala do partido, contudo, considera que as divergências e os debates deveriam ocorrer de forma mais reservada e tentam delimitar as declarações da dirigente como membro da própria, porque não houve deliberação da executiva do partido sobre o tema.

Na terça-feira (28), o governo anunciou a retomada da cobrança de tributos federais sobre gasolina e etanol a partir de 1º de março, oito meses após as alíquotas terem sido zeradas por Jair Bolsonaro (PL) na tentativa de derrubar o preço nas bombas às vésperas da eleição de 2022.

Também foi anunciada a taxação de exportações de petróleo.

A alíquota de PIS/Cofins subiu R$ 0,47 por litro da gasolina e R$ 0,02 por litro do etanol —ou seja, uma cobrança ainda parcial em relação aos patamares cobrados antes da desoneração. A Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) permanece zerada.

As novas alíquotas devem valer por quatro meses. Em julho, caso não haja mudanças no Congresso, serão retomadas as cobranças integrais de R$ 0,69 por litro da gasolina e R$ 0,24 sobre o etanol.

A volta dos tributos foi a primeira grande batalha enfrentada por Haddad, que encontrou resistência de aliados no partido, no Congresso Nacional e mesmo dentro do governo.

No entanto, o primeiro escalão de Lula evitou críticas públicas à medida.

A divergência acabou externada por Gleisi, em um post em suas redes sociais. A presidente da legenda criticou a política de preços da Petrobras e concluiu afirmando que taxar combustíveis seria "penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha".

De acordo com aliados, a dirigente representou não apenas o posicionamento da sigla como de alas do governo que também eram favoráveis a prorrogar a desoneração.

Integrantes do partido dizem que a deputada tem a autoridade para se posicionar de forma contrária sem gerar crise para o governo, uma vez que não tem cargo e, portanto, não tem a obrigação de chegar a um consenso a portas fechadas.

Defendem que é papel do PT a manifestação tanto de solidariedade e apoio ao governo quanto o debate crítico das políticas adotadas, em especial no terreno econômico.

Lembram que o seu discurso no aniversário de 43 anos do PT, em fevereiro, deixou claro que a prioridade de sua gestão é a defesa do crescimento econômico e a geração de emprego.

Por isso consideram que a dirigente vai continuar com suas críticas ao governo, em particular na eventual adoção de medidas de austeridade fiscal.

"Está na hora de enfrentarmos esse discurso mercadocrata dos ricos desse país, que temos risco fiscal. Qual risco? De não pagar a dívida? Mentira. Nossa dívida é toda em reais, numa proporção razoável do PIB. Ainda temos as reservas internacionais, deixadas pelo PT. Eles mentem, e o Banco Central, uma autarquia do Estado brasileiro, corrobora com a mentira, impondo um arrocho de juros elevados ao Brasil", afirmou a presidente do partido no evento.

"Isso tem que mudar. Temos um mercado antiquado, atrasado que não percebeu ainda as mudanças internacionais. E nós temos de parar de ter medo de debater política econômica, seja ela monetária, fiscal ou cambial e tentar nos acomodar ao que eles querem ou pensam", completou.

A própria Gleisi já havia iniciado a ofensiva para pressionar o Banco Central, através do Copom (Comitê de Política Monetária), para que reduza a taxa de juros.

Essa batalha ganhou proporções ainda maiores com a adesão de Lula, que bateu nessa tecla em suas falas e passou a atacar diretamente o presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

Um ministro do governo Lula ouvido pela **Folha** minimiza a oposição de Gleisi na polêmica envolvendo os combustíveis. Afirma que a solução final foi "construída" e não se tratou de uma disputa da dirigente contra Haddad, com vencedores e perdedores.

Esse membro do primeiro escalão do governo também diz que a dirigente do PT tem o direito de expor as suas posições, mas ressalta que seria melhor que ela deixasse claro quando se trata de sua visão e quando é uma questão deliberada dentro do partido.

No caso dos combustíveis, afirma que o governo considera ter sido uma posição pessoal e descarta que ela tenha atuado como "porta-voz dos descontentes", incluindo integrantes do Executivo que não quiseram expor divergências publicamente.

Palocci também foi alvo de fogo amigo de petistas na Fazenda

Douglas Gavras

SÃO PAULO "A primeira reunião da Executiva Nacional do PT desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi marcada por críticas às primeiras ações do atual governo", assim começava a reportagem que foi manchete da **Folha** em 21 de janeiro de 2003.

O conflito envolvia o então responsável pela Fazenda, Antonio Palocci, e uma ala à esquerda do partido. Vinte anos depois, embate semelhante ocorreu entre a atual presidente da sigla, Gleisi Hoffmann, e o ministro da pasta, Fernando Haddad, em torno da volta da cobrança de impostos federais sobre combustíveis.

Na queda de braço recente, o lado da presidente do partido argumenta que o governo não pode resolver de uma vez o problema criado por Jair Bolsonaro (PL) no ano passado, ao desonerar os combustíveis às vésperas da eleição.

Defendendo a recuperação das contas públicas, Haddad, por sua vez, acabou anunciando um retorno, embora diluído, da cobrança.

Quando lhe foi perguntado sobre o embate, o ministro minimizou a crise em entrevista ao UOL. "O importante é que ela [Gleisi] defendeu a decisão do presidente Lula. (...) É uma pessoa que tem opiniões fortes, mas que sabe que a decisão final, quem arbitra os conflitos de posições dentro do governo e fora do governo, é o presidente Lula."

O então deputado Antonio Palocci e Fernando Haddad, à época ministro da Educação, em comissão na Câmara, em 2009 Alan Marques - 29.set.09/Folhapress

O dilema entre fazer ajuste nas contas públicas e aumentar despesas na tentativa de gerar empregos e reaquecer a economia também dividia uma ala do PT e a Fazenda no primeiro mandato de Lula, há duas décadas.

Como o próprio Haddad lembrou recentemente, Palocci chegou a ser alvo de um abaixo-assinado, capitaneado por integrantes do partido.

No início do primeiro governo do petista, o fogo amigo veio da chamada "ala radical do PT", que criticava a maneira como o então ministro conduzia a política econômica. O grupo também se opunha a uma reforma da Previdência.

Ainda em janeiro daquele ano, houve aumento da taxa básica de juros, de 25% para 25,5% ao ano, sinalizando a manutenção da política anterior, o que irritou os petistas mais à esquerda.

Os conflitos entre partido e governo eram encabeçados por parlamentares como a ex-senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais João Batista Abreu, o Babá (PA), e Luciana Genro (RS) —grupo que não contava com o apoio da direção petista e, mais tarde, fundariam o PSOL.

Na época, a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, disse que as ideias da esquerda petista colocariam o país na UTI.

"Não temos outra linha. É o que o ministro tem dito aos seus diferentes interlocutores que se opõem a essa política. Qual é a alternativa?", questionou Marta, que defendia que o remédio receitado por Palocci, apesar de amargo, contrariava as expectativas de fuga de crédito e aumento do risco Brasil.

"A prefeita, além de reproduzir argumentos pretensamente científicos, apenas mostra que os lugares que ela frequenta a impedem de ver que o Brasil já está na UTI", rebateu a senadora Heloísa Helena à época.

Babá chegou a dizer que não confiava em Palocci "nem como médico [formação profissional do ministro]".

O então presidente do partido, José Genoino, escreveu um texto em que criticava a postura da ala mais à esquerda.

Após ter sido chamado de neoliberal em uma reunião fechada com a bancada, Palocci disse ter disposição para debater com tranquilidade com a ala radical, mas que defenderia a agenda do governo.

Continua na pág. A16

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Jonas Nascimento

Marketing do vinho prega que os trabalhadores são felizes durante a colheita

SÃO PAULO A revelação do caso de um grande resgate de trabalhadores da colheita de uva em Bento Gonçalves (RS) em situação análoga à escravidão levou preocupação a exportadores de vinho brasileiros, que veem risco de manchar a imagem da bebida no exterior, diz o empresário Jonas Nascimento, sócio e sommelier da exportadora 067, que vende garrafas de produtores de menor porte no Brasil para o Oriente Médio.

Nascimento afirma que o marketing da indústria do vinho costuma apresentar trabalhadores felizes, cantando durante a colheita, e que isso agrega valor ao produto porque o consumo do vinho envolve a história de sua produção. Portanto, uma uva colhida em condições de exploração, segundo ele, carrega tais características, prejudicando a qualidade do vinho.

"A colheita manual é valorizada. Tem uma parte romântica da energia das pessoas. Os trabalhadores cantam no vinhedo, estão felizes. Isso é o que se prega no marketing do vinho. E quando a gente vê uma notícia dessas, de que há choque elétrico, o trabalhador que toca as uvas transmite essa energia, que é a tristeza", diz Nascimento.

Na avaliação do empresário, o caso deve expandir a cobrança por sustentabilidade na produção e a consciência dos consumidores sobre a qualidade do produto.

*

Para os exportadores, esse caso do trabalho escravo na colheita de uva no Sul gera alguma preocupação com a imagem do vinho brasileiro no exterior? Com certeza. Eu aprendi, desde sempre, que o vinho é história. Me embrulha o estômago pensar em abrir um vinho feito assim. As uvas têm a energia da escravidão.

Nos grandes vinhos da França, o proprietário escolhe as fases da lua para fazer a colheita e a poda. Enterram chifres no solo para adubar, tem a questão da energia para corrigir o cálcio do solo.

Isso não é o vinho da serra gaúcha como um todo. Mas são os que foram descobertos. E aqueles que não foram? Se a gente pensar que vai servir um vinho com essa energia da exploração, eu, como profissional que tenho tudo na vida pelo vinho, me recuso. Vinho é história. É delicado.

Eu prego pelo vinho brasileiro, levanto a bandeira do vinho nacional. A gente defende. No entanto, eu vejo as pessoas postarem [nas redes sociais]: "por isso eu não bebo vinho brasileiro" ou "onde o brasileiro põe a mão tem alguma coisa errada".

Como veio essa preocupação? Para a gente que trabalha defendendo, ver uma notícia como essa é muito chocante e triste, porque é todo um trabalho que vai por água abaixo. Estamos muito tristes com isso. Agora, compete ao Ministério Público buscar apurar os fatos, se as vinícolas tinham ciência dessa questão ou não.

Vocês têm negócios com as vinícolas Garibaldi, Aurora e Salton, que terceirizaram serviço das empresas envolvidas? Não. Eu já vendi um lote pequeno, mas já faz algum tempo e fiz visitas.

É inacreditável. Nós fomos todos pegos de surpresa com essa situação. A gente busca pequenos produtores para contar histórias das uvas e da produção. A história é um valor agregado do vinho.

Os consumidores têm essa consciência? Muitas vinícolas colocam no contra rótulo quando têm colheita manual das uvas. Isso tem um por quê.

A mão do homem é muito mais delicada do que a máquina. Com isso, a uva não se machuca. A uva não precisa de mais nada para fermentar. A própria levedura está presente na casca. Quando você tira uma uva do cacho, aquele buraquinho já é suficiente para entrar as leveduras e iniciar o processo de fermentação alcoólica. Por isso a colheita manual é mais valorizada.

Tem uma parte romântica da energia das pessoas que estão ali. A vindima [como é chamada a colheita das uvas] que a gente vê nas revistas e nos filmes mostra que os trabalhadores estão felizes. Os trabalhadores cantam no vinhedo. Isso é o que se prega no marketing do vinho.

Quando a gente vê uma notícia dessas, de que há choque elétrico, desrespeito, obviamente, o trabalhador que toca as uvas transmite essa energia, que é a tristeza. A gente não vende vinho sem conteúdo. O consumidor quer isso.

Vocês vão falar com produtores para entender se o caso de Bento Gonçalves foi isolado ou se é uma prática comum? Esse tema vai entrar nas nossas reuniões comerciais. Precisamos vender a verdade e tratar o vinho como um meio de expansão da consciência humana devido a todo esse processo. Para que a gente não entre em contrassenso com a nossa proposta e os nossos valores, vamos apurar com cada produtor.

Como o mercado de vinhos vai se proteger disso? Como vão olhar para a cadeia de fornecedores? Vamos ter de buscar selos de segurança. Podemos ter novas ideias. Podemos pensar em colocar um selo no vinho brasileiro, indicando que a vinícola respeita o trabalhador que fez a colheita humana. Isso é um trabalho que dá para ser feito, para mostrar lá para fora do país.

Acredito que existem formas de reverter isso. Nós, como exportadores, que representamos as marcas, vamos cobrar, porque isso pode queimar a nossa marca. A visibilidade dessa situação deve fazer com que aqueles que fazem isso por baixo dos panos repensem. E o consumidor também vai querer saber.

Raio-X
Sócio e sommelier-executivo da empresa de importação e exportação de bebidas 067 Vinhos, que representa rótulos de vinícolas nacionais e estrangeiras como Pericó, Miolo, San Michele e Costa Arènte, entre outros. O empresário possui formação de sommelier para vinhos e para cachaças pelo Senac Campos do Jordão (SP)

Os então deputados Babá e Luciana Genro, críticos da política econômica de Palocci Lula Marques - 13.mai.03/Folhapress

Palocci também foi alvo de fogo amigo de petistas na Fazenda

Continuação da pág. A15

Em meados de fevereiro, o presidente Lula disse em uma reunião com ministros que estava cada vez mais satisfeito com a atuação de Palocci. O objetivo do afago era reforçar para o mercado que o partido não faria uma ruptura abrupta na economia.

"Eu vou ser bem sincero: não conto com os comandantes do partido para enquadrar os radicais do PT. Eu conto com os radicais do PT para compreender o momento que o Brasil atravessa", disse Palocci, na tentativa de aparar as arestas com os críticos.

Em um cenário de guerra dos EUA contra o Iraque, com desemprego recorde, aumento da dívida pública e alta da inflação, a impaciência dos parlamentares e conselheiros mais à esquerda no PT com Palocci só crescia.

A economista Maria da Conceição Tavares — cujas gravações de entrevistas e aulas foram resgatas pela internet nos últimos anos — denunciou na época o que chamava de continuísmo ou "malanismo" de Palocci, em referência ao seu antecessor na Fazenda, Pedro Malan.

No fim do primeiro semestre daquele ano, a discussão era se já não estava na hora de tentar um plano B para a economia e acabar com os remédios amargos.

Enquanto isso, o governo avançava na reforma da Previdência, que tentava combater distorções do serviço público e que foi encaminhada à Câmara em agosto e aprovada pelo Senado no fim daquele ano.

"Choro, porque dediquei os melhores anos de minha vida ao PT, onde aprendi valores como a defesa dos direitos dos trabalhadores que, hoje, o governo do PT quer tratar como se tivessem sido concessões das elites ou de políticos", disse Heloísa Helena, ao se emocionar em discurso contra a reforma da Previdência.

Para Celso Rocha de Barros, doutor em sociologia e colunista da **Folha**, a ala radical do partido foi além das críticas a Palocci, votando contra propostas do governo, em um momento em que o PT precisava transmitir a mensagem de que conseguiria ser governo.

"Após essa crise, ainda houve pesadas críticas do PT à política econômica, mas dentro de certos limites. A coisa só melhorou quando começaram a aparecer os bons resultados da combinação moderação macroeconômica e políticas sociais fortes", diz Barros, que também é autor da biografia "PT, uma História".

No PT da era Lula 1, o conflito terminou com a expulsão dos radicais e a vitória de Palocci — em 15 de dezembro, o Diretório Nacional do PT expulsou Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Fontes (SE), acusados de desobedecer a orientações e criticar ostensivamente o governo.

Lula bancou a política econômica de Palocci até o fim. O ministro só cairia três anos mais tarde, após a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, que testemunhou contra ele na CPI dos Bingos.

Rocha de Barros diz acreditar que, em geral, o ministro ganha os embates com a ala política, mas a pressão contínua pode forçar o governo a adotar mais medidas compensatórias ou combinar estratégias.

"No segundo mandato de Lula, por exemplo, a moderação na macroeconomia foi acompanhada de mais investimentos públicos."

Ao assumir seu terceiro mandato, o próprio presidente Lula tem repetido que não espera apenas elogios de seus aliados, mas que eles façam cobranças ao governo.

Apesar de considerar a disputa interna saudável, Rocha de Barros acrescenta que é preciso cautela.

"Nas primeiras prefeituras do PT, o prefeito quase sempre saía por não aguentar a contestação do partido. No governo Dilma, o PT não bancou [o ministro da Fazenda, Joaquim Levy], e o governo caiu. No caso dos combustíveis, acho que a crítica de Gleisi foi longe demais, pareceu um ataque direto ao ministro."

Para Pedro Paulo Zahluth Bastos, economista da Unicamp, a prioridade deveria ser uma política anticíclica neste momento.

"Essa é a fonte básica de tensão, que tem como pano de fundo a política de preços da Petrobras e se ela deve servir para maximizar os lucros dos acionistas ou se é hora de aumentar os investimentos."

"É diferente da época do Palocci, porque tudo indica que Haddad concentrou o ajuste em uma expectativa de elevação de receita, sem se comprometer com uma meta muito rígida. O presidente também já deixou clara que a prioridade é retomar o crescimento e o emprego."

Uma semelhança entre os dois ministros é a possibilidade de retomada forte da economia chinesa, só que não dá para esperar uma recuperação rápida e sincronizada da economia mundial. O cenário mais adverso pode ser uma fonte de tensão que poderá diminuir a sustentação de Haddad, diz.

"Uma política como a do Palocci teria menos possibilidade de dar certo agora."

Relembre capítulos do embate entre Palocci e radicais do PT, em 2003

24.JAN.03 — **Juro alto é remédio necessário, diz Lula**
"É como se nós tivéssemos um filho com febre e quiséssemos mudar de médico e de medicamento. E, entre um médico e outro, esse filho tivesse febre. Você, talvez, tivesse que dar o mesmo medicamento", justificou o presidente ao comentar a alta de juros

1º.FEV.03 — **Governo tenta evitar colapso, diz Palocci**
Em reunião fechada com senadores e deputados do PT, o ministro afirmou aos colegas de partido que o governo será tradicional na economia. Quando criticado pelas medidas econômicas, ele rebateu: "Se tiverem receita melhor, me passem"

3.FEV.03 — **Ambiente de torcida impede discussão de alternativas, diz Paul Singer**
Um dos fundadores do partido, economista se queixou da falta de uma discussão em profundidade sobre a política econômica. "Deve haver outras alternativas", disse, ao reconhecer que as medidas tomadas na economia repetiam a dos anos FHC

4.FEV.03 — **'Serei duro com radicais', diz Palocci**
Vou fazer um debate com eles [os radicais] com tranquilidade, mas vou ser duro", disse o ministro, ao apontar que pretendia mostrar que o programa do governo Lula era marcado pela moderação econômica e rejeição a mudanças abruptas

6.AGO.03 — **Lula cede, e Câmara aprova reforma da Previdência**
Governo manda reforma que previa aposentadoria integral e a paridade (aposentados têm o mesmo reajuste dos funcionários da ativa) apenas para os atuais servidores e instituía, entre outras alterações, a contribuição previdenciária dos inativos

13.DEZ.03 — **Documento petista diz que rebeldes uniram-se à oposição**
"Não dá para transformar críticas em oposição. Isso eu não aceito. Sou governo. Com autonomia, mas sou governo", disse o então presidente do PT, José Genoino

15.DEZ.03 — **Rebeldes são expulsos do PT, encerrando guerra interna**
O Diretório Nacional expulsou os quatro congressistas acusados de desobedecer a orientações partidárias e criticar ostensivamente o governo federal

Nelson Barbosa

BNDES propõe título que poderá valer para pessoa física e volta de subsídios

Instrumento seria nos moldes de LCA e LCI, diz diretor de Planejamento, que também defende mudança na TLP e mira dobrar tamanho do banco

ENTREVISTA

Fábio Pupo e Alexa Salomão

BRASÍLIA A nova direção do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) negocia com o Ministério da Fazenda o mais significativo conjunto de mudanças em mais de cinco anos nas formas de a instituição obter capital e conceder empréstimos.

Em uma frente, o banco planeja lançar um novo instrumento para captar recursos no mercado e reduzir sua dependência do Tesouro Nacional. A Letra de Crédito de Desenvolvimento (ou LCD), como vem sendo chamada, poderá receber investimentos até mesmo de pessoas físicas e funcionará com formato e remuneração semelhantes a opções financeiras existentes hoje —como LCI e LCA (letras de crédito imobiliário e agrícola, respectivamente).

Nelson Barbosa, diretor de Planejamento do BNDES e ex-ministro da Fazenda, diz à **Folha** que o objetivo é eliminar paulatinamente a necessidade de recursos públicos para a instituição. "Estamos tentando construir o BNDES do século 21", afirma.

Em outra frente, a nova gestão propõe flexibilizar de diferentes formas o uso da chamada TLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), criada por lei em 2017 (durante o governo Temer) para impedir que o banco empreste a clientes a taxas menores do que o custo de captação do Tesouro Nacional.

O banco sugere a recriação do crédito subsidiado pelos cofres públicos, como nos governos anteriores do PT. Mas, desta vez, a medida seria voltada a determinados segmentos estratégicos (como transição energética e inovação), sob autorização do CMN (Conselho Monetário Nacional) e com limites de valores para evitar um "cheque em branco".

"Algumas atividades precisam de subsídio para serem viáveis e o retorno delas não é econômico, mas de externalidade. Elas geram ganhos, como em tecnologia, inclusão social e mudança ambiental."

Apesar de considerar que a criação da TLP removeu o amplo subsídio visto até aquela época, Barbosa critica a redação da medida. Para ele, a lei amarrou o banco à obrigação de remunerar o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador, principal fonte de recursos do BNDES e alimentado por recursos públicos) usando só uma taxa.

Por isso, ele propõe o uso de múltiplas opções de remuneração ao FAT —por exemplo, usando a Selic ou títulos do Tesouro de maior prazo.

"Se alguém propusesse isso [remunerar captações a uma taxa única] numa instituição privada, seria demitido. Isso foi o que o governo Temer fez, e estamos corrigindo", afirma.

*

Como vocês encontraram o BNDES? Não é segredo que o banco vinha em um processo de enxugamento, mas foi muito além do razoável. Estimamos que o desembolso total do ano passado tenha ficado próximo de 1% do PIB, metade do que era antes. O presidente [do BNDES, Aloizio] Mercadante já colocou, e a gente tem reforçado, que um dos objetivos é voltar ao padrão histórico de desembolsar pelo menos 2% do PIB, ou R$ 200 bilhões. Seria dobrar o tamanho do banco ao longo deste mandato.

Para isso, também é preciso ter funding [financiamento]. De onde vem esse funding? Apresentamos ao Ministério da Fazenda, que está analisando, [proposta para] que o BNDES capte através de um novo instrumento —a Letra de Crédito ao Desenvolvimento, ou LCD.

Ela seguiria os moldes da LCA e da LCI, por meio das quais você pode captar com isenção de Imposto de Renda —algo que também acontece para debêntures de infraestrutura. Com isso, o BNDES não precisa de mesada do Tesouro. Ele capta e repassa.

Qualquer um vai poder investir? Pessoas físicas? Na captação, a nossa proposta é que seja como a LCA e a LCI. Vai estar nas plataformas [dos bancos] e vai concorrer com os outros produtos.

Para onde os recursos captados serão direcionados? Quando você bota "letra de desenvolvimento", é uma coisa bem ampla. Então estamos exatamente nesse debate com a Fazenda sobre como delimitar. Algumas coisas são meio óbvias. Infraestrutura, inclusão financeira de micro e pequena empresa, meio ambiente, inovação. Isso desenvolve mais o mercado, não concorre com o setor privado e vai ampliar o total de crédito na economia.

Quanto o BNDES capta hoje? Internamente, muito pouco, e capta externamente para financiar comércio exterior. Mas, como o Brasil voltou à mesa de adultos na economia internacional, estão aparecendo muitas fontes externas de financiamento.

Estamos sendo procurados por fundos soberanos de governos e investidores privados querendo fazer parceria com o BNDES, seja para formar um fundo em que o BNDES coloca uma parte, e eles colocam outra, seja para perguntar que projetos têm carimbo de qualidade de análise do BNDES para eles poderem financiar.

Que países se destacam? China. Alguns fundos soberanos da Ásia. Investidores tradicionais, quase todos europeus e americanos. São especialmente atraídos pela transição energética. Está acontecendo no Brasil um grande boom. Tem também procura na área de saneamento, de reurbanização, de cidades inteligentes. Tem uma avenida de transformação que o Brasil está apenas começando a trilhar, com digitalização, 5G, automação.

E o banco, nessa nova fase, vai se voltar a que tipos de projeto? No foco estão micro e pequenas empresas, capital de giro e projetos de infraestrutura. Em paralelo, tem uma demanda, que pode ser financiada por capital externo, como já foi no passado, que é reforçar o financiamento à exportação.

Em razão dos efeitos da Operação Lava Jato e outras coisas, acabou se contraindo muito. Hoje está abaixo da média histórica também porque se criou, equivocadamente, esse preconceito contra financiar exportação de bens —não estou falando nem dos serviços.

Exportação de bens gera emprego no Brasil. Todas as grandes economias do mundo têm um sistema efetivo de apoio a essas exportações. Estados Unidos, Alemanha e Japão têm, e nós devemos ter também.

O sr. falou em preconceito com a exportação de bens e serviços, mas não dá para chamar de preconceito, porque ocorreram problemas com algumas dessas operações. Sim. Ocorreram problemas. Não há dúvida. Tanto que houve investigação. Quem tinha que ser punido foi. Mas não se deve matar um instrumento por um eventual mau uso de um ou outro, né? Todo o mundo sai de carro todo dia, e tem gente que faz besteira com o carro. Vamos parar todo mundo de andar de carro? Não. Então, a gente tem que saber usar bem esse instrumento.

Isso inclui também a exportação dos serviços de engenharia? Por enquanto, a gente está focando bens. A gente sabe que o serviço de engenharia exige toda uma discussão com o TCU. Ele já fez várias recomendações, e o Mdic e nós estamos em discussão com TCU para incorporar as recomendações do TCU na legislação, de modo a diminuir incerteza regulatória e poder financiar o que deve ser financiado.

O sr. não mencionou novas grandes obras, que antigamente eram as mais citadas, como a transposição do rio São Francisco, grandes ferrovias. Grandes obras é pênalti para ser batido pelo presidente, né? Neste momento, todos os ministérios estão levantando obras paradas e projetos, e essas grandes obras serão anunciadas pelo governo federal, não pelo BNDES.

Em relação à TLP, há alguma avaliação sobre a necessidade de mudanças? Apresentamos três considerações que estão sendo avaliadas pelo Ministério da Fazenda. A primeira medida é revisar a lei da TLP para o que está na lei descer para o regulamento do CMN, e o CMN definir a forma de cálculo do juro para diminuir volatilidade.

Segunda coisa. Estamos solicitando que o BNDES possa captar recursos do FAT por um vetor de taxas, não só uma [a TLP, formada pelo IPCA mais a taxa da NTN-B, do Tesouro, com prazo de cinco anos]. Quem vai determinar isso [o limite para cada remuneração]? O CMN. Ele vai dar a programação dizendo que, dos recursos do FAT, o BNDES pode captar X bilhões à Selic, Y bilhões à taxa de cinco anos. Para financiar capital de giro, por exemplo, é melhor captar pela Selic.

Se alguém propusesse isso [remunerar captações a uma taxa única] numa instituição privada, seria demitido. Isso foi o que o governo Temer fez, e estamos corrigindo.

Mas a TLP trouxe vantagens... A TLP diminuiu o subsídio implícito. Ou pode até ter eliminado. Só que ela pecou na forma técnica. Ela poderia ter sido feita com uma estrutura de várias taxas. Não precisava ter botado só cinco anos. Estamos aqui para corrigir o futuro, o que aconteceu aconteceu. A TLP vai continuar existindo, mas também haverá outras.

E a terceira consideração? A terceira [proposta] é autorizar que o CMN possa, para atividades ou itens específicos, aplicar um redutor na taxa de mercado. Por exemplo, para financiamento de inovação ou transição energética, pode ser captado a 75% da Selic ou 80% da TLP. E isso é um subsídio.

Por exemplo, para financiar a reconstrução dos municípios no litoral paulista no valor de até R$ 500 milhões, ficaria autorizado o FAT a repassar a 90% da taxa do Tesouro. [Mas] teria um limitador. Por exemplo, só pode ser 5% do orçamento anual do FAT. Bota uma trava para dizer que não é um cheque em branco.

Por que precisa ter subsídio? Porque algumas atividades precisam de subsídio para serem viáveis e o retorno delas não é econômico, mas de externalidade. Elas geram ganhos, como em tecnologia, inclusão social e mudança ambiental. Por exemplo, o Plano Safra tem subsídio, assim como desenvolvimento regional.

No fim do ano, o Banco Central expressou que eventuais mudanças na TLP poderiam tirar potência da política monetária e elevar a taxa de juros neutra. Como interpretar esse temor e o que dizer sobre isso agora? O temor só ele pode explicar. O que posso dizer é que ninguém está discutindo o volume de subsídio como houve no passado, com diferença entre TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo, usada antigamente pelo BNDES] e a taxa de mercado de mais de sete pontos. Ninguém está discutindo isso.

O que está se discutindo é se em alguns casos o Tesouro ou o BNDES pode aplicar a 80% ou 90% da taxa do Tesouro. Então, se ocorrer [subsídio], é pequeno e limitado. Não acho que isso diminua a eficiência da política monetária.

Pedro Ladeira/Folhapress

Nelson Barbosa, 53
Diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES. Ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (governo Dilma), é economista formado pela UFRJ e doutor em economia pela New School for Social Research (EUA), Professor titular da FGV, professor-adjunto da UnB (Universidade de Brasília) e pesquisador do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV.

Jogo de Lula começa agora

Presidente vai lidar com Câmara hostil e tem menos recursos para adquirir apoios

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O ano político parece por enquanto o ano do futebol brasileiro, que começa com esses campeonatos estaduais, em geral uma várzea. Até agora não houve partidas no Congresso, por exemplo.

Aconteceram apenas amistosos de distribuição de cargos, de resultado inconclusivo. O jogo duro da partilha de poder e dinheiros ainda está para começar. O esquema tático que Luiz Inácio Lula da Silva desenha ou improvisa não foi testado nos campos reais do emprego, da inflação ou do Congresso. Na arena dos juros, o governo está perdendo de muito.

Lula ainda não teve de jogar com (ou contra) Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, príncipe do centrão, sultão das emendas parlamentares, comandante dos tratores legislativos e ex-regente do governo das trevas de Jair Bolsonaro. A gente já se esqueceu do resultado da eleição de 2022, mas convém lembrar que Lula vai jogar no campo do adversário, com muitos jogadores a menos. A situação é tão difícil que o governo petista passou um paninho vermelho para a reeleição tranquila de Lira —foi sensato.

Pela primeira vez na República de 1988, o Congresso é dominado por partidos que mesclam extrema direita com uma direita que, de tão negocista, roubaria até o velho MDB.

O Congresso se acostumou a mandar mais, e seus caciques se habituaram a ter mais dinheiros para repartir. A Lei das Estatais racionou o número de cargos para a barganha. Afora as despesas obrigatórias, os recursos que sobram do Orçamento são mínimos. Ficou mais difícil adquirir apoios.

Está para aparecer, em um futuro mítico, um Congresso que se oponha a aumento de gastos, o que em tese seria do gosto de Lula (que talvez seja impedido de fazê-lo, pela realidade). Mas parece claro que os parlamentares não vão bulir com as reformas liberais e similares.

Além da concessão de poder e recursos, o desempenho de Lula no Congresso depende também da popularidade. O presidente chegou ao terceiro mandato contra a vontade de quase metade do eleitorado. Tem pouca gordura para queimar. Em tempos normais, prestígio varia com inflação e emprego.

Seria muito difícil salvar a economia em 2023. Agora, há o risco de que 2024 vá para o vinagre. Lula escolheu o Banco Central como bode expiatório de um eventual fracasso. Até quando pode colar o discurso sobre juros e "rentistas" se não houver melhora em emprego e inflação, a diminuição da "taxa de sofrimento" econômico?

Por enquanto, Lula deve ter o apoio de seus adeptos mais fiéis, pois manteve o Bolsa Família em pelo menos R$ 600. No entanto, trata-se aqui de no máximo um quarto do eleitorado. Além do mais, o benefício tem sido comido pela inflação. Desde abril de 2020, quando apareceu o auxílio de R$ 600, a inflação dos alimentos foi de 40% ("alimentos no domicílio", na estatística do IBGE). A carestia da comida continua rodando a mais de 10% ao ano.

Para a população fora do Bolsa Família, em média três quartos da renda vêm do trabalho. O ritmo de criação de empregos foi forte em 2022, mas diminui rapidamente e assim deve continuar, dados o arrocho dos juros e a incerteza econômica. Desde novembro, o discurso de Lula provocou alta ainda maior de juros, disseminou incerteza e abafou o otimismo entre donos do dinheiro (para quem Lula 3 seria Lula 1, não Dilma 1).

Se Lula e PT deixarem Fernando Haddad e equipe trabalharem, é possível salvar 2024. É o que vai se ver a partir deste março, quando começam os jogos.

Por enquanto, a administração da economia está assombrada por zumbis do bestiário da esquerda velha, como manipulação de preços, favores para empresários, imposto sobre exportações ou pela ideia de que se possa gastar o quanto quiser e manter juros e dólar a preços camaradas.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Empresa busca até 'BNDES chinês' para viabilizar projeto de trem-bala

Grupo TAV Brasil quer construir ferrovia com dinheiro de estrangeiros e fundos de pensão

Julio Wiziack

BRASÍLIA Em tempos de inflação e juros altos no mundo, a TAV Brasil tenta atrair investidores aptos a injetar ao menos R$ 50 bilhões, ao longo de dez anos, na construção de um trem de alta velocidade entre Rio e São Paulo. Na mira, estão recursos estrangeiros e de fundos de pensão nacionais —antiga fórmula de gestões petistas para impulsionar grandes obras.

Agentes de mercado afirmam que foram consultados pela TAV e que a ideia do grupo é captar ao menos 80% dos recursos necessários com fundos e investidores institucionais no Brasil e no exterior.

Fundos de pensão de estatais também são alvo, especialmente Previ (do Banco do Brasil) e Funcef (Caixa). O receio, de acordo com técnicos dessas instituições ouvidos sob condição de anonimato, é que se repitam casos do passado em que investimentos bilionários em projetos malsucedidos deixaram rombo para futuros aposentados.

Para o presidente da TAV, Bernardo Figueiredo, o investimento no projeto pode ser pago entre seis e dez anos, caso consigam financiamento com juros baixos e de longo prazo.

Em entrevista, Figueiredo disse à **Folha** que já teve conversas iniciais com o Exim-Bank, o "BNDES chinês", e houve sinalização de que o banco tem apetite para entrar até como sócio.

Na avaliação de Figueiredo, há interesse por trens de alta velocidade e os estrangeiros olham para esse projeto no Brasil de uma forma diferente. "No passado, já havia cinco interessados. Não foi adiante por uma decisão política."

A construção do trem-bala entre São Paulo e Rio é um projeto antigo que nunca saiu do papel. O tema motivou a criação de uma estatal durante o governo Dilma Rousseff, mas, ainda assim, não andou.

Analistas do setor de infraestrutura veem com desconfiança a iniciativa de agora e lembram que o projeto não prosperou no passado por ser considerado grande demais e por sofrer resistência das companhias aéreas e das empresas de ônibus —que teriam um rival na ponte Rio-SP.

Hoje, com o preço das passagens aéreas em alta, a TAV acredita que conseguirá sócios para levar a obra adiante.

A nova Lei de Ferrovias, sancionada em 2021 pelo então presidente Jair Bolsonaro, pôs fim ao regime de concessão —com mais intervenção do poder público— e passou a emitir autorizações. Já são quase 40 novos pedidos junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Para obtê-las, é preciso atender aos requisitos definidos pela agência. Aprovada a licença, o grupo tem até um mês para assinar um contrato com a ANTT. O prazo inicial para a aprovação do projeto de engenharia é de dois anos.

A TAV assinou o contrato com a agência na quinta-feira (2). A partir de agora, começam as conversas e acordos com prefeitos e governadores por onde a ferrovia vai passar para emissão de licenças ambientais e de instalação.

Também haverá conversas em torno das estações de partida e chegada. Figueiredo disse que haverá conexão, em São Paulo, com trens da CPTM que fazem a ligação com a região de Campinas (SP), onde está o aeroporto de Viracopos.

No Rio, está prevista uma estação na SuperVia, em Santa Cruz. "Isso vai exigir investimento da concessionária na sua malha. Pode ser que o prefeito queira levar o trem mais para o centro ou levar até a Barra da Tijuca. Isso vai mudar conforme as negociações avançarem", disse Figueiredo.

No traçado inicial, estão previstas quatro estações. São elas: São Paulo, São José dos Campos, Volta Redonda e Rio. A viagem de 380 km será feita em uma hora e meia. Um voo comercial entre as duas cidades dura 50 minutos. De carro, o trecho pode ser feito em até quatro horas, a 100 km/h e sem paradas. A ideia da TAV é fazer a viagem inaugural em dezembro de 2032.

Para construir a ferrovia, a empresa planeja três tipos de parceria. Além dos investidores financeiros, miram um construtor da via; outro grupo especializado na fabricação de trens e, por fim, um operador. Nesse ramo, todos são estrangeiros.

Os chineses saem em vantagem por terem interesse em financiar a infraestrutura na América Latina. Em quase todos os projetos, o financiamento exigiu, como contrapartida, a contratação ou compra de insumos chineses.

A China já concentra a maior malha ferroviária de alta velocidade do mundo, com 22.000 km de extensão.

China concentra malha ferroviária para comboios de trens de alta velocidade que ultrapassam 300 km/h

1
Xangai Maglev
Local: China
Velocidade: 460 km/h
Desenvolvido com dinheiro público, é o trem mais rápido do mundo e usa levitação magnética (chamada maglev) em vez de rodas de aço sobre trilhos. Conecta o aeroporto de Xangai ao centro da cidade, uma viagem de 30 km que dura sete minutos e meio

2
Fuxing
Local: China
Velocidade: 350 km/h
Liga a capital, Pequim, a Xangai e Hong Kong por um trecho e, por outro, Pequim a Harbin. Os trens são autônomos

3
InterCity Express3
Local: Alemanha
Velocidade: 330 km/h
A frota com quase 60 ICE3 já opera outros destinos no país e rotas de conexão com outra capitais da Europa, como Paris, Amsterdã e Bruxelas

4
TGV
Local: França
Velocidade: 320 km/h
Hoje, as linhas de alta velocidade saem de Paris para Lyon, Marselha, Bordeaux, Nantes, Estrasburgo, Lille, Bruxelas e Londres. São os trens convencionais que atingem as mais altas velocidades do mundo e, por isso, têm sido exportados para outros países, como Espanha, Coreia do Sul, Taiwan, Marrocos, Itália e EUA

5
E5
Local: Japão
Velocidade: 320 km/h
A maioria dos trens de alta velocidade da Japan Railways East operam a 300 km/h. A linha que vai de Tóquio a Shin-Aomori é a única que vai mais rápido. Um túnel construído sob o mar mantém o traçado em linha reta, permitindo mais velocidade

6
Al Boraq
Local: Marrocos
Velocidade: 320 km/h
Inaugurada em novembro de 2018, é a primeira ferrovia do gênero na África. O projeto prevê 1.500 km de ferrovia e custará US$ 2 bilhões, incluindo a adaptação do trecho existente que liga Tanger a Casablanca

7
AVE
Local: Espanha
Velocidade: 320 km/h
Abreviação de Alta Velocidad España, os trens S-103 podem chegar a 404 km/h, mas a velocidade média é de 320 km/h. As principais linhas saem de Madri e ligam Sevilha, Málaga, Valência, Galícia e Barcelona

8
KTX
Local: Coreia do Sul
Velocidade: 305 km/h
As linhas conectam a capital, Seul, para grandes cidades, como Busan, Gwangju, Mokpo, Yeosu e Gangneung. O tempo de viagem entre a capital e Busan foi reduzido à metade, sendo agora realizado em duas horas e 15 minutos

9
Trenitalia
Local: Itália
Velocidade: 300 km/h
Conhecidos como Frecciarossa (Flecha Vermelha), foram construídos pela Ferrovia Estatal em 2017 para fazer frente ao TGV. Partindo de Roma, vai para Torino, Milão, Veneza, Bolonha, Florença, Roma e Nápoles

10
HHR
Local: Arábia Saudita
Velocidade: 300 km/h
Administrado pela Haramain High Speed Railway, é um trem elétrico de alta velocidade com capacidade para transportar até 60 milhões de passageiros por ano (417 por viagem). Liga Meca a Medina, trecho de 450 km feito em duas horas

Fonte: empresas

Comparativo
Velocidade, em km/h

Avião a jato (quando atinge altitude máxima)	850
Trem-bala (mais rápido)	**460**
Trem de alta velocidade normal (na média)	300
Trem normal (no máximo)	100

+ Maioria dos comboios é movida por eletricidade

A grande maioria dos comboios de alta velocidade em operação no mundo é movida por eletricidade. Desenvolvidos principalmente pela Alstom (França) e pela Siemens (Alemanha) para empresas ferroviárias estatais, os trens vêm sendo aprimorados (para ficarem ainda mais velozes) e exportados para diversos países com mais ênfase na última década

Também é do país o primeiro trem-bala de levitação magnética —o mais rápido do mundo. A 460 km/h, ele percorre os 30 km que separam o aeroporto de Xangai do centro em apenas sete minutos e meio.

"Projetos dessa magnitude acabam sempre contando com dinheiro público", diz Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B, consultoria para grupos de infraestrutura. "Não há lugar no mundo em que trens de alta velocidade tenham sido feitos com capital privado."

Para ele, o volume de recursos a ser consumido na construção da obra —em geral, mais de dez anos— demoraria demais para ser amortizado com a venda de passagens quando os trens começarem a rodar. "Além disso, haverá demanda?", questiona Frischtak.

"Os estudos de viabilidade do passado não se mostraram muito confiáveis. Daqui a dez anos as passagens aéreas estarão elevadas a ponto de justificar ir de São Paulo para o Rio de trem?"

O analista considera que, em vez de um trem-bala, o mais razoável seria ressuscitar um antigo projeto de empreiteiras brasileiras de transformar a ferrovia Rio-Santos em uma linha de média velocidade —até 190 km/h. "Seriam viagens de passageiros durante o dia e, à noite, funcionaria o transporte de cargas."

Na avaliação da ex-secretária-executiva do Ministério da Infraestrutura Natália Marcassa, pode haver apetite para um trem de alta velocidade fazendo a conexão Rio-São Paulo, especialmente entre grupos imobiliários.

Mas ela pondera que o momento não é bom porque a situação econômica no exterior leva os investidores a preferir manter o dinheiro em aplicações em países seguros onde os juros estão em patamares elevados devido à inflação.

"A grande diferença em relação ao passado é que, desta vez, esse projeto [do trem-bala] será 100% privado", disse.

"O risco todo do negócio fica com o empreendedor, e isso ajuda na busca de parceiros porque ninguém quer fazer um investimento e ficar muito preso ao Estado."

Imposto sobre exportação de matérias-primas

Tributar a exportação de algodão quebrou a atividade no Nordeste no século 19

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

No fim do século 18, o Brasil exportava 40% do algodão que dava entrada em Liverpool, a principal cidade produtora de tecidos desse tipo de fibra na Inglaterra. O país era, assim, o maior fornecedor individual de uma das matérias-primas essenciais para a Revolução Industrial.

O historiador econômico e professor da FGV de São Paulo Thales Zamberlan Pereira publicou, em 2020, o estudo "Tributação e a estagnação das exportações de algodão no Brasil, 1800-1860", na prestigiosa revista Economic History Review. O estudo foi agraciado, em 2021, com o prêmio Ashton, concedido ao melhor artigo de jovem pesquisador publicado na revista no biênio.

No trabalho, Thales documenta que houve uma forte queda das exportações brasileiras de algodão na primeira metade do século 19, na direção contrária do que ocorreu com os EUA e outros produtores, que experimentaram expressiva elevação das exportações. Adicionalmente, há evidências para o fim do século 18 de progresso tecnológico na produção brasileira.

A queda não foi fruto de fretes marítimos elevados. Pelo contrário, o algodão do Sul dos EUA pagava fretes mais caros do que as exportações brasileiras. Também os problemas não derivavam das precárias condições de transporte, no Brasil, entre as áreas de produção e os portos. Esse custo de transporte era baixo para o algodão. Finalmente, não havia sinais de que o câmbio estivesse valorizado.

A culpa pela queda nas vendas do produto brasileiro, mostra o pesquisador, foi das elevadas alíquotas do imposto de exportação, que geravam ganhos menores para os produtores de algodão do Maranhão ou de Pernambuco.

Como havia competição, o preço em Liverpool era o mesmo, como em geral ocorre com as matérias-primas. Maiores impostos, portanto, tinham como principal efeito a redução da rentabilidade da cultura de algodão no Nordeste brasileiro, em especial no Maranhão.

Após a elevação da tributação das exportações —que se manteve por décadas— com a vinda da família real em 1808, houve um descasamento entre a produtividade da cultura algodoeira do Sul dos EUA e a produtividade dessa mesma cultura no Nordeste brasileiro. A partir de meados da década de 1830, a elevada tributação das exportações praticamente inviabilizou a produção no Maranhão.

Na semana passada, para tentar garantir algum equilíbrio fiscal e em reação ao fato de a reoneração dos combustíveis não ter sido plena, o ministro da Fazenda decidiu impor uma alíquota sobre a exportação de petróleo.

A imposição representa clara quebra contratual: quando as petroleiras entraram no leilão para a concessão de blocos de petróleo, as exportações não eram tributadas. Certamente a medida será judicializada.

A argumentação de que os lucros estão muito elevados não parece proceder. O preço do petróleo é muito variável. Se a cada vez que o preço subir o governo aumentar a alíquota de exportação, poderemos contar que ele irá subsidiar a produção, quando o preço cair?

Se há a avaliação de que a rentabilidade do setor é, na média do ciclo econômico, muito elevada, então os parâmetros tributários dos próximos leilões podem ser ajustados. O que não faz sentido é, de maneira discricionária, procurar uma base tributária qualquer para tapar o buraco fiscal. A piora que esse tipo de decisão provoca no marco legal e institucional supera o ganho de receita.

Em tempo, Thales Pereira publicou no ano passado, em coautoria com Rafael Cariello, o livro "Adeus, Senhor Portugal", uma história da Independência brasileira, resenhado na coluna de 3 de setembro passado.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h 2º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário ITAÚ UNIBANCO S/A, [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA convida para participar do certame, conforme condições estabelecidas no presente Edital e nos seus Anexos.

CONCORRÊNCIA 006-2023

Objeto da contratação	Contratação de pessoa jurídica especializada em realizar coleta de dados primários por meio de entrevistas domiciliares junto aos beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural), com o objetivo de realizar a segunda coleta de dados, os quais servirão para a avaliação de impacto do referido Programa.
Data de recebimento	04/04/2023
Hora	10h (Horário de Brasília)
Local da Licitação	SHIS QI 05, CHÁCARA 16, Lago Sul - CEP 71600-530 - Brasília-DF
Local de Entrega	SHIS QI 05, CHÁCARA 16, Lago Sul - CEP 71600-530 - Brasília-DF e/ou para o e-mail <comissao.licitacao@iica.int>
Tipo	TÉCNICA E PREÇO
Prazo para questionamentos	Até às 17 horas do dia 10/03/2023
Prazo para respostas aos questionamentos	Até às 17 horas do dia 17/03/2023
Garantia de Proposta	Não
Garantia de Execução Contratual	Não

Santander — LEILÃO DE IMÓVEIS — SOMENTE ONLINE — BIASI leilões
Dia 13 de Março de 2023 às 15:00 horas
Feirão + de 110 Imóveis em diversos estados do Brasil! Imperdível! Confira e Aproveite!
À vista ou Financiado conforme edital. Mais informações: (11) 4083-2575 ou www.biasileiloes.com.br
Leiloeiro Oficial Eduardo Consentino – JUCESP nº 616 (João Victor Barroca Galeazzi – Preposto em exercício)

Leiloeiro Oficial – Renato Schlobach Moysés – JUCESP nº 654
https://www.rmoyses.com.br
(11) 4950-9660
cac@rmoyses.com.br
Renato Moysés Leilões — Agente autorizado Superbid Exchange

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h 2º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10157287708, firmado em 11/08/2020, no qual figura como Fiduciante **MARIA JOSÉ BELO DA SILVA**, solteira. maior, comerciante, brasileira, RG nº 29.722.961-8-SSP/SP e CPF nº 184.367.928-07, residente e domiciliada na cidade de São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de março de 2023, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 804.809,60 (Oitocentos e quatro mil, oitocentos e nove reais e sessenta centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **UM TERRENO situado na RUA MIGUEL ARNAUDAS, designado como lote 1-B (parte do antigo lote 01), da quadra BD, do Parque Ipê, no 13º Subdistrito - Butantã, medindo 5,80m de frente, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, mede 22,45m, confrontando com os lotes 35 e 36, do lado esquerdo, no mesmo sentido, mede 22,40m, confrontando com o lote 1-A, e nos fundos mede 5,80m, confrontando com o lote 32, todos da mesma quadra, encerrando a área de 130,065 m². No terreno foi edificado UM PRÉDIO, que recebeu o nº 169 da Rua Miguel Arnaudas, com a área construída de 177,14 m². Matrícula nº 143.823 no 18º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 23 de março de 2023, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 402.404,80 (Quatrocentos e dois mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/03/2023 às 14h 2º Leilão: dia 23/03/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10121287503, firmado em 21/09/2011, no qual figuram como Fiduciantes **ANTONIO APARECIDO DOMINGUES**, brasileiro, divorciado, vendedor, portador da cédula de identidade RG nº 6.97.724-2-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 682.897.238-49, e **ANA CLÁUDIA ROCHA BARBOSA**, brasileira, solteira, pedagoga, portadora da cédula de identidade RG nº 95002256777-SSP/-[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO 5ª FEIRA - 09/03/2023 - 09h00 - APROX. 250 VEÍCULOS
PRESENCIAL E ONLINE — VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS
VISITAÇÃO: 08/03/2023, das 12 às 17h e 09/03/2023, das 07 às 09h | Rod. Pres. Dutra, Km 128 - Sentido RJ-SP - CAÇAPAVA/SP

•**MODELOS:** IVECO/DAILY 30-130CS 2021/2022 - FORD/CARGO 816 S 2013/2014 - VOLKSWAGEN/25-370 CLM T 6X2 2010/2010 - NISSAN/FRONTIER ATK X4 2021/2022 - HONDA/CIVIC EXL CVT 2021/2021 - TOYOTA/COROLLA GLI UPPER 2017/2018 - CHEVROLET/ONIX 10TAT LT1 2020/2020 - RENAULT/DUSTER OROCH 16 4X2 2019/2020 - JEEP/RENEGADE LNGTD AT D 2021/2021 - VOLKSWAGEN/GOL 1.0L MC4 2021/2022 - NISSAN/KICKS SL CVT 2016/2017 - FORD/KA SE 1.5 SD C 2019/2020 - RENAULT/LOGAN ZEN10MT 2019/2020 - VOLKSWAGEN/JETTA 2.0T 2013/2013 - BMW/X1 SDRIVE1.8I VL31 2011/2012 - RENAULT/SANDERO EXPR 10 2019/2020 - FIAT/MOBI LIKE 2021/2021 - YAMAHA/YBR 150 FACTOR ED/FLEX 2022/2023 - HONDA/CB TWISTER 250F CBS 2021/2021 - HONDA/CG 160 START 2021/2022 - HONDA/CG 160 FAN 2022/2022 - HONDA/NXR 160 BROS ESDD 2021/2022 - HYUNDAI/HB20S 10M VISION 2022/2022 - FORD/FOCUS SE AT 2.0SC 2018/2019 - VOLKSWAGEN/SAVEIRO TL MBVS 2017/2018 - RENAULT/DUSTER ICO16 CVT 2020/2021 - FIAT/CRONOS DRIVE 1.3 2018/2019 - VOLVO/FH-540 6X4T 2020/2020.

CONSULTE RELAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULOS NO SITE. CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO CONSTARÃO NO CATÁLOGO PRÓPRIO. VISITE NOSSO SITE: www.GUARIGLIALEILOES.com.br

ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415 | /GUARIGLIALEILOES | Informações: (12) 3654-1000

Chevrolet Serviços Financeiros
UNIÃO DAS PENSIONISTAS DE POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fundada em 7 de Dezembro de 1979 - Reg. 2. O CTD da Cap., sob n o 5130 – DOE 19/12/79.
CNPJ 51.990.240/0001-11 e-mail: uppmesp@uppmesp.com.br
SEDE: Rua Dr.Rodrigo de Barros, 97 - Luz - CEP.01106-020 - Telefax: 3311-4020 - São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente da União das Pensionistas de Policiais Militares do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, item I do Estatuto Social, vem através deste Edital, convocar os associados em pleno gozo de seus direitos associativos para Assembléia Geral Ordinária que acontecerá na sede da Entidade na Rua Dr. Rodrigo de Barros, 97 – Luz – São Paulo – Capital às 10:00 h, do dia 31 de março de 2023 em primeira chamada, com a presença da maioria absoluta dos associados e, em segunda chamada às 10:30h, da mesma data, com qualquer número de associados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

I – Leitura da ata anterior
II – Apresentação do balanço do ano de 2022
III – Assuntos diversos

Celia Maria da Silva
Presidente UPPMESP

EDITAL 001/SVMA-CADES/2023

O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** com o objetivo de discutir questões relacionadas ao **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA),** nos termos da Resolução nº 170/CADES/2014 ou a que vier a substituí-la, passível de deferimento pelo CADES, referente a **"Adequação do Viário na Avenida Ragueb Chohfi, no trecho entre os nº 2.729 e nº 4.035 - Trecho Oratório - Hospital Cidade Tiradentes em sistema de Monotrilho - Linha 15 - Prata"** tratado no Processo Administrativo **SEI nº 6027.2022/0013229-9 e SEI nº 6027.2023/0001599-5**, sendo certo que a Audiência Pública ocorrerá de forma híbrida - no modo virtual pela plataforma MICROSOFT TEAMS e modo presencial no teatro do CEU São Mateus, oportunidade em que será o mesmo apresentado e debatido, e que serão prestados esclarecimentos e colhidas sugestões.

Data: 08/03/2023
Horário: 14:00h
Local: VIRTUAL - Plataforma Microsoft Teams
PRESENCIAL - Teatro do CEU São Mateus - Rua Sessenta e Seis, 254 - Jardim da Conquista, São Paulo - SP - 08371-190.

O exemplar do **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)** está disponível para consulta, na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente no endereço situado à Rua do Paraíso, 387 - 1º andar, Paraíso, São Paulo - SP, 04103-000 - de segunda à sexta, das 9h às 17h, telefone: (11) 5187-0360 e também virtualmente através do site oficial da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente com o seguinte link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/eia__rimaeva/index.php?p=170, desde a divulgação deste Edital, referente a esta Audiência Pública até o seu encerramento, nos termos do artigo 12 da Resolução nº 177/CADES/2015, de 19 de dezembro de 2015.

Conforme disposição da Portaria nº 23/CADES/2021 que regulamenta o uso de Plataforma de Videoconferência nas Audiências Públicas, Reuniões de Órgãos Colegiados e congêneres vinculadas à Coordenação de Gestão dos Colegiados - CGC no âmbito da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente fica disponível o Formulário de Inscrição para participação da Audiência Pública em referência através do link: https://forms.office.com/r/y881EzpPBe

LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
PRESENCIAL E ONLINE
inter

1º LEILÃO: 22/03/2023 - 09:50h - 2º LEILÃO: 23/03/2023 - 09:50h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Apartamento nº 31 do Bloco A, localizado no 3º andar do Edifício Luciana, sito na Rua Gabriel dos Santos nº 564, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, contendo, dito apartamento, a área útil de 198,60m², a área comum de 20,64m², contendo área construída de 219,24m². Imóvel objeto da Matrícula nº 12038 do Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Um lugar privativo e indeterminado na garagem do subsolo do Edifício Luciana, sito na Rua Gabriel dos Santos nº 564 no 11º Subdistrito – Santa Cecília, para guarda de 2 carros de passeio, correspondendo a esse lugar privativo a área construída de 34,59m². Imóvel objeto da Matrícula nº 12039 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: dia 22/03/2023, às 09:50 horas, e 2º Leilão dia 23/03/2023, às 09:50 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: RENATO RUBIN, brasileiro, empresário, nascido em 07/02/1980, CPF: 309.587.458-89, RG: 32400152 SSP/SP e CELI STEINBERG RUBIN, brasileira, empresária, nascida em 08/04/1980, CPF: 298.806.938-76, RG: 32.209.206 -1 SSP/SP, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Doutor Gabriel dos Santos, 564, apto 31, bairro Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP: 01231-010. **INTERVENIENTE(S)/ANUENTE(S):** RUBINELLA INDUSTRIA DE MODAS LTDA, CNPJ: 61.703.500/0001-84, NIRE: 35201118661, endereço: Rua Solon nº 783, 789, 795, 799 e 809, bairro bom retiro, São Paulo/SP, CEP: 01127-010, representantes legais: ISAQUE RUBIN, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 03/08/1945, CPF: 025.164.038-87, RG: 3.294.118-3 SSP/SP e EVELYN RUBIN, brasileira, casada, comerciante, nascida em 28/04/1950, CPF: 903.213.598-87, RG: 6.029.768-2 SSP/SP. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES**:**1º Leilão: R$ 2.954.446,88 (dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos) 2º leilão: R$ 1.640.538,04 (um milhão, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e oito reais e quatro centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelos procedimentos de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante a título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente pelo Leiloeiro(a) acerca da efetiva arrematação do imóvel, [illegible] Em caso de não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizado a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo email: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **27/02/2023.**

www.francoleiloes.com.br (31) 3360-4030

Amarildo

Incerteza e baixo crescimento

A melhor prescrição para a política econômica é trabalhar na direção de trazer mais segurança para investidores

Ana Paula Vescovi

Economista-chefe do Santander Brasil

O setor público no Brasil tem realizado, desde 2013, resultados primários abaixo do necessário para estabilizar a dívida. São dez anos consecutivos de desequilíbrios fiscais, quando a dívida pública cresceu de 52% e chegou a alcançar 87% do PIB no ano da pandemia. Nesse contexto, várias agências e analistas previmos que a dívida se aproximaria de 100% do PIB em poucos anos, o que voltou a acender um alerta sobre a fragilidade fiscal brasileira. Mas isso não ocorreu.

Onde erramos nos nossos prognósticos?

O primeiro erro foi relacionado à velocidade da recuperação pós-pandemia, muito acima do que todos estimávamos em razão das incertezas quanto ao efeito da vacina contra a Covid, à contenção efetiva do contágio e aos impactos dos inúmeros estímulos adotados. Estimávamos 3% de expansão do PIB em 2021, seguida de 1% em 2022. Embora estivéssemos na ponta otimista, o PIB cresceu mais forte: 5% e 2,9%, respectivamente.

O segundo foi relacionado à inflação. Estimávamos IPCA de 5% e convergência para o centro da meta (3%) já em 2024. A inflação, contudo, mostrou-se muito resiliente —também em outros países— e fechou 2021 em 10,1% (o dobro do que estimávamos). No ano passado, desacelerou para 5,8%, mas com a ajuda de cortes de impostos.

A inflação se refletiu na expansão do PIB nominal (+16,9% em 2021 e 11,4% em 2022) e ajudou a inflar as receitas governamentais, arrecadadas em alta frequência. Segundo dados do FMI, o Brasil foi dos países que mais reduziram a dívida pelo componente inflacionário (16 pontos percentuais).

Assim, em 2022 o setor público brasileiro encerrou o segundo ano com superávit primário, com forte recuperação do PIB, mercado de trabalho resiliente e setor corporativo desalavancado. Em vez de crescer, a dívida recuou para o patamar de 72,9% do PIB no fim de 2022, também ajudada por revisões altistas do PIB nominal pelo IBGE. Então, por que os prêmios de risco continuam elevados e compatíveis com períodos recentes de estresse fiscal?

Começam a surgir questionamentos sobre a real gravidade do quadro fiscal. Ou se nós, analistas que nos debruçamos sobre o tema, seriamos excessivamente alarmistas. Mas os fatos são incontestáveis.

Desde a pandemia, limites vêm sendo testados. A regra fiscal foi modificada quatro vezes por emenda constitucional no Congresso, excepcionalizando 9,3% do PIB desde 2020, dos quais 4% foram posteriores à pandemia. Despesas vêm sendo represadas, assim como o déficit público, com a postergação do pagamento de precatórios (R$ 55 bilhões acumulados estão previstos como não pagos neste ano) e a sua não contabilização integral. Entre 2022 e 2023, estimamos que a despesa primária crescerá 4,5% em média, em termos reais.

A dívida bruta/PIB está cerca de 20 pontos acima da dos nossos pares, com o dobro da conta de juros, muito em razão da elevada necessidade de financiamento governamental; o nível elevado de despesas obrigatórias sobre as despesas primárias totais (92,8%) e da carga tributária (próxima de 34% do PIB) limita sobremaneira os espaços por um ajuste fiscal mais célere.

Ainda, 70% das despesas são indexadas à inflação passada, em uma economia com crescimento médio de apenas 1% após a crise de 2015/2016.

Para além dos fatos, incertezas pairam sobre o futuro.

Não se sabe ao certo qual será o efeito do ciclo contracionista sobre o resultado fiscal, e em que medida o resultado corrente será revertido pela desaceleração econômica e pela esperada desinflação. Ademais, há muita imprevisibilidade sobre quão duradouro e intenso será o ciclo de commodities, cujos preços devem ceder devido ao menor crescimento. Assim, há uma incerteza quanto a esses efeitos sobre as receitas do governo. As despesas previdenciárias tendem a crescer 2,5% ao ano ou mais, trazendo dúvidas para a estabilização desse gasto em proporção ao PIB, mesmo após a reforma de 2019.

No campo da política econômica, não se sabe como será o novo marco fiscal, o quão eficaz ele será na coordenação de expectativas e qual o tipo de compromisso político o sustentará. Da mesma forma, a aprovação de uma reforma tributária traz muitos riscos, por muitos detalhes que encerra e por ser intensiva em articulação política. Qual será a contribuição, caso seja aprovada, para a melhora do ambiente de negócios no Brasil, a longo prazo? E, finalmente, quem serão os novos membros da diretoria do Banco Central? Haverá mudança nas metas?

Incertezas domésticas e externas têm elevado os prêmios de risco embutidos na curva de juros. Nos juros de dez anos à frente, calculamos que esses prêmios tenham alcançado 4,5 pontos percentuais no período recente, nível mais alto desde a crise de 2008-2009, pressionando os juros futuros e aumentando o custo de capital. Estimamos que a taxa de câmbio se encontre R$ 0,75 acima do patamar que poderia estar, se livre de riscos.

O Brasil pode melhorar muito se diluir os prêmios de risco, o que também ajudaria a reduzir pressões inflacionárias correntes (câmbio mais apreciado) e a conter as expectativas de inflação para o médio e longo prazo. Por outro lado, eventuais falhas na construção de um ambiente macroeconômico mais seguro e previsível, mediante novas apostas de estímulos fiscais —ou até parafiscais— para estimular a atividade, poderão contribuir para alimentar uma espiral inflacionária.

Desta vez, mediante surpresas inflacionárias, os erros na projeção de cenários até poderão ser menores, mas a perda de confiança no combate à inflação poderá ser mais duradoura.

Trabalhar na redução das incertezas parece ser, portanto, a melhor direção para a política econômica e para o país.

*

No artigo anterior, no qual comentei sobre metas de inflação, cometi um erro ao escrever que a convergência para a definição das metas três anos à frente começou em 2016. Na verdade, começou em 2017, segundo ano do governo Temer. Agradeço ao ex-diretor do BC Carlos Viana pelo alerta.

DOM. Ana Paula Vescovi, **Marcos Lisboa,** Candido Bracher

Exceções na reforma prejudicam todos, diz Appy

Secretário extraordinário para tributária do Ministério da Fazenda defende IVA único, mas aceita modelo dual

Alexa Salomão, Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

BRASÍLIA A unificação de tributos sobre o consumo é o pilar da reforma em tramitação no Congresso e está na lista de prioridades do Ministério da Fazenda, mas a alíquota a ser cobrada dos consumidores ainda é a grande dúvida nas discussões e vai depender de forma direta das exceções setoriais a serem negociadas.

O economista Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária da Fazenda, afirma em entrevista à **Folha** que um dos objetivos centrais é buscar um modelo que seja o mais homogêneo e simplificado possível. Segundo ele, quanto mais flexibilizações às regras para determinados setores econômicos, maior será a alíquota para os demais contribuintes.

"Quanto mais exceção tiver, mais tratamento favorecido para o setor X, Y ou Z, maior tem que ser a alíquota básica para poder manter a carga tributária. Qual vai ser a alíquota? A alíquota é aquela que mantém a carga tributária atual", diz.

Essa discussão é uma das mais importantes na agenda da primeira rodada da reforma tributária. O roteiro prevê que a ela seja fatiada em duas etapas, a começar pela revisão da tributação sobre o consumo, que vai unificar os diferentes tributos que recaem sobre bens e serviços em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Appy confirmou que o governo já definiu que não vai enviar uma nova proposta de reforma ao Congresso nem impor mudanças. Ele e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) já tiveram as primeiras conversas com o grupo de trabalho formado no Congresso para tratar da reforma, que é coordenado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e tem relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Técnicos da Fazenda e do Congresso trabalham a partir das duas PECs (proposta de emenda à Constituição) que tramitam no Parlamento.

A PEC 45, da Câmara, unifica cinco tributos (de União, estados e municípios) em um único IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Já a PEC 110, do Senado, traz o imposto no formato dual —estados e municípios teriam um (IBS), enquanto a União teria tributos federais fundidos na chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A avaliação é que as duas propostas trazem os melhores modelos de IVAs existentes. Segundo Appy, a proposta final deve juntar aspectos das duas PECs, e o debate sobre um IVA único ou dual acaba sendo secundário na discussão. Tanto é assim que ele não marca posição em relação a qual PEC ou tipo de IVA prefere defender nas negociações no Congresso.

Alíquota unificada de 25% sobre consumo é alvo de críticas, mas governo argumenta que consumidor já paga muito mais sem perceber

Exemplo: Conta de luz de R$ 100

	Base de cálculo	Alíquota	Tributo a pagar
ICMS	R$ 100	18%	R$ 18,00
PIS/Cofins	R$ 82*	9,25%	R$ 7,585
			TOTAL R$ 25,585

R$ 74,415**
é o valor da energia elétrica sem os tributos

Cálculo de como seria a alíquota "por fora", ou seja, incidente apenas sobre o valor do bem ou serviço:

- Basta saber quanto R$ 25,585 representam dos R$ 74,415 > isso representa **34,38%**
- Ou seja, o consumidor não paga **27,25%** (18% + 9,25%) em tributos na conta de luz, mas sim 34,38%
- Com uma alíquota de **25%**, o valor a pagar seria de R$ 18,60 (quase R$ 7 a menos do que no modelo atual)

* O ICMS deve ser subtraído da base de cálculo de PIS/Cofins
** Basta calcular R$ 100 da conta de luz menos o valor de R$ 25,585 dos tributos

Fonte: Ministério da Fazenda

Appy colaborou com a elaboração da PEC 45, que traz o IVA único, com o argumento de que do ponto de vista técnico é mais simples para o contribuinte. O IVA dual da PEC 110, no entanto, é apontado por políticos como a opção mais viável quando se pensa na questão federativa e nas negociações da reforma com os estados.

Agora, Appy afirma que caberá aos parlamentares baterem o martelo. "O melhor texto é aquele que ajudar politicamente a aprovar a reforma", diz. "Honestamente, qualquer um dos dois [IVAs] é infinitamente melhor do que aquilo que temos hoje."

O trabalho de unificação é tecnicamente complexo e politicamente espinhoso. Sobre o consumo de bens e serviços recaem hoje cinco tributos: os federais PIS, Cofins e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que são regidos por inúmeras normas, o estadual ICMS, que tem 27 regulamentos (um para cada unidade da federação), e o municipal ISS, que conta com regulamentos próprios elaborados pelas milhares de prefeituras no país.

Os técnicos também traçaram algumas balizas para tratar temas sensíveis nessa fase da reforma.

Não haverá alteração do Simples, o regime especial para empresas de menor porte, por ora. Mas ambas as PECs abrem a opção para que uma empresa que se enquadra nesse regime possa migrar para outras modalidades, caso lhe seja conveniente. É uma alternativa para que essas empresas tenham direito a créditos —acumulados devido aos tributos pagos na aquisição de insumos e que servem para abater os valores devidos na etapa seguinte.

O destino da Zona Franca de Manaus demandará habilidade de negociação do governo. Com apenas oito deputados na Câmara, a bancada do Amazonas emplacou três indicações no grupo de trabalho da reforma, o equivalente a um quarto dos integrantes.

Segundo Appy, a proposta é buscar alternativas, junto com os parlamentares, de mecanismos tributários que permitam uma transição longa e gradual para o novo modelo.

"Temos esse compromisso de não prejudicar a região", afirma Appy. Os dois itens são alvo de muito lobby de quem hoje é beneficiado pelas isenções. Simples e Zona Franca correspondem aos maiores gastos tributários federais, como são chamadas as exceções na cobrança de tributos que buscam promover benefícios econômicos e sociais.

Segundo Appy, é importante ter em mente que a reforma vai fazer uma redistribuição da carga, com alguns produtos e serviços pagando menos, outros mais. No entanto, o compromisso do governo na reforma sobre o consumo é manter o mesmo nível de carga tributária.

No final, diz ele, como o sistema ficará mais simples, haverá redução no custo das ineficiências, o que reduz valores pagos pelas empresas e pelo consumidor final.

A simplificação também dará mais transparência à cobrança, e as pessoas vão saber quanto pagam de impostos, algo difícil hoje.

Um exemplo é a conta de luz. As pessoas pagam 18% de ICMS e 9,25% de PIS/Cofins, o que gera uma conta final de 34,38% (veja quadro ao lado). Nesse caso, se a alíquota for de 25%, estimada pelo CCiF, ou de 27%, como prevê o Ipea, a tributação na conta de luz após a será menor após a reforma, diz Appy.

Equipes de resgate trabalham em área destruída pelas chuvas na Barra do Sahy, em São Sebastião (SP) Bruno Santos - 21.fev.23/Folhapress

Adaptação às mudanças climáticas trava e Brasil fica mais vulnerável a desastres

Medidas preventivas contra eventos extremos são poucas, enquanto impacto já é sentido no país

Jéssica Maes

SÃO PAULO A tragédia que atingiu o litoral de São Paulo após chuvas históricas levantou discussões sobre a ausência de medidas preventivas contra eventos climáticos extremos.

Esses fenômenos já são mais frequentes e intensos, de acordo com o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU), e evidenciam a falta de preparação para lidar com a crise do clima.

Especialistas ouvidos pela **Folha** apontam que o Brasil está muito atrasado nesta área, que o plano nacional para a questão nunca foi colocado em prática e que pouquíssimas cidades têm políticas para minimizar o impacto de eventos climáticos extremos.

"Nós estamos muito atrasados, realmente muito atrasados", afirma Ana Toni, que vai ocupar a chefia da Secretaria Nacional de Mudanças do Clima do MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima).

"Tem algumas iniciativas maravilhosas, como o Cemaden [Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais], mas ainda estamos atrás em termos de preparação na ponta, junto às populações mais vulneráveis, de entender as áreas de riscos e ter programas específicos para ajudar os municípios na área da adaptação."

Enquanto boa parte do debate sobre o aumento na temperatura global é focado na redução de emissões de gases de efeito estufa (o que é chamado de mitigação das mudanças climáticas), a discussão sobre a adaptação a um planeta mais quente tem ficado em segundo plano.

Todos os anos, o Brasil acumula desastres causados por enchentes e deslizamentos. Com as mudanças climáticas, as chuvas extremas que causam essas catástrofes devem ser ainda mais frequentes, de acordo com o IPCC. Isso ocorre porque, quando a temperatura da atmosfera e dos oceanos aumenta, também cresce o volume de vapor d'água no ar. E uma atmosfera mais quente e úmida é perfeita para a geração de chuvas.

"O que acontece muitas vezes é que o processo de evaporação e precipitação se acelera. Aí as chuvas vêm rápido, vêm violentas e vêm em poucos dias", explica o climatologista José Marengo, coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden. Registrando mais de 600 milímetros de precipitação, a região de São Sebastião (SP) concentrou em dois dias o que deveria ter chovido em dois meses.

A primeira política nacional a impactar as emissões de gases de efeito estufa foi criada em 2004, com o PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal). Já a adaptação só foi abordada especificamente mais de uma década depois, com a publicação do PNA (Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima), em 2016 —e nunca saiu do papel.

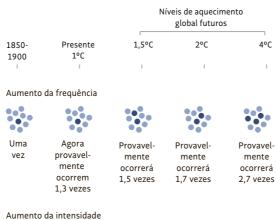
"Esse plano não foi colocado em prática como deveria. Nunca teve recursos garantidos e não conseguiu chegar aos governos locais", diz André Ferretti, gerente de economia da biodiversidade da Fundação Grupo Boticário. "Ele acabou sendo esquecido com a entrada do governo [Michel] Temer e, no governo seguinte, do [Jair] Bolsonaro, essa temática de ambiente e mudanças climáticas foi colocada de lado."

Assim, para Ferretti, o país ficou parado nessa questão nos últimos seis anos. "Ou seja, produzimos um documento que poderia estar nos ajudando a tomar uma série de medidas urgentíssimas e essenciais —para qualidade de vida, para os patrimônios público e privado— e a gente ficou patinando, assim como patina nas [reduções de] emissões", afirma.

"Mas diferentes cidades e estados começaram a criar seus planos de adaptação. Por exemplo, Santos (SP) criou uma comissão de mudanças climáticas, que funciona até hoje na prefeitura. Outras cidades criaram planos também, mas só ficaram no papel e nunca se chegou a aplicá-los", destaca o especialista.

Ele lembra, por outro lado, que o Brasil tem iniciativas de adaptação à crise do clima que são efetivas, ainda que não deem conta de todo o problema. Entre elas está o programa de construção de cisternas, que, desde 2003, ajuda famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca, e o desenvolvimento de variedades de feijão e mandioca que resistem a secas e temperaturas altas feito pela Embrapa.

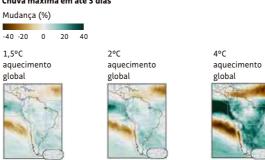
IPCC aponta que chuvas no Brasil já estão mais fortes e intensas

Aumento da frequência e da intensidade de eventos que aconteciam em média uma vez a cada dez anos em um clima sem influência humana

Crise climática desregula regime de chuvas e secas no país

Amazônia e Nordeste podem ter secas mais prolongadas, enquanto Centro-Sul deve sofrer com chuvas mais intensas nas próximas décadas

Chuva máxima em até 5 dias

Chuva total anual

Fonte: IPCC

O próprio Cemaden foi criado após os deslizamentos que deixaram mais de 900 mortos na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. O sistema de alertas de desastres gerenciado pelo órgão é um exemplo de uma boa medida preventiva, mas a lacuna na ponta, com a falta de estrutura das prefeituras e defesas civis, prejudica a efetividade.

"A adaptação necessariamente tem que ser uma ação local", ressalta Ferretti, explicando que o primeiro passo é mapear as vulnerabilidades e os pontos de maior risco.

"Em seguida, é preciso reunir todos os entes, como agricultura, habitação, saúde, gestão de riscos, urbanização. Tudo tem que estar junto num plano desse. E a gente infelizmente não tem [isso]. Menos de 10% dos municípios têm algum tipo de plano e muitos destes nem tiraram do papel."

Melina Amoni, gerente de Risco Climático e Adaptação na WayCarbon, consultoria que atua junto a prefeituras na criação desse tipo de plano, aponta que Belo Horizonte, Curitiba, João Pessoa, Recife e Rio de Janeiro têm esse diagnóstico. "Em relação aos mais de 5.000 municípios brasileiros, é um número nada significativo", diz. "Nenhuma região está a salvo desses impactos, então deveria existir um maior engajamento para concepção e, principalmente, implementação desses planos."

Ana Toni afirma que fazer esse mapeamento de lugares que já têm ações estruturadas, em nível local e estadual, é um dos primeiros passos que o governo federal deve tomar. Em seguida, o objetivo é adotar ações concretas envolvendo todos os ministérios, em diferentes áreas, como segurança energética e alimentar, além de prever recursos para ações emergenciais.

Toni conta, ainda, que em reuniões com o enviado americano para o clima, John Kerry, foi destacada a necessidade de intercâmbio de dados e tecnologia para adaptação.

"Acho que agora tudo o que for feito vai ter que ter um olhar para a adaptação, em todos os setores", diz. "Não dá para só esperar um plano, mas deve-se colocar tudo junto: fazer algo coerente, adotar um novo plano e, ao mesmo tempo, ir fazendo as coisas."

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations

Tarcísio quer copiar para SP sistema do Rio de sirene contra chuva

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO O governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou neste sábado (4) que pretende instalar um sistema de sirenes contra desastres na região metropolitana de São Paulo. O modelo será baseado no que já é utilizado na cidade do Rio de Janeiro, onde o equipamento toca para evacuação de áreas consideradas com risco de deslizamento.

"O Rio de Janeiro é uma cidade que realmente se preparou para esses eventos climáticos adversos e a gente tem que importar algumas dessas boas medidas lá para São Paulo. (...) A gente tem que melhorar a qualidade das nossas previsões e, ao mesmo tempo, dotar a cidade de tecnologia de alerta, usar a telefonia para isso também, instalar o sistema de sirenes e, ao mesmo tempo, treinar a população", disse Tarcísio.

A declaração foi dada no COR-Rio (Centro de Operações da Prefeitura do Rio), ao lado do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD). Tarcísio foi visitar o local que reúne, desde o Réveillon de 2011, câmeras de toda a cidade e sistemas de alertas.

A visita foi acompanhada por Gilberto Kassab, presidente do PSD e secretário de Governo de Tarcísio. Ela aconteceu após os temporais dos dias 18 e 19 que ocorreram no litoral norte de São Paulo, com 65 mortos.

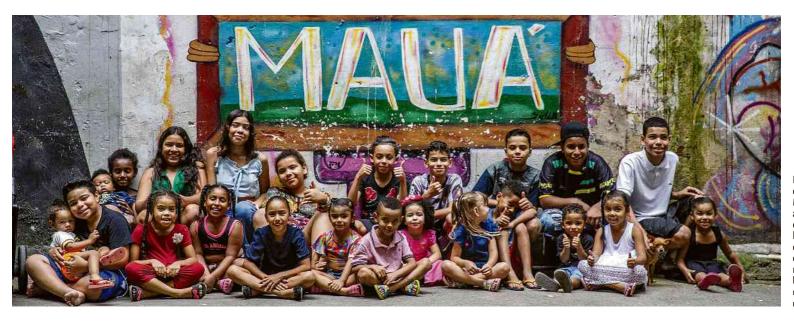
O governador citou algumas áreas que devem receber o sistema. "Acho que a gente sentiu na pele a questão do litoral norte, mas a gente não pode se esquecer da região metropolitana de São Paulo. E nós temos em Ferraz de Vasconcelos, áreas muito críticas, você tem Franco da Rocha, Francisco Morato, Mauá, Carapicuíba, então, você tem muita área de risco. (...) Tem também aquelas pessoas que estão morando nas várzeas dos rios, do Capivari, do Tietê", disse.

Indagado sobre início do projeto, ele disse que será "imediatamente", e que pretende ter mudanças para o próximo verão. "É começar imediatamente. A gente quer chegar no verão do ano que vem, nas próximas chuvas muito mais bem estruturado do que a gente estava esse ano", afirmou. Não há informações, no entanto, sobre o custo do investimento.

O planejamento também conta com o envio de funcionários da Defesa Civil para aprender com o sistema do Rio de Janeiro e educação da população. Tarcísio adjetivou o monitoramento paulista no de "modesto".

"A gente já tem um centro de operações, só que ele é modesto, então, eu entendo que a gente pode crescer, ampliar e estava conversando aqui com o Eduardo [Paes] sobre a necessidade da gente investir em radares meteorológicos. A interceptação dos sistemas que um radar por ter uma abrangência de 400 km, então, a informação que eu vou captar em São Paulo vai ser útil para o Rio e vice-versa".

Assim como Paes, Tarcísio afirmou que a eficácia da previsão gera confiança na sociedade. "Se você vai emitindo alerta o tempo todo e nada acontece, gera descrédito. Então, acho que a gente tem que melhorar a qualidade das nossas previsões".

cotidiano

Nos 17 anos da Ocupação Mauá, os adolescentes do início hoje são pais de dezenas de crianças nascidas no local Fotos Marlene Bergamo/Folhapress

Mulheres comandam ocupações no centro de SP

Cabe a elas administrar conflitos nos prédios e negociar com o poder público

Vicente Vilardaga

SÃO PAULO Se há uma característica marcante do movimento dos sem-teto no centro de São Paulo é a liderança feminina. A maior parte das ocupações organizadas na região é coordenada por mulheres.

É assim na 9 de Julho, onde Carmem Silva, 62, líder do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), encabeça um grupo que transformou o local em um ambiente de convivência, com iniciativas culturais e gastronômicas. É também na Ocupação Mauá, na Ocupação São João e em outras dezenas espalhadas pela cidade.

Cabe a elas a responsabilidade de administrar conflitos nos prédios, impedir a presença de infiltrados do crime organizado e negociar avanços graduais com o poder público para garantir a segurança habitacional dos ocupantes.

Graças à dedicação de várias delas, o movimento dos sem-teto colhe cada vez mais frutos, como o da Ocupação Prestes Maia, que foi liderada por Ivaneti de Araújo, 49, coordenadora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ). O prédio passará por um retrofit, projeto de engenharia para recuperar e modernizar a infraestrutura e melhorar as instalações de edificações antigas. Outras construções ocupadas no centro podem ter em breve o mesmo destino.

Atualmente, o MSTC coordena cinco ocupações na cidade, além de estar à frente do retrofit do hotel Cambridge, que passou a receber moradores em junho do ano passado. Ao todo, o imóvel deverá atender 121 famílias no rebatizado Residencial Cambridge.

"Sou uma mulher que chegou a São Paulo sem ter onde morar, sem trabalho, e me achei uma refugiada no meu próprio país", diz Carmem. "Hoje, o meu pertencimento é participar ativamente da vida da cidade e nada mais justo do que devolver as oportunidades que encontrei para aqueles que não têm um entendimento dos próprios direitos."

Carmem tem capacidade para converter ocupações em verdadeiros condomínios em que os moradores pagam mensalidades, seguem regras rígidas e participam de reuniões para se organizar.

Depois da tragédia do Wilton Paes de Almeida, em 1º de maio de 2018, a atuação das mulheres se tornou ainda mais vigorosa por causa da perseguição ao movimento dos sem-teto e de prisões, inclusive de dois filhos de Carmem: Preta Ferreira e Sydnei Ferreira. Ela própria foi presa em 2019, acusada pelo Ministério Público de ter expulsado do Cambridge moradores que deixaram de pagar a contribuição coletiva —acabou absolvida.

A Ocupação 9 de Julho abriga 129 famílias, cerca de 500 pessoas, que vivem num ambiente de respeito em que todos se ajudam.

Na Ocupação São João, no número 588 da avenida de mesmo nome, onde funcionava o antigo hotel Columbia, a principal liderança também é feminina. Trata-se da maranhense Antonia Nascimento, de 43 anos e mãe de três filhos, que atua na Frente de Luta por Moradia (FLM) e se dedica a pressionar a prefeitura para que reforme o edifício quase centenário e mantenha seus atuais moradores.

1 Telma Dias do Vale é moradora da Ocupação Mauá **2** Antonia Nascimento coordena a Ocupação São João **3** Ivaneti de Araújo hoje lidera a Ocupação Mauá

A ocupação abriga 70 famílias, cerca de 200 pessoas, e já superou quase todas as etapas burocráticas para se transformar num projeto residencial de verdade. "O que sinto é que as mulheres são mais comprometidas do que os homens", diz Nascimento. "A gente tem mais capacidade de persistir na luta e pensa mais no próximo do que só em si mesma."

Para Ivaneti de Araújo, que hoje lidera a Ocupação Mauá, as mulheres estão na linha de frente do movimento por causa da determinação em proteger os filhos e a família. "A mulher se sente mais responsável do que o próprio homem, tem aquela pegada matriarcal. Por sermos mulheres, a gente não aceita determinadas situações, principalmente que mexam com nossos filhos."

Na avaliação dela, a primeira providência quando se faz uma ocupação é cuidar da manutenção e garantir a limpeza. Iniciada na luta junto com Carmem Silva, Araújo trabalha duro para que as ocupações onde atua tenham um funcionamento impecável, como um condomínio, inclusive com coordenadores por andar. Na Ocupação Mauá, paga-se o valor de R$ 200 por mês, e a inadimplência chega a 70%.

Antonia e Ivaneti lideram duas ocupações que são fortes candidatas a receber um retrofit. Estão no topo da lista da prefeitura. Ao mesmo tempo, vivem sob a tensão da reintegração de posse. A Ocupação Mauá, iniciada em 2007, é hoje a mais antiga e uma das maiores da cidade. Tem 237 unidades habitacionais e abriga cerca de mil pessoas.

No último dia 25 de janeiro, os moradores receberam a notícia de que a Cohab pediu a reintegração de posse do imóvel e a saída dos moradores para que possam ser feitas as reformas necessárias para requalificar o prédio e fazer o retrofit.

Os ocupantes da Mauá, porém, consideram o pedido de reintegração uma traição e temem a falta de garantias da prefeitura para a saída e o retorno dos atuais moradores.

"Queremos um programa que atenda todas as famílias que estão aqui, mas acho que a prefeitura quer fazer outra coisa que não sabemos exatamente o que é", disse Araújo. Ainda segundo ela, não houve qualquer conversa sobre a imediata reintegração de posse.

"O secretário de Habitação, João Farias, até fala que quer atender toda a demanda aqui, mas a Cohab não concorda, não dialoga, vai ao Judiciário e quer que a gente saia daqui sem garantias", afirma.

Farias diz à **Folha** que a saída das pessoas do prédio é necessária para que se faça a emissão de posse e o projeto de reforma seja executado e saia do papel. Afirma também que os atuais moradores, pelo menos a grande maioria deles, voltarão depois do retrofit.

Ocupações lideradas por mulheres no centro de São Paulo

1 São João (av. São João 588)

2 Mauá (r. Mauá 340)

3 Prestes Maia (r. Brigadeiro Tobias 700)

4 9 de Julho (r. Álvaro de Carvalho 427)

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Levou gentileza e humanidade ao consultório

GERALDO NADAI (1955 - 2023)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O ginecologista e obstetra Geraldo Maurício Jeronymo de Nadai foi um exemplo de excelência no serviço público de saúde da cidade de São Paulo.

Dedicou mais de 40 anos da sua carreira ao Hospital Municipal Maternidade Escola Vila Nova Cachoeirinha – Dr. Mário de Moraes Anteceder Silva, na zona norte da capital paulista.

No Cachoeirinha, fez a residência, atuou como médico no setor de planejamento reprodutivo, participou da criação e coordenou o serviço de Endoscopia Ginecológica, entre outras ações. Era especialista em endometriose.

Ajudou, ainda, a implantar a residência médica em videoendoscopia ginecológica e encerrou sua trajetória como coordenador científico da Clínica Ginecológica, segundo a funcionária pública Adriana Peres, 45, sua companheira.

Além de atuar no serviço público, ele mantinha uma clínica particular no Tatuapé, na zona leste da cidade.

Paulista de Urupês (a 419 km da capital paulista), Nadai era filho de Geraldo e Judith, professores de geografia e música, respectivamente.

Ele se mudou para São Paulo ainda jovem e, na cidade, decidiu seguir o caminho da medicina. Formou-se em 1979, na Unisa (Universidade Santo Amaro).

Dedicou-se à sua vocação com amor. Atencioso e gentil ao escutar as pacientes, levou ao consultório um pouco de psicologia e humanidade nos atendimentos —olhava nos olhos, apertava as mãos e dava conselhos.

Cerca de 14 horas do dia eram voltadas ao trabalho. No tempo livre, era o são-paulino fanático que esbanjava conhecimento em história, gostava de ler e viajar.

Conhecimento era sempre bem-vindo. Sob os olhos da companheira, Nadai foi um visionário.

"Ele cursava robótica na maternidade Santa Joana quando recebeu o diagnóstico de câncer no intestino e interrompeu as aulas, em outubro de 2022. O médico trocou de lugar com o paciente. Foi difícil para ele administrar", conta Adriana.

Geraldo Maurício Jeronymo de Nadai morreu dia 27 de fevereiro, aos 68 anos, em decorrência de complicações provocadas por um câncer de intestino. Deixou a companheira, duas filhas e uma enteada.

1 ANO
CESIDIO CRUZ SAMPAIO
Domingo (5/3) às 17h, Paróquia São José, Jardins

EM MEMÓRIA
EUNICE SAMPAIO Neste domingo (5/3) às 17h, Paróquia São José, Jardins

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

As Filhas Daniela e Betina, em homenagem a sua querida mãe,

LOURDES ROQUE LORENZETTI

Agradecem as manifestações de carinho e convidam para a missa de sétimo dia a realizar-se no dia 7 de março às 20h00, na PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, Rua Borges Lagoa 1209, Vila Clementino, São Paulo.

Adams Carvalho

...Ou desocupa a moita

O momento em que algo na ordem geral das coisas sai do prumo

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de 'Por Quem as Panelas Batem'

Só eu presenciei, porque na época ainda fumava e tinha ido até o jardim. Foi, primeiro, um barulho intenso, um flap-flap-flap de bicho grande correndo na mata, tipo cena de "Lost"; então uma moita de azaleia chacoalhou e de dentro dela surgiu rolando um cara, terra na camisa e folhas secas no cabelo. Levantou-se num salto e me encarou: metade dele era alívio, metade, agonia.

Eu não conhecia quase ninguém naquele almoço. O sujeito rodante logo me contaria que também não. A casa era da sogra dele. O almoço era pra ele conhecer a sogra e as amigas da nova namorada. Uma dessas amigas vinha a ser a minha namorada, à época.

Ao ver alguém rolar pra fora de uma moita, no meio de um almoço, a gente suspeita que em algum momento na vida do cidadão algo na ordem geral das coisas deva ter saído do prumo. Por isso, meu primeiro reflexo foi perguntar: "Tá tudo bem?". "Agora tá", disse ele — e talvez pela cumplicidade imediata que se cria entre duas pessoas que acabaram de passar por uma situação extraordinária (mesmo que eu apenas como testemunha) ele me contou toda sua epopeia.

Foi na véspera do almoço que algo na ordem geral das coisas havia saído do prumo: este algo era seu sistema digestivo e o culpado, um churrasco coreano. O sujeito tinha passado mal a noite inteira. Foi pro almoço apavorado e nem uma hora depois de conhecer a sogra e as amigas da namorada recebeu o chamado da natureza. Tentou chegar num banheiro mais reservado, mas se deu conta de estar no campo de visão da sogra e não quis ser visto invadindo as partes mais reservadas do lar.

Trancou-se, portanto, no lavabo e mal começara a obedecer as ordens urgentíssimas ditadas por bactérias exógenas ao seu microbioma intestinal quando alguém tenta abrir a porta. Ele ouve uma voz próxima dizer "tem gente" e outra responder "valeu" e o silêncio em seguida sugere a materialização de um dos seus maiores temores, naqueles minutos atribulados: o surgimento de uma fila. De amigas da namorada. Na casa da sogra. Num momento em que as condições atmosféricas dentro do lavabo — ele me explicou de forma um pouco mais direta do que eu lhes transmito — já estavam bem longe das ideais. Se abrisse a porta, a sala se transformaria imediatamente em Pripiat minutos após a explosão do reator nuclear de Tchernóbil — sendo ele o reator. Cul-de-sac. Sem duplo sentido. Não, não, melhor com.

É nos momentos de sufoco, felizmente, diante das grandes encruzilhadas da vida, que a mente humana obra. O figura avistou a janela que dava pra o jardim. Calculou. Batia na sua cintura e era grande o suficiente para a passagem do seu corpo — na horizontal.

A envergadura do meu interlocutor — ele me contou quase com lágrimas nos olhos, como um garimpeiro contaria ter achado ouro — era precisamente a necessária para que com uma mão ele destravasse a porta e com a outra desse o apoio para saltar janela afora. E foi isso que ele fez. Ao mesmo tempo abriu o trinco e lançou-se num voo rasante em direção ao desconhecido. (O desconhecido, no caso, era eu).

O intervalo entre o cara rolando moita afora e a narrativa de toda essa epopeia não durou mais do que um minuto. Menos tempo do que levou sua respiração para voltar ao normal. Ele tirou as folhas do cabelo, espanou com a mão o barro da camisa, entramos e almoçamos como se nada tivesse acontecido.

Depois daquela tarde nunca mais o vi, mas guardo sua imagem no panteão dos meus ídolos, ao lado de Messi, de Usain Bolt, de Machado de Assis: seres humanos que superaram a mediocridade e nos mostraram que é possível ir além — mesmo que além da janela do lavabo.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Giovana Madalosso** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

EMPREGOS

A

AUX. MANUTENÇÃO GERAL
M/F Com experiência. Com conhecimento em elétrica, hidráulica, conhecimento em geral na função. antonio@suloxidos.com.br

E

ENGENHEIRO(A) DE PRODUTO
Empresa na Zona Leste admite Enviar currículo via Watts para: Fone: (11) 96395-0001

P

PCD - VAGAS
M/F - A Empresa Central Islâmica de Alimentos Halal, CNPJ: 05.869.291/0001-72, está disponibilizando Vagas de Trabalho para PCD's com devido Laudo Médico do INSS atualizado.
Aos Interessados, favor enviarem currículo para o E-mail: gerenciarh@fambrashalal.com.br ou entrarem em contato pelo telefone: (11) 5035-0820 ramal 8094, com Botelho

R

RECEPCIONISTA
M/F Clínica médica S.Paulo - metrô Paraíso - Horário de 2ª à 6ªf das 7 às 16 horas. Contato só por Whatsapp 11 99904-4629

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

S

SECRETÁRIA
M/F Com experiência na Área. Para trabalhar na MOOCA Interessados enviar currículo: antonio@suloxidos.com.br

Estamos contratando: Cabeleireiro/ Barbeiro
Junte-se a nossa equipe!
Envie seu CV para nosso WhatsApp: (15) 99733-0187

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

EMPREGADOS PROCURADOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

Médico | Consultas clínicas em empresas
Plantões de 8 horas diárias, folgas Sábados e Domingos. Ótima Remuneração!
Avenida Paulista, 509 – Loja 36
Currículo para medicina@mestra.net ou mestra@mestra.net

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade sem fins lucrativos, seleciona profissionais para exercer os cargos de:
Roupeiro – Hotelaria e Hospitalidade ICESP: Ensino Médio completo. Conhecimentos desejáveis em rotinas de rouparia hospitalar e pacote office/ excel.
Médico do Trabalho – ICESP: Graduação em Medicina com Residência Médica ou Especialização em Medicina do Trabalho concluída. Desej. experiência na área hospitalar, informática (básico a intermediário) e inglês intermediário. CRM ativo.
Os candidatos interessados deverão inscrever-se de 05/03/2023 a 10/03/2023 no site www.ffm.br, no link Trabalhe Conosco

Empresa de ônibus localizada na Zona Sul de SP, contrata:
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
Profissionais de ambos os sexos
• MOTORISTA
• MANOBRISTA
• FISCAL
• AJUDANTE GERAL
Desejável experiência e disponibilidade de horário.
Enviar currículo para os e-mails: treinamento2@wolffsp.com barbararh@wolffsp.com

SEST SENAT — Serviço Social do Transporte, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Torna pública a abertura de processo seletivo para contratação e formação de cadastro reserva Nacional para atuar em Santo André/SP
✓ 115/23-INSTRUTOR SENAT (SEGURANÇA DO TRABALHO- 22 hs.)
✓ 116/23-INSTRUTOR SENAT (TRANSITO - 22 hs.)
Para mais informações, acesse o endereço eletrônico: http://www.sestsenat.org.br(opção: trabalhe-conosco) durante o período de inscrições, que será de 07/03 a 14/03/2023.
O processo seletivo terá as seguintes etapas: avaliação de conhecimentos específicos, avaliação documental e entrevista.

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade sem fins lucrativos, seleciona profissionais para exercer os cargos de:
Médico (Transplante de Medula – Pediatria). Requisitos: Graduação em Medicina, Residência completa em Pediatra e Residência/Especialização em Cancerologia Pediátrica. CRM ativo, Conhec. no manejo de pacientes submetidos a transplante de células-tronco hematologia pediátrica.
Os candidatos interessados deverão inscrever-se de 05/03/2023 a 11/03/2023 no site www.ffm.br, no link Trabalhe Conosco.

SAS
VAGAS MÉDICAS
A SAS Seconci-SP, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, oferece oportunidades de trabalho para Médicos(as) atuarem em regime CLT nos Territórios de Penha e Ermelino Matarazzo para diversos programas e serviços de saúde.
Áreas disponíveis:
Médico GO alto risco | Pediatria
Médico Ginecologista | Psiquiatria
Médico da Família (ESF) | Médico Diarista
Médico Urologista | Médico Gastro
Jornada de 20h a 40h semanais!
Contato: (11) 2289-0390 (011) 93057-9784
www.sas-seconci.org.br

A SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITAL GERAL DE GUARULHOS
Contrata:
✓ Pessoas com deficiência para áreas: Administrativas, Técnicas e Operacionais;
Médicos:
✓ Anestesiologista
✓ Clínico Geral - Unidade de P.S e Enfermaria
✓ Endoscopista
✓ Neonatologista - Unidade Neonatal
✓ Intensivista - Adulto e Pediátrico
✓ Ginecologista e Obstetra - Centro Obstétrico
✓ Oftalmologista
✓ Ortopedista
✓ Radiologista
✓ Especialista em Diagnóstico por imagem
✓ Cirurgião: Geral, Pediátrico, Vascular,
✓ Oncológico, Plástico e Neurocirurgião
Regime CLT, próx. ao aeroporto internacional de Guarulhos, Hospital de Alta Complexidade. Interessados cadastrar o currículo em nossa página de carreira: hgg.gupy.io

IMÓVEIS

INTERIOR, LITORAL OUTROS ESTADOS

APARTAMENTOS E CASAS VENDA

ITANHAEM
R$230.000,00, Casa, 1ds., 3vg., 250 m² a.t., chur., jd., pisc., quint., Casa térrea, terr. 250 m², 1 ds, sl espaçosa, coz. ampla, banh social, á. serviço, quintal c/ pergolado, varanda, jardim e vaga p/ 3 carros. Churrasq e piscina. Ótima localização, local com moradores, prx coml. local, aprx 700 metros do mar. http://www.mmachadoimoveis.com.br/imovel/itanhaem/balneario-tupy/684/ F:11 99998-5078.
cód. 92483613

TERRENOS

ITANHAEM - CIBRATEL
Casa/prédio com renda de R$ 40.000,00. Com 350 mts A.C. 300 mts praia. Valor R$ 649 mil. Aceita permuta ou financiamento. (13) 99740-0003
cód. 92483636

NEGÓCIOS

ESOTERISMO

VOVÓ JOANA
Amarração p/ amor, trabalhos p/ todos os fins. pagamento após resultado (11) 4114-6358 / WHATS 11-93019-0379 TIM

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE CONTEMPORÂNEA
Dia 09 de Março às 20 H. somente on line. Oscar Freire 232 casa 8 Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior. Tels: (11) 3731-5012/ 3731-2536

LEILÃO DE ARTE ONLINE
Sandra R Macedo JUCESP 1301 fará seu leilão no dia 07/3/22 - 19h30 Av Piassanguaba 176 - São Paulo

LEILÃO DE CANETA
Dia 06 de março às 16h somente on line. R. Uberlândia 115.. Leiloeiro José Roberto Bortoletto Junior Tel:(11)3062-7954/ 3061-5921

ACOMPANHANTES

ANA
Furacão+amigas. tx 30 Av. Jabaquara 2604.Mt.S.judas ac cartões seg.sáb.à Sábado.11-2362-8122

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

VEÍCULOS

ACESSÓRIOS E SERVIÇOS

AGREGAMOS VANS
Vans furgão, ano de fabricação acima de 2021, para serviço fixo de segunda a sábado, contrato de até 5 anos, 8hs diárias de serviço, registro em carteira, baixa rodagem. Tratar Whastzap (11) 99978. 5327.

#siga a folha

ASSINE A FOLHA folha.com/assine

FOLHA NÃO DÁ PRA NÃO LER.
A **Folha**, empresa líder de mercado, oferece vagas para
PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS
em diversas áreas.
Os interessados deverão enviar currículo para o e-mail rhvagas@grupofolha.com.br, sob a sigla "vagas"

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE FOLHA.COM/CLASSIFICADOS CLASSIFICADOS@GRUPOFOLHA.COM.BR

Acesse o site folha.com/seminariosfolha

Funcionária durante teste de atendimento por teleconsulta no Hupe, hospital público do Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Hospital do Rio é 1º a ter consulta online para paciente do SUS

Serviço remoto abrange 14 especialidades; expectativa é realizar 12 mil atendimentos por mês nesta primeira fase

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) já podem passar por consultas online no Hupe (Hospital Universitário Pedro Ernesto), no Rio de Janeiro, a primeira unidade de saúde pública do Brasil a oferecer esse tipo de serviço, após a aprovação de lei que torna definitiva a chamada telessaúde.

Até dezembro passado, o atendimento virtual entre médico e paciente não era permitido no país, tendo sido uma exceção na pandemia de Covid. Agora, a promulgação da lei nº 14.510 autoriza o serviço de forma definitiva, desde que haja consentimento do paciente e indicação do especialista.

O sistema virtual de consultas do Hupe, hospital que atua com telemedicina há duas décadas, foi lançado no dia 13 de fevereiro, mas os atendimentos começaram oficialmente na quarta-feira (1º). A expectativa é realizar 12 mil atendimentos ao mês na primeira fase, dedicada exclusivamente aos pacientes já assistidos no Hupe.

Ao passar pela primeira vez por uma consulta remota, a desenhista industrial Juliana Souza da Silva, 42, afirmou que a experiência foi cômoda, já que ela estava doente e foi um alívio não precisar se deslocar até o hospital.

"Fui atendida pela psicologia, uma especialidade que, acredito, serve bem ao paciente na modalidade a distância, na maioria dos casos, sem prejuízo à conduta médica. Gostei do serviço e pretendo continuar usando. Espero que se popularize e fique mais acessível."

> "Fui atendida pela psicologia, uma especialidade que, acredito, serve bem ao paciente na modalidade a distância. Espero que se popularize e fique mais acessível
>
> **Juliana Souza da Silva**
> desenhista industrial

Juliana diz que foi simples usar o sistema, pela facilidade de conexão. "Sou parte privilegiada do público de um hospital do SUS, pois tenho internet estável, disponibilidade de parar meu horário de trabalho para fazer a consulta e privacidade para falar no atendimento."

O Hupe, que pertence ao complexo de saúde da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), oferece 14 especialidades no sistema virtual, passando por psicólogos, nutricionistas, enfermagem, anestesiologia, cirurgião vascular, cuidados paliativos e urologia.

"Essas especialidades estão autorizadas a atender o paciente remotamente desde que sigam as normativas da Lei Geral de Proteção de Dados", afirma a médica Alexandra Monteiro, coordenadora do Centro de Teleconsulta do Hupe Digital e do Telessaúde UERJ.

Servidora pública há 35 anos, Alexandra diz ainda que, ao oferecer consultas remotas, a expectativa é reduzir as filas. Ela explica que muitas vezes o paciente vai ao médico só para levar exames, para checar o pré-operatório ou ainda para visita de controle.

"São casos em que o paciente está bem, mas para voltar ao hospital tem todo um deslocamento, com despesas de transporte e alimentação. Além das dificuldades que a gente reconhece que ainda há de agendamento [de consultas]", afirma a coordenadora.

A psicóloga Luiny de Medeiros, 26, que atendeu Juliana, trabalha em esquema híbrido (atendimentos online e presenciais) e diz que, em meio à pandemia, adaptou todas as ferramentas para acolher os pacientes no formato virtual. Para isso, trabalhou com as plataformas digitais disponíveis no período.

"A partir da implementação da nova lei, já estávamos em elaboração do projeto de teleatendimento vinculado ao Hupe. A nova lei garantiu autonomia ao profissional de decidir sobre o uso ou não da telessaúde. Podemos optar pelo atendimento presencial sempre que entendermos ser necessário", afirma a psicóloga.

O Hupe se dedica há 20 anos à digitalização de seus serviços, como prontuário eletrônico, interconsulta (troca de informações de forma virtual entre médicos, por exemplo, para discutir o diagnóstico de algum paciente) e telediagnóstico (laudo a distância).

Nem todos os pacientes conseguem acessar o sistema. Por esse motivo, segundo Alexandra, o hospital prefere que as primeiras consultas sejam sempre presenciais, pois o usuário, depois do atendimento, vai à central de teleconsulta e já recebe orientação sobre como baixar e usar o aplicativo e sobre como preencher o cadastro.

"Muitas pessoas têm suas habilidades digitais ainda em construção. É um público que a gente tem que fazer toda essa curva de aprendizagem para que ele tenha capacidade suficiente para usar a tecnologia. Por mais que o aplicativo seja simples de usar, inclusivo e [esteja] à palma da mão, existe uma iniquidade [para o uso de internet] no Brasil. E o paciente merece todo nosso olhar."

Alexandra lembra que existem prerrogativas básicas para se usar a telessaúde. Há situações, por exemplo, que esse atendimento não deve ser feito de forma remota, como quando há risco de vida. "Você não pode jamais atender remotamente um paciente em urgência e emergência. Tem que haver um critério clínico de estabilidade."

O Ministério da Saúde confirma o pioneirismo do hospital fluminense a partir da nova lei, o primeiro a ofertar teleconsulta pelo SUS. Afirma, ainda, que desde 2007 o Hupe participa dos núcleos do Programa Telessaúde Brasil, que pertence à pasta.

Em nota, o ministério afirma ainda que está em curso a atualização dos hospitais e serviços do SUS que oferecem atendimento remoto. Segundo a pasta, a teleconsulta é importante para qualificar o atendimento, reduzir distâncias e garantir a continuidade do cuidado à saúde do paciente, mantendo o vínculo do usuário com o serviço.

Conforme a **Folha** mostrou em sua série Profissional Público do Futuro, o aprimoramento da telemedicina, com capacitação dos servidores de saúde, é um desafio para o serviço público e para o país.

6 mulheres denunciam radiologista por suposto abuso em exame

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO Um radiologista foi preso em flagrante na noite de quarta (1º) em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, após uma paciente de 26 anos procurar a polícia e afirmar que havia sido abusada durante um exame.

Na tarde desta sexta (3), a Justiça converteu a prisão do médico Martinho Gomes de Souza Neto em preventiva. Desde a detenção do suspeito, outras cinco mulheres procuraram a 12ª DP (Copacabana) e afirmaram que também foram abusadas pelo médico.

A reportagem não conseguiu contato com os advogados Cássio Rodrigues Barreto e Luis Alexandre Rassi, que defendem Souza Neto. Em audiência de custódia, o médico negou o suposto abuso e disse que tocou na paciente utilizando "técnicas semiológicas [de análise corporal] para acessar imagens de seu ovário".

A jovem contou que procurou a Clínica da Cidade para fazer uma mamografia no fim da tarde de quarta-feira. De acordo com sua versão, durante a consulta o médico a teria convencido a realizar um exame transvaginal, que seria gratuito.

Ao realizar o procedimento, o médico teria solicitado à paciente que estimulasse o próprio clitóris para melhor visualizar o ovário. Em seguida, sob alegação de que não estaria funcionando, ele mesmo passou a tocar a parte íntima da jovem. Segundo relato da vítima, o médico tocou sem luvas.

Nesse momento, o radiologista teria indagado à jovem "se ela estaria gostando". A paciente, então, tentou sair da sala, mas foi segurada pelo braço e percebeu que ele havia colocado uma cadeira contra a porta, dificultando a entrada de outro funcionário.

Duas funcionárias depuseram sobre o caso e confirmaram o comportamento atípico do médico. Uma delas, identificada como Rosângela, disse à polícia que "tentou entrar na sala de exame por duas vezes, tendo sido impedida, procedimento incomum".

Outra funcionária, estranhando a demora no exame, também tentou entrar na sala. Nesse momento, a porta foi aberta e a funcionária relatou que a jovem estava tremendo e nervosa. A vítima, então, teria mostrado o celular onde havia escrito "acho que ele abusou de mim". Depois disso, a funcionária disse que acionou a polícia.

"A palavra da ofendida é reforçada por outras informações dos autos, havendo indícios suficientes de autoria, extraídos a partir do depoimento da vítima e das testemunhas. Além disso, a vítima afirmou (...) que desconhecia o procedimento e que o custodiado se valeu dessa condição", escreveu a juíza Rachel Assad da Cunha ao converter em preventiva a detenção.

Em nota, a Clínica da Cidade disse que lamenta qualquer episódio de violência contra a mulher. Diz que o caso foi uma ocorrência isolada e está sob investigação.

O delegado André Leiras afirma que a narrativa dos abusos sofridos por outras mulheres que procuraram a polícia seria a mesma. Ainda segundo o investigador, o médico pode ter praticado o crime de violação sexual mediante fraude, previsto no artigo 215 do Código Penal.

"O estupro exige grave ameaça ou violência. Nesse caso, ele usou um ardil, uma fraude, enganando as mulheres que, acreditando estarem fazendo exames, estavam sendo abusadas sexualmente", disse Leiras.

O médico Martinho Gomes de Souza Neto já era investigado por importunação sexual contra uma paciente de uma clínica do Rio, fato ocorrido em setembro de 2020. Essa foi uma das vítimas que voltou a procurar a polícia.

A polícia investiga se o médico teve queixas em outros estados — ele já atuou em Goiás e Tocantins, de acordo com o CFM (Conselho Federal de Medicina). No Rio de Janeiro ele atua desde março de 2020. Não há registro de especialidade médica cadastrada para ele no site do órgão, mas Martinho se identificava como radiologista.

Este é o terceiro médico preso no Rio de Janeiro por suspeita de abusar sexualmente de pacientes em um período de oito meses.

Em janeiro, o médico anestesista Andres Eduardo Oñate Carrillo, 32, foi preso suspeito de estupro de vulnerável. Ele não negou as denúncias. Em julho de 2022, o médico Giovanni Quintella Bezerra, 31, foi preso em flagrante acusado de estuprar uma mulher enquanto ela era submetida a uma cesariana em São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

ciência

Workshop sobre ChatGPT, em Genebra Fabrice Coffrini - 1º.fev.23/AFP

Brasileiros culpam mais inteligência artificial por erros

Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, humanos são mais valorizados que máquinas por acertos no país

Salvador Nogueira

SÃO PAULO Quando um humano acerta, tem mais méritos. Quando erra, mais tolerância. Quando uma inteligência artificial erra, tem mais culpa. Quando acerta, menos valor. Em essência, é assim que os brasileiros encaram uma potencial competição entre humanos e máquinas para diversas atividades de caráter profissional.

O quadro geral emergiu de uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva com 1.700 participantes recrutados pela internet, com idades entre 18 e 77 anos (média de 37,5). Os voluntários (mais de 90% deles com pelo menos o ensino médio completo) foram divididos em dois grupos, apenas para evitar qualquer viés gerado pela ordem de apresentação das situações.

Foram investigados quatro cenários, envolvendo atividade policial, aumento salarial, seleção profissional e distribuição de recursos financeiros. Para cada um deles, os participantes eram expostos a ações bem-sucedidas e malsucedidas de um ser humano e de uma inteligência artificial e chamados a atribuir mérito ou responsabilidade.

Dessa maneira, os pesquisadores poderiam investigar duas formas de viés: aquele pró ser humano e o rechaço à IA. Os resultados foram reveladores. "Importava, sobretudo, mapear o grau de resistência à entrada da IA na sociedade. O pano de fundo são as reações ao ChatGPT e afins, que andamos acompanhando", diz Álvaro Machado Dias, neurocientista da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sócio do Instituto Locomotiva e colunista da **Folha**.

O ChatGPT, criado pela empresa OpenAI, é apenas o mais famoso dos chamados modelos de linguagem de inteligência artificial, que vem causando do furor desde sua introdução ao público, em novembro passado —tanto por sua desenvoltura ao escrever quanto por seus erros clamorosos.

> "Uma das possíveis razões para o fato de sermos bastante intolerantes a erros de máquina é a memória, pré-IA, de que esses devem ser dispositivos precisos, posto que deterministas
>
> **Álvaro Machado Dias**
> neurocientista

No caso em questão, ele é um sistema que, a partir de simulações de funcionamento de neurônios (as chamadas redes neurais), foi autotreinado com toneladas de textos em linguagem natural. É basicamente expor o sistema à "leitura" e treiná-lo para "prever" qual palavra deve vir a seguir em cada texto e contexto (pense numa versão ultrassofisticada do corretor de texto do celular, que tenta "adivinhar" que palavra você quer digitar baseado nas primeiras letras ou em erros comuns). Os acertos reforçam conexões na rede neural, os erros dissipam, e assim a máquina vai se tornando cada vez mais hábil e fluente ao lidar com textos.

A despeito das diferenças de substrato (eletroquímica cerebral versus impulsos elétricos em chips de silício) e da gama de sinais externos recebidos por humanos e por um modelo de IA, o processo de aprendizagem não é de todo dessemelhante nos dois casos —com exposição, repetição, imitação e domínio gradual da linguagem por estímulos positivos e negativos. "Uma das possíveis razões para o fato de sermos intolerantes a erros de máquina é a memória, pré-IA, de que esses devem ser dispositivos precisos, posto que deterministas", diz Dias.

Brasileiros são menos tolerantes a erros de IA em relação a de humanos

Quatro cenários básicos foram explorados, quando executados por humanos ou IA

Estudo do Instituto Locomotiva contou com 1.700 participantes (18-77 anos, idade média de 37,5 anos)

- Ação policial
- Aumento salarial
- Seleção profissional
- Distribuição de recursos financeiros

Brasileiros atribuem mais responsabilidade ao ser humano por resultados positivos do que à IA

Escala de 1 a 6

Inversamente, brasileiros atribuem mais responsabilidade à IA por resultados negativos do que a humanos

Escala de 1 a 6

60% é o quanto a modelagem estatística das reações positivas e negativas sugere que brasileiros têm de viés contra a IA, em comparação ao ser humano

Comparação com os EUA
Em contraste com estudo similar americano, o brasileiro indica, de forma geral, maior valorização do ser humano em relação à IA

Exceção: Ação policial

Brasileiros parecem mais inclinados a aceitar um policial robô que os americanos; isso pode refletir a baixa confiança que o cidadão brasileiro tem na polícia, se comparado ao americano

180% é o quanto os brasileiros são mais inclinados que os americanos a trocar o policial humano pela IA

Fonte: Instituto Locomotiva

Quando os 1.700 voluntários tiveram de dar mérito pelo desempenho em alguma atividade, em média deram pontuação maior aos humanos (5,2) que à IA (4,8). O índice de mérito do ser humano ficou 8% maior. Em compensação, quando foi a hora de atribuir culpa, o rechaço à IA atingiu média de 4,7 pontos, enquanto ao ser humano ficou em mais modestos 3,8. O índice de rechaço à IA se mostrou 24% maior.

Combinando as duas coisas em uma análise estatística, os pesquisadores concluíram que o viés contra a IA (seja atribuindo menos mérito, seja apontando maior culpabilidade) é de 60%.

Os pesquisadores notaram também que esses vieses não são homogêneos. Por exemplo, em relação a decisões salariais equivocadas, mulheres atribuem maior responsabilidade à IA que homens.

"As mulheres são mais desconfiadas de novidades nessa área, pois, historicamente, vêm se dando mal com isso, vide o que o mercado inteiro fala sobre uso de IAs pouco sofisticadas para filtrar currículos: produz muito mais recomendações masculinas do que femininas. A razão? Porque otimizam a replicação dos casos de sucesso do passado. Como os cargos de gestão eram tradicionalmente masculinos, os algoritmos de seleção mal calibrados tendem a dar mais valor aos homens", diz o pesquisador.

Outra discrepância importante tem a ver com nível de renda. Entre os que se declararam muito ricos, não há diferença entre a propensão a substituir um ser humano ou uma máquina que falha. Nos demais grupos de renda, a intolerância ao ser humano foi menor que à IA. "A minha leitura é que isso revela que ser diretamente afetado conta. Como os mais ricos tendem a estar na posição de contratantes e não na de contratados, têm menos assimetrias."

Pesquisas similares realizadas por César Hidalgo, no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), EUA, permitiram a comparação entre os resultados brasileiros e os americanos. De forma geral, no Brasil o viés contra a máquina tende a ser maior. Segundo Dias, é provável que isso reflita a maior penetração da tecnologia, em particular da IA, na sociedade americana, se comparada à brasileira. "Rechaçamos mais o que conhecemos menos."

Uma exceção foi na área de atividade de polícia, em que os brasileiros tendem a promover menos o policial humano que os americanos. Os pesquisadores desconfiam que isso tenha a ver com o baixo nível de confiança da população brasileira em sua polícia, se comparado à americana.

Ímpeto de postar notícia prejudica julgamento

O ímpeto de compartilhar uma notícia nas redes sociais pode afetar nosso julgamento sobre a veracidade da informação postada, de acordo com um novo estudo publicado na Science Advances. Os resultados do experimento online, conduzido com 3.157 estadunidenses, foram apresentados nesta sexta (3) na reunião anual da AAAS (Associação Americana para o Avanço da Ciência, em inglês), a maior sociedade científica multidisciplinar do mundo, que acontece em Washington. No estudo liderado por Ziv Epstein, doutorando no grupo de Dinâmicas Humanas do Massachusetts Institute of Technology, os pesquisadores mostraram aos participantes manchetes e imagens sobre Covid e política. Em seguida, fizeram perguntas sobre a percepção deles em relação à precisão do conteúdo e se o compartilhariam nas redes. Aqueles que indicaram que reproduziriam o conteúdo se mostraram menos propensos a julgar se eram fatos verídicos ou não. Para os pesquisadores, os usuários ficariam "distraídos" com outras razões que o levam a repercutir a informação e negligenciam a precisão.

O (falso) alfabeto dos machos

Masculinidade primordial tem pouco a ver com o passado humano

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de '1499: O Brasil Antes de Cabral'

Todo santo dia aparece mais uma ideia de jerico sobre masculinidade nas redes sociais (que estão cada vez mais precisando ser rebatizadas de "sociopáticas"). É um bestiário abarrotado de terminologias esquisitas usando o alfabeto grego ("macho alfa", "macho sigma") ou siglas em inglês ("incel", "MGTOW"). Parece confuso, mas a vantagem é que dá para resumir tudo isso com algumas frases simples: bom mesmo era quando o homem mandava em mulher; homem que é homem dá murro na mesa e não limpa a casa, manda a mulher limpar.

É comum que os incautos ou babacas que acabam decorando esse alfabeto grego usem alguma variação do argumento "sempre foi assim". A natureza humana teria sido forjada pela evolução para que os homens se tornassem dominantes, fortes, másculos, enquanto as mulheres teriam sido feitas para a doçura, o recato e as prendas do lar (como diria meu bisavô). Virar essa ordem natural das coisas de cabeça para baixo seria quase um crime contra a humanidade.

Ocorre que, como diria Luke Skywalker, cada uma das palavras nas frases acima está errada. No grande drama da evolução humana, tudo indica que esse negócio de macho mandão é uma invenção relativamente recente —a qual, aliás, deu muita dor de cabeça à nossa espécie.

Com "recente", quero dizer "a partir de 10 mil anos atrás", o que pode parecer uma imensidão de tempo se a gente não considerar que o Homo sapiens já tem lá seus 300 mil anos de idade. Os tais 10 mil anos antes do presente em diante correspondem, grosso modo, ao momento em que membros da nossa espécie começaram a depender principalmente da agricultura e da criação de animais para sua subsistência.

Durante todo o imenso período anterior, nossos ancestrais foram caçadores-coletores. E, se tudo o que sabemos sobre os caçadores-coletores que existem ainda hoje for aplicável ao que éramos no passado — é o que acredita a maioria dos especialistas—, temos más notícias para os machões.

Os caçadores-coletores atuais são tremendamente avessos a qualquer forma de hierarquia —tanto que nem "caciques" com poderes políticos limitados existem entre eles. As decisões do grupo são tomadas por consenso, em geral com participação de todos os adultos de ambos os sexos. Alguma forma de monogamia predomina —raros são os homens com mais de uma companheira.

O que me parece ainda mais curioso, no entanto, é que os caçadores-coletores abominam qualquer tipo de arrogância ou mandonismo. Espera-se que todo sujeito que captura uma presa grande se autodeprecie — dizendo algo como "olha, achei essa anta meio magrinha, dei sorte de acertar a flechada"— e divida a carne com todo o grupo, ficando até com uma porção menor para si próprio.

Quem não segue esse ideal de humildade, contando vantagem, tentando governar a vida dos demais ou sendo violento tende a ser ridicularizado ou mesmo abandonado pelo grupo quando os demais saem em busca de um novo acampamento. Em casos extremos, como os de homicidas, o grupo pode optar por uma espécie de execução coletiva do machão, com flechas disparadas por várias pessoas ao mesmo tempo.

Nos últimos dez milênios, esse padrão ancestral acabou sendo deixado de lado porque a agricultura e a criação de animais possibilitaram o acúmulo de riquezas e poder por parte de alguns homens — justamente, em geral, os praticantes de bullying que ficariam no ostracismo entre os caçadores-coletores. Não há nada de "natural" em ser um macho escroto, portanto: trata-se de uma consequência de um contexto econômico e político que pode e deve mudar com o tempo. E com benefícios para todos nós.

esporte

ESPORTE AO VIVO

13h30 Liverpool x Man. United Inglês, ESPN E STAR+

16h Botafogo-SP x São Paulo Paulista, RECORD/R7/PAULISTÃO PLAY

16h Guarani x Palmeiras Paulista, PAULISTÃO PLAY/PREMIERE

Max Verstappen, holandês bicampeão da F1, celebra pole position conquistada no circuito de Sakhir, no Bahrein Giuseppe Cacace/AFP

Verstappen inicia busca pelo tri na F1 com pole no Bahrein

Ferrari, Mercedes e Aston Martin prometem duelo por vitórias contra a Red Bull

GP do Bahrein de F1
12h, circuito de Sakhir
Na TV: Band

Luciano Trindade

SÃO PAULO A primeira imagem que viralizou da temporada 2023 da F1 foi de Lewis Hamilton curvado diante do carro da Red Bull durante os testes no Bahrein, na última semana, como se ele estivesse espiando o modelo que será pilotado por Max Verstappen e Sergio Pérez neste ano.

Enquanto trabalhava no desenvolvimento do problemático carro da Mercedes, o heptacampeão inglês não fez cerimônia ao tentar encontrar explicações para o desempenho da equipe austríaca no circuito de Sakhir.

Não apenas com os tempos de voltas, mas sobretudo com a confiabilidade e a facilidade para encontrar a melhor configuração, os carros do holandês e do mexicano mostraram que estão bem à frente dos demais do grid, repetindo o que foi visto ao longo de 2022.

Quando Verstappen foi questionado se achava que a equipe estava em uma posição melhor do que após os testes do ano passado, o holandês respondeu "100%", antes de apontar que o modelo RB19 melhorou "em todos os aspectos."

Em 2022, a Red Bull venceu 17 das 22 corridas do calendário. Se a avaliação do holandês estiver certa, o atual bicampeão aumenta as suas chances de lutar pelo tricampeonato, que começa com ele já na pole position, e Pérez, seu companheiro de equipe, completando a primeira fila, seguidos pelas Ferraris de Charles Leclerc e Carlos Sainz. A abertura do campeonato será neste domingo (5), às 12h (de Brasília), com o GP do Bahrein. A Band transmite.

"Sinto que a Red Bull está um pouco à frente, mas isso não significa nada. É apenas a primeira corrida da temporada, e a temporada é extremamente longa", avalia o atual vice-campeão Charles Leclerc, da Ferrari, antes das provas de classificação para a corrida deste domingo.

Como favorito, Verstappen tem, aos 25 anos, a oportunidade de entrar para um seleto grupo. Apenas Juan Manuel Fangio, Michael Schumacher, Sebastian Vettel e Lewis Hamilton conquistaram três Mundiais consecutivamente.

Com 35 vitórias na carreira, o piloto da Red Bull também está perto de alcançar Ayrton Senna no número de vezes que cruzou a linha de chegada em primeiro. O brasileiro fez isso 41 vezes, sendo o quinto maior ganhador da categoria. Hamilton é o recordista, com 103.

O holandês busca, ainda, superar o tricampeão brasileiro no número de pódios. Essa distância é pequena (80 contra 77). O ranking, novamente, é liderado pelo heptacampeão inglês, com 191.

Para além das estatísticas, o atual bicampeão mostrou em 2022 todo o seu amadurecimento. Depois de uma conquista dramática em 2021, quando superou Lewis Hamilton somente na volta final do último GP, no ano passado ele garantiu o Mundial com quatro corridas de antecedência.

A partir das primeiras impressões dos carros deste ano, colhidas tanto na pré-temporada como durante os primeiros treinos livres oficiais, na sexta-feira (3), o mais provável é que a Red Bull tenha novamente um ano dominante, como foi em 2022. Até os adversários admitem isso.

George Russell, da Mercedes, chegou a dizer que a equipe da marca de energéticos fará um "campeonato à parte".

O domínio, neste momento, só não é maior por causa de uma nova força que começa a despontar no grid da F1. Com um carro bastante inspirado na própria Red Bull, a Aston Martin foi a maior surpresa tanto da pré-temporada como das primeiras sessões deste fim de semana.

E o piloto mais rápido do segundo treino livre foi o experiente Fernando Alonso. Também em busca do tri, o espanhol de 41 anos bateu as marcas de Max Verstappen e Sergio Pérez com apenas 0s1 de vantagem.

"O carro deles parece ótimo. Eles tiveram algumas corridas realmente impressionantes na semana passada. Fernando [Alonso] parece... não sei o que ele está tomando, mas ele está ótimo. Ele parece estar pegando fogo", afirmou o chefe da Red Bull, Christian Horner.

O espanhol, no entanto, contrariou seu próprio estilo e foi mais contido ao falar do carro dele.

"Estamos em um processo muito interessante com um carro completamente novo, novo departamento técnico e muitas coisas que estamos aprendendo, mas acho que ainda há um longo caminho a percorrer", disse o bicampeão. Alonso larga na quinta posição neste domingo.

Longa também será a temporada 2023, com 23 etapas. O calendário terá algumas novidades, como o GP de Las Vegas, a terceira corrida nos Estados Unidos da categoria, e o retorno do GP do Qatar, ausente em 2022 devido à Copa do Mundo. O GP de São Paulo, em Interlagos, será em 5 de novembro.

Um novo filme: O interino

A comparação entre Ramon Menezes e o argentino Lionel Scaloni parece inevitável

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

"O Suplente" é um belo filme argentino que a rara leitora e o raro leitor podem ver na Netflix. Conta a história de um professor substituto numa escola pública na periferia de Buenos Aires.

A trajetória de Lionel Scaloni, o treinador interino que virou campeão mundial pela Argentina, também dará filme.

O interino da CBF, Ramon Menezes, pode estar sonhando em ensaiar a repetição da história e não como farsa.

A primeira convocação de Scaloni depois do fracasso argentino na Copa da Rússia, quando substituiu o badalado Jorge Sampaoli, tinha apenas nove jogadores remanescentes do torneio e nela não estavam Agüero, Higuain, Di Maria, nem Lionel Messi que, na verdade, pediu para não ser convocado.

Ramon Menezes fez sua primeira chamada sem Neymar e Thiago Silva, machucados, mas, também, sem Alisson, Daniel Alves, Alex Sandro, Danilo, Bremer, Bruno Guimarães, Éverton Ribeiro, Fred, Phillipe Coutinho, Raphinha, Fabinho, Martinelli, Gabriel Jesus e Pedro.

Quinze não convocados, entre 26 que estiveram no Qatar, o que não impede que alguns venham a ser chamados, principalmente Neymar, cuja ausência definitiva seria a mais significativa para indicar mudança de ambiente, o fim das relações tóxicas na seleção brasileira.

Foram nove as novidades (e o colunista sem graça evitou o trocadilho infame, ao não tratá-las como "novedades").

Se dará certo o futuro dirá.

Que causa curiosidade o time que daí sairá é fora de dúvida — e o adversário, Marrocos, quarto colocado no Qatar, no dia 25 de março, será excelente teste para o time amarelo (azul?) que terminou em sétimo lugar.

Se Raphael Veiga era obrigatório, Rony surpreendeu, embora o colunista esteja entre aqueles poucos que querem tê-lo em seu time, pela eficácia e, principalmente, pelo denodo, pau para toda obra, como mostrou ser contra o Chelsea na final do Mundial de Clubes, ao jogar como lateral-direito, ala e centroavante.

Acertou a CBF ainda ao fazer de Ricardo Gomes o coordenador técnico da seleção, garantia de que jogadores serão convocados por seus méritos e não para satisfazer a voracidade de empresários.

Para quem nem queria ouvir falar de seleção brasileira, eis uma boa notícia: está criada expectativa saudável para o jogo contra os marroquinos.

Que pode virar o primeiro passo para o filme brasileiro "O Interino", com Vinicius Junior como ator principal e Ramon Menezes também como protagonista, embora, também com acerto, a CBF afaste a possibilidade.

Tem razão em temer que a repetição se dê como tragédia.

Se bem que, como todos sabemos, um resultado bom aqui, outro desempenho elogiável ali, Carlos Ancelotti se faz de doce ou salgado demais e o interino vai ficando, vai ficando até que, de repente, fica.

Já vimos este filme, às vezes, com final feliz.

Repulsa e empatia

Dizer que o presidente do Sergipe errou ao agredir o assoprador de apito que eliminou os nordestinos da Copa do Brasil porque os acréscimos foram esticados até que o Botafogo empatasse em Aracaju é chover no molhado.

Ernan Sena deve ser suspenso e sair de cena (óbvio demais!) por bom tempo.

O que não impede um mínimo de empatia com sua reação ao ver frustrado o sonho de seguir na Copa do Brasil ao eliminar um dos ainda grandes de nosso futebol de forma tão vil.

Bráulio da Silva Machado exagerou, brincou com fogo e se queimou.

Não se vence sem preparo

Atletas que se dão melhor são geralmente os que pensam o jogo antes, durante e depois das partidas

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Como diz a música de um belo fado, não é o tempo que passa, nós é que passamos. Um dos motivos da angústia existencial de muitas mulheres e homens é a consciência da finitude da vida. Como somos narcisistas, uns mais que outros, achamos que somos mais importantes do que a realidade. Criamos a ilusão que temos uma grande missão na vida, mesmo que seja algo simples, banal. Desejamos nos tornar heróis e eternos. Freud escreveu que o ser humano só terá uma vida mais prazerosa quando perder a ilusão da eternidade. Com isso desfrutaria mais o cotidiano.

O tempo passa. Atletas de futebol encerram a carreira muito cedo, muitas vezes despreparados para outras atividades. Parei de jogar com 26 anos por causa de um descolamento da retina. Vivi outras vidas, de médico, de professor de medicina, de comentarista e colunista de futebol. Gostei de todas, cada uma no seu tempo.

Muitos atletas tentam exercer outras atividades relacionadas ao futebol, como a de treinador. Não é fácil. O sucesso depende de inúmeros fatores independentes do preparo do técnico. Os atletas que se dão melhor são geralmente os que pensam o jogo antes, durante e depois das partidas. Jogam como se estivessem vendo o jogo de cima.

O conhecimento precisa ser compartilhado em todas as profissões. Guardiola bebeu na fonte de Cruyff, um dos maiores jogadores e técnicos da história, que aprendeu com o lendário Rinus Michels, treinador da inesquecível seleção holandesa da Copa de 74. O jovem técnico Xavi foi discípulo de Guardiola no Barcelona. Muitos outros grandes craques se tornaram excepcionais treinadores. O alemão Beckenbauer, o brasileiro Zagalo e o francês Deschamps foram campeões do mundo como atletas e treinadores.

Zico, que completou 70 anos na sexta-feira, foi treinador no Japão e na Turquia. Não quis ser treinador no Brasil, ainda mais no Flamengo, para não confundirem o ídolo com o profissional. Zico foi um supercraque, essencialmente técnico. Executava com precisão os fundamentos da posição. Nunca gostou da firula, de efeitos especiais.

Alguns jogadores, craques ou não, surpreendentemente não tiveram sucesso como treinadores, ou alternaram bons e maus momentos, às vezes inexplicáveis. Falcão, um dos maiores jogadores da história, hoje diretor do Santos, não teve uma carreira vitoriosa de treinador, apesar de muito bem preparado, de ter sido um ótimo comentarista e de dar sempre boas entrevistas e explicações técnicas sobre futebol.

Assim como há enormes e absurdos preconceitos contra os técnicos negros, como se eles não tivessem conhecimento e preparo acadêmico para comandar um grupo de atletas, existem muitos preconceitos contra os técnicos que trabalham de terno e gravata, que não gritam nem ficam histéricos durante as partidas, como se este comportamento não fosse adequado em um esporte tão popular.

Na Europa costuma ser diferente. O italiano Ancelotti, cotado para ser treinador da seleção brasileira, trabalha de terno e gravata, é tranquilo durante as partidas e educado nas entrevistas.

Nem todo treinador com grande conhecimento teórico, científico se torna um ótimo e/ou vitorioso técnico, pois existem inúmeros outros fatores não controlados. Porém, nenhum técnico despreparado, com pouca cultura acadêmica, se tornará, regularmente, um excelente e/ou vitorioso treinador. Viverá de brilharecos circunstanciais.

NOSSO ESTRANHO AMOR

Milly Lacombe
folha.com/nossoestranhoamor

A liberdade de não esquecer

A placa na porta dizia: entre e liberte-se das memórias de dor. Caio olhou para os lados como quem quer confirmar que não haviam conhecidos por perto. Depois de se certificar que ninguém o veria entrar, colocou a mão na maçaneta e notou que a porta estava aberta. Subiu por uma escada estreita e escura e chegou numa espécie de recepção.

A mulher que estava atrás de uma pequena mesa olhando seu celular levantou a cabeça e disse "como posso ajudá-lo?". Caio quis sair, mas alguma coisa o manteve ali. Ele sabia exatamente que coisa era essa: a imensa dor de ter sido deixado pelo amor de sua vida.

Rita, a mãe de seus filhos, a mulher com quem estava casado desde o final da adolescência, se apaixonou por outro e saiu de casa depois de 25 anos de união. Desde esse dia Caio não dormia, não comia, não trabalhava. Tinha virado um fiapo de homem que se arrastava pela cidade por muitas horas atravessando ruas sem olhar para os lados na esperança de que um carro o tirasse de tanto sofrimento.

"Preciso me livrar de uma memória de dor", ele disse à mulher sentada atrás da mesa. Ela entregou a ele uma folha de papel e pediu que ele preenchesse. Caio outra vez pensou em sair e outra vez ficou.

O formulário continha perguntas sobre a dor da qual ele queria se livrar. Perguntas simples que envolviam o tipo de dor e a duração dela. Caio se sentou na única cadeira encostada na parede da sala e começou a preencher. Passaram-se uns 15 minutos até que uma porta atrás da pequena mesa de madeira se abriu e por ela passou um homem alto que usava uma espécie de bata branca.

Meu nome é Rui, o homem disse pegando o papel das mãos de Caio e pedindo que ele o acompanhasse. Os dois entraram numa sala sem mesas ou cadeiras, apenas com almofadas. Rui sentou de pernas cruzadas e indicou que Caio se acomodasse numa almofada à sua frente. Disse que antes de começar o processo que o livraria da memória de dor precisaria que Caio realizasse o pagamento. Caio não questionou: o homem parecia seguro. Aceita pix? Rui aceitava.

Pagamento realizado, Rui explicou que precisaria fazer algumas perguntas. Caio balançou a cabeça dizendo sim. Rui olhou o papel para entender de que dor estavam falando. Então quis saber como ele e a ex-mulher se conheceram. Caio contou. Rui quis saber o que ela tinha de melhor e pediu que fosse detalhista. Não queria coisas imensas, queria detalhes, miudezas do dia a dia. Caio buscou memórias e falou por algum tempo. Rui quis saber quando eles foram mais felizes. Dias específicos, horas se possível, minutos se conseguisse.

Por mais de três horas falaram do relacionamento cuja recordação precisava ser apagada. "Já tenho o suficiente", Rui disse. "Vou começar o processo que vai livrá-lo das memórias de dor que envolveram esse relacionamento. Preciso apenas que você saiba que quando as memórias de dor forem embora elas levarão as memórias de alegria." Todas?, quis saber Caio. "Todas. Rita será apenas uma mulher qualquer. Mãe de seus filhos, mas não mais um grande amor ou uma grande dor. Não se espanta demônios sem mandar embora com eles os anjos", Rui disse começando a acender uma dezena de velas pelo chão.

"Posso começar?", perguntou quando acendeu a última delas e se ajeitou na almofada olhando Caio de frente. Caio abaixou a cabeça e chorou com as mãos no rosto. "Posso?", insistiu Rui. Caio tirou as mãos do rosto, se levantou e foi em direção à porta. Com a mão na maçaneta olhou para trás e disse "obrigado". Em seguida, desceu a escada que o levaria de volta à rua.

Pedro Ladeira/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Lula (PT) participou do lançamento de campanha de vacinação nacional, na segunda-feira (27). O presidente recebeu a dose bivalente do imunizante contra Covid-19 do vice Geraldo Alckmin (PSB) no centro de saúde do Guará (DF). No discurso, Lula defendeu a vacinação como gesto de responsabilidade e pediu que as pessoas não acreditassem em negacionistas. A meta da campanha da pasta da Saúde é mudar o cenário de queda na cobertura vacinal do país.

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. O cantor Presley (1935-1977), do rock / Abreviatura da síndrome que atinge as mulheres durante alguns dias do mês **2.** Pagador **3.** Interj.: espanto / Limitado a um lugar **4.** Oswaldo Aranha (1894-1960), político gaúcho / Talher para cortar **5.** Equipe de futebol / Flávia Saraiva, ginasta **6.** O contrário de ralé / (Jur.) Tudo aquilo que é propriedade de alguém **7.** Ato de jogar água nas plantas / Slogan **8.** O mês entre Mar e Mai / Corte especial da carne bovina **9.** Escrever o capítulo introdutivo de um livro **10.** Instituto de Educação / O cantor e compositor Melodia (1951-2017), de "Pérola Negra" **11.** O Louis (1822-1895), da vacina antirrábica **12.** Amplo, espaçoso / Alcoólicos Anônimos **13.** Bebida preparada com uvas / Precede Ago.

VERTICAIS
1. Um tratamento feito com uso de cavalos **2.** Uma lente de aumento manual / Roedor parecido com o coelho / Um quinto de XXX **3.** (Rel.) A Sacra foi o caminho de Jesus entre o pretório e o calvário / Grande mamífero carnívoro, de linda pelagem / O Peter que desafia o Capitão Gancho **4.** Filme de terror baseado num livro de Stephen King (2017) / Fingimento / (TV e cinema) Cena extremamente rápida **5.** Uma carne de antepasto / Pompa, luxo **6.** (Fig.) Que não é salgada (água) / Perfeitamente legal **7.** Buraco onde a caça se esconde / Belmopan é a capital deste país **8.** Contração da preposição para / Ser do sexo feminino / Interjeição que indica grande admiração **9.** (Pop.) Pessoa que revela lentidão na maneira de pensar e agir / Carro produzido pela Willys até a década de 1970, um dos primeiros utilitários off-road.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1						■			
2									■
3				■					
4			■					■	
5		■					■		
6						■			
7					■				
8				■					■
9									
10			■					■	
11		■							
12	■						■		
13						■			

HORIZONTAIS: 1. Elvis, TPM, **2.** Quitador, **3.** Upa, Local, **4.** OA, Faca, **5.** Time, FS, **6.** Elite, Bem, **7.** Rega, Lema, **8.** Abr, Filé, **9.** Prefaciar, **10.** IE, Luiz, **11.** Pasteur, **12.** Vasto, AA, **13.** Vinho, Jul. **VERTICAIS: 1.** Equoterapia, **2.** Lupa, Lebre, VI, **3.** Via, Tigre, Pan, **4.** It, Fita, Flash, **5.** Salame, Fausto, **6.** Doce, Lícito, **7.** Toca, Belize, **8.** Pra, Fêmea, Uau, **9.** Lesma, Rural.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

			3		9	2		
						7		
	6			2	1		4	9
						1		4
1	5		8		6		3	2
2		8						
3	8		4	9			7	
		7						
		9	1		7			

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

4	7	1	3	6	9	2	5	8
9	2	3	5	4	8	7	1	6
8	6	5	7	2	1	3	4	9
7	9	6	2	5	3	1	8	4
1	5	4	8	7	6	9	3	2
2	3	8	9	1	4	5	6	7
3	8	2	4	9	5	6	7	1
5	1	7	6	8	2	4	9	3
6	4	9	1	3	7	8	2	5

FRASES DA SEMANA

MULHER DO ANO
Anielle Franco
Ministra da Igualdade Racial, na quinta (2), após ser a única do país incluída na listagem da Time

"Muito orgulhosa em ter sido a primeira e única brasileira indicada como Mulher do Ano entre as 12 escolhidas pela revista americana Time. E não chego sozinha, esse reconhecimento não é só meu, é de todas as mulheres negras do Brasil."

ABUSO SEXUAL
Jena Malone
Atriz, que fez Johanna Manson em "Jogos Vorazes", disse em seu Instagram na terça (28) que sofreu abuso sexual durante as gravações do filme

"Queria que [o projeto] não estivesse ligado a evento tão traumático para mim, mas essa é a verdadeira selvageria da vida. Eu trabalhei muito duro para me curar e aprender, pela justiça restaurativa, como fazer a paz com a pessoa que me violou e fazer a paz comigo."

ARTISTA REVELAÇÃO
Samara Joy
Cantora norte-americana, na terça (28), ao falar da reação dos brasileiros após ser eleita artista revelação no Grammy, em que concorria com Anitta

"No começo, foi bem surpreendente. Mas, assim, eu entendo. Então, desculpa aí. Continuo amando e respeitando todos os artistas. Não me afetou muito. As pessoas só a amam."

EMERGÊNCIA NUTRICIONAL
Ligia Bahia
Professora de saúde pública da UFRJ, no domingo (26), sobre emergência humanitária na terra yanomami

"Ficamos muito preocupados com a nutrição que estão fazendo [na terra indígena de Roraima]. Não se pode chegar e dar água. O problema nutricional é emergencial, porque pessoas estão correndo risco de vida."

FALSA DEMOCRACIA RACIAL
Kabengele Munanga
Antropólogo congolês-brasileiro, na segunda (27), sobre estrutura racial no país

"É um crime perfeito porque o mito da democracia racial, por muito tempo, impediu que se falasse da existência do racismo no país. Na época em que eu cheguei aqui, dizer que o Brasil era um país racista era como um crime."

NÃO ERA MINHA HORA
José (nome fictício)
Trabalhador, na sexta (3), ao descrever a condição análoga à escravidão encontrada pela PRF no Rio Grande do Sul

"Nos levaram, eu e dois colegas, para um quartinho e, aí, eu só fiz chamar por Deus. Não morri porque não era minha hora, pois apanhei muito. Se no tempo da escravidão era o chicote, com a gente foi arma de choque, paus, cadeiras, o que tivesse."

UM ANO DE GUERRA
Mikola Chmatkov
Ucraniano que está no Brasil desde o início da guerra, na terça (28), sobre dificuldades da distância com os familiares

"Minha família lida com a guerra enquanto estou no Brasil em segurança. [...] Minha irmã está em Berdiansk, ocupada por russos."

CAMPANHA BÉLICA
Wang Xiangwei
Colunista do South China Morning Post, no domingo (26), sobre a tensão entre China e Estados Unidos

"EUA fazem propaganda belicista. A China tem capacidade, o que teme é o que acontecerá depois da invasão. Todos vimos o que aconteceu com a Rússia, após a invasão da Ucrânia."

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **5.mar.1923**

Com chuva, veículos de tração animal encalham na Penha

A Prefeitura de São Paulo vem dispensando pouco interesse às constantes reclamações dos moradores da Penha sobre a necessidade de melhoramentos na região.

Muitas são as solicitações pedindo urgentes reparos no leito da rua Comendador Cantinho. Essa é a única via que dá fácil acesso para a parte alta do bairro aos veículos de tração animal, que passam pelo local na impossibilidade de galgarem a íngreme ladeira Coronel Rodovalho.

Em dias chuvosos, os veículos com pesadas cargas costumam ficar com as rodas encalhadas nas cavidades da rua Comendador Cantinho e causam o atraso dos bondes.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S.PAULO ★★★
DOMINGO, 5 DE MARÇO DE 2023 C1

Histórias do sem-fim

Após sucesso da nova versão de 'Pantanal', Globo aposta em novo remake para o horário nobre com 'Renascer', que desafia a emissora a atualizar seus padrões C4 e C5

Ilustração *Silvis*

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

Lívia La Gatto

Se a arma dele é a bala, a minha é o humor. Eu não vou parar

[RESUMO] Ameaçada por fazer vídeos de humor, atriz e humorista afirma que seguirá lutando contra discursos misóginos nas redes sociais. Com quase 300 mil seguidores no Instagram, ela chamou a atenção de Caetano Veloso na pandemia ao fazer, ao lado da amiga Renata Maciel, paródias musicais irônicas e divertidas sobre a situação política do país

Por ***Karina Matias***

A atriz e humorista Lívia La Gatto, 37, diz estar assustada com a repercussão que o seu nome alcançou nos últimos dias, desde que denunciou à polícia uma suposta ameaça de morte que recebeu após publicar vídeos de humor.

*

Nos conteúdos, Lívia faz uma sátira de discursos misóginos que têm sido difundidos nas redes sociais. "Você tem 24h para retirar seu conteúdo sobre mim. Depois disso processo ou bala. Você escolhe", escreveu para ela o coach e influenciador Thiago Schutz. O nome dele não é citado nos vídeos, mas a humorista ironiza frases ditas por ele, além de aparecer caracterizada como um homem careca e de barba, similar ao aspecto físico de Schutz.

*

Com mais de 300 mil seguidores nas redes sociais, o coach já disse que "homem foda não namora uma mulher que vai para balada sozinha" e que "um dos problemas da infelicidade feminina é que a mulher não quer servir".

*

Em conversa com a coluna, Lívia afirma que sente medo, sim, do que pode acontecer com ela, embora diga ter consciência de que é uma "mulher branca, privilegiada" que tem amparo de uma série de profissionais para se proteger. "Isso é atípico, não acontece com as mulheres ameaçadas", destaca.

*

"Quem está em perigo são as mulheres que convivem com esses homens", complementa. Apesar da insegurança, a atriz afirma que quer usar toda a visibilidade que ganhou diante da situação para debater o tema. "Se a arma dele é a bala, o chumbo, a minha arma é o humor. E eu não vou parar", diz.

*

Como atriz, Lívia La Gatto relata que vem trabalhando há anos desenvolvendo personagens e esquetes como forma de denunciar e expor grupos que alimentam discursos de ódio. "Em vez de gritar na porta dessa pessoa ou fazer um discurso, eu vou gravar um vídeo satírico, que é o que, artisticamente, eu sei fazer", pontua.

*

No caso envolvendo o coach, a humorista conta que ficou "horrorizada" ao tomar conhecimento do tipo de conteúdo produzido por Schutz e outros homens nas redes.

*

Muitos desses coaches e influenciadores seguem a filosofia da "red pill", referência a uma cena do filme "Matrix" (1999), em que a pílula vermelha oferecida ao personagem Neo o desperta para o mundo real. Para esse público, homens seriam vítimas da sociedade, e as feministas "obscureceriam" a realidade.

*

"Eu fiquei assustada porque é um movimento que está tomando uma proporção grande. Muitos homens estão reproduzindo esse discurso de ódio livremente na internet. E o Instagram e o YouTube não fazem nada em relação a isso", diz. Procurado, o Instagram disse que não iria se manifestar. Já o YouTube não respondeu até a publicação deste texto.

*

Lívia diz que muitas pessoas a questionam se ela não estaria dando palco para esse tipo de discurso, com o que ela não concorda. "Visibilidade essas pessoas já têm. Agora, a gente precisa fazer barulho para que essas contas no Instagram sejam silenciadas, porque vão contra os direitos humanos."

*

"Eles incitam o ódio, a violência contra toda e qualquer mulher que não seja submissa e que não esteja em 1810", afirma.

*

A humorista diz que a sua expectativa é a de que tudo o que está acontecendo neste momento sirva "para eles entenderem que são os opressores". "O lado bom disso é que esses homens brancos, cisgêneros e héteros vejam que estão errados. É quase uma ação pedagógica dizer: 'É errado ameaçar de morte uma mulher que está denunciando o seu discurso misógino."

*

Na visão de Lívia, os homens sempre se "sentiram acima da lei". "Eles não são punidos. Quem é punida é a mulher, com a violência", afirma. "O homem tem medo de que a mulher ria dele. A mulher tem medo de que o homem a mate. É essa a diferença", salienta.

*

Após Lívia divulgar a ameaça, Schutz disse em suas redes sociais que não tem porte de armas nem frequenta clube de tiros, e que não falou "bala" no sentido literal. "Não foi uma ameaça." Ele também afirmou que é humano e sente emoções. "Nunca tive a intenção de tirar a vida de ninguém."

*

Para ela, esse tipo de justificativa pode ser perigosa. "O que me preocupa são essas outras mulheres que estão em casa com maridos que vão usar esse tipo de discurso de que 'perderam o controle e são humanos' quando elas se voltarem em algum momento contra ele", diz. "Esse cara vai se sentir no direito de ameaçá-la de bala ou de fazer isso de fato, que é o que acontece no Brasil."

*

Lívia afirma que ganhou mais de 100 mil seguidores no Instagram desde que o caso veio à tona —até sexta (3), ela somava quase 300 mil fãs na rede. Embora a maioria das mensagens que afirma receber sejam de apoio, ela diz que há também, em menor número, ataques e ameaças. "Com toda essa repercussão, ao mesmo tempo em que eu me sinto muito amparada, eu vejo o quanto é urgente a gente falar sobre a misoginia", diz.

*

Antes de se ver envolvida na atual polêmica, Lívia chamou atenção nas redes sociais durante a pandemia. Ao lado da amiga Renata Maciel, elas se destacaram ao publicarem vídeos com paródias musicais bem-humoradas e irônicas sobre política e a situação do país. O cantor Caetano Veloso passou a seguir a dupla, o que aumentou ainda mais a popularidade das comediantes.

*

Desde o ano passado, Lívia e Renata passaram a apresentar o "Aquela Dupla", que definem como show musical de comédia. Também seguem, juntas ou separadas, publicando esquetes de humor nas redes sociais.

*

A humorista não vem de uma família artística, mas conta que desde que se entende por gente já fazia comédia. Ela se lembra da primeira vez que subiu em um palco, aos 11 anos, e conseguiu arrancar risos da plateia. "Eu gostei daquela sensação de ter feito as pessoas se divertirem", relata.

*

Lívia fez faculdade de artes cênicas na USP e deu aulas de teatro por 11 anos em escolas da capital paulista, cidade onde nasceu, foi criada e vive.

*

Roteirista, ela fez parte da equipe que escreveu para a Amazon o especial Feliz Ano Novo de Novo, estrelado por Lázaro Ramos e Ingrid Guimarães —a atriz é uma de suas inspirações no meio artístico, ao lado de Heloisa Périssé, Grace Gianoukas e Regina Casé.

*

Para Lívia, essas comediantes são referências por encabeçarem um movimento que conseguiu mudar a cara do humor que era feito no Brasil até os anos 1990. "Era o auge do Casseta e Planeta, que era um programa muito machista", opina. "Na TV, a mulher era sempre colocada como a gostosa. Não podia ser bonita, gostosa e engraçada. O homem podia."

*

Essa transformação se dá, na análise dela, porque as mulheres remaram contra a maré "para estarem em cargos em que tenham poder para não serem mais objetificadas."

*

Lívia ressalta que vê o humor como uma ferramenta poderosa para falar de temas sérios. "Ao mesmo tempo em que você ri daquilo, você começa a questionar o seu lugar na sociedade, os seus direitos, a fazer uma sátira do opressor e a mudar o que está acontecendo."

A atriz e humorista Lívia La Gatto, que faz paródias musicais e esquetes de humor nas redes sociais Divulgação

Ao mesmo tempo em que você ri daquilo, você começa a questionar o seu lugar na sociedade, os seus direitos, a fazer uma sátira do opressor e a mudar o que está acontecendo

Lívia La Gatto
atriz e humorista

Vale a pena ver de novo

[RESUMO] Sucesso de 'Pantanal' e anúncio do retorno de 'Renascer' acendem debate sobre remakes no horário nobre da dramaturgia nacional. Para criativos da Globo, é uma forma de resgatar mais produções que alcancem o Brasil profundo, rural e não visto na TV

Por **Cristina Padiglione**
Jornalista, escreve sobre assuntos relacionados à televisão. Autora do blog Telepadi e da coluna Zapping

Ilustração **Silvis**
Ilustradora

Antes de lançar um olhar enviesado para remakes como se eles fossem apenas sinal de que falta criatividade à indústria do audiovisual, é preciso notar que quem paga a conta do negócio busca antes de mais nada reduzir os riscos de investimento com histórias que já tiveram boa bilheteria no passado.

Enquanto o cinema de Holllywood se desdobra em franquias que prolongam a vida útil de personagens icônicos, de "Vingadores" a "Top Gun", a Globo decidiu voltar ao universo rural de Benedito Ruy Barbosa apenas dois anos depois de uma releitura de "Pantanal", no mesmo horário.

Vem aí "Renascer", originalmente feita pela própria emissora em 1993. O ano de 2024 reserva ainda outro repeteco na Globo —uma nova versão de "Elas por Elas", de Cassiano Gabus Mendes, exibida em 1982 como novela das sete, agora para a faixa das seis.

Não que seja incomum, nas últimas quatro décadas, a emissora revisitar antigos folhetins, mas isso é recurso normalmente adotado nas faixas das 18h e 19h e, raramente, no coração do horário nobre, às 21h30, quando o esforço de apostar em novos argumentos é maior.

Desde 1970, quando "Irmãos Coragem" pretendia dar à Globo o cartaz de nova era na telenovela brasileira, a emissora produziu só dois remakes para a vaga, sendo que 36 anos separam o primeiro título —"Selva de Pedra", de Janete Clair, em 1986, ainda exibida às 20h30— de "Pantanal".

Convém lembrar que a produção de "Pantanal" embutia o contexto de uma reparação de contas com o autor, já que a saga dos Leôncios fora recusada pela emissora em 1990 e fizera história na concorrência.

"Renascer" não dispõe do pretexto e foi inclusive o folhetim que a Globo bancou para trazer o autor de volta da Rede Manchete, dando-lhe pela primeira vez espaço na faixa nobre, com gravações em locações naturais, na Bahia, e não na cidade cenográfica do Rio de Janeiro.

Foi um tapete vermelho estendido justamente pela consagração de "Pantanal" na Manchete, emissora que faliu nove anos depois da Juma de Cristiana Oliveira virar onça.

É legítimo dizer que "Renascer" foi consequência de "Pantanal", sina que se repete agora. A história de José Inocêncio, pai de quatro filhos que fez pacto com a sorte ao pé de um majestoso jequitibá em Ilhéus, região onde constrói um império como fazendeiro de cacau, já vem sendo reescrita por Bruno Luperi, neto de Barbosa e responsável pela releitura de "Pantanal".

Aos 34 anos, ele é apontado como figura essencial no êxito do remake que descortinou a telenovela a um público jovem ainda resistente ao gênero e devolveu a audiência do horário ao patamar dos 30 pontos. É um nível que não fora atingido por "Amor de Mãe" ou "Um Lugar ao Sol", suas antecessoras, nem pela sucessora, "Travessia", ainda no ar.

Questionado sobre até que ponto o sucesso de "Pantanal" determinou a escolha por "Renascer", o diretor da TV Globo e afiliadas, Amauri Soares, fez uma explanação da curadoria que profissionais da emissora realizam para definir os projetos da casa, sempre pautados por pesquisas que identificam preferências e comportamento do público.

Para ele, atribuir a decisão apenas ao êxito de "Pantanal" reduz a importância e o trabalho da curadoria. Jornalista de formação e atento à interpretação dos resultados de pesquisas como as do IBGE e do Pnad, Soares reconhece, no entanto, que as chances de acerto com histórias fora do eixo urbano são maiores.

"Sabíamos que 'Pantanal' seria um sucesso. A gente tem histórico de sucesso com novelas não urbanas, mas se fosse para repetir o sucesso de 'Pantanal', encomendaria ao Zé [Luiz Villamarim, diretor de teledramaturgia] 'Pantanal 2'", afirma.

Esta seria uma aposta mais excepcional para a faixa das nove da Globo, mas convém valorizar a importância do universo rural. Autores como Walther Negrão e o próprio Ruy Barbosa sempre ressaltaram que todos, mesmo os habituados à cidade, guardam memória afetiva do campo, onde várias famílias têm raiz.

"As novelas rurais têm histórico de sucesso por vários motivos. Um deles, que é muito importante, e lembre-se que a gente trabalha com representação da sociedade, é que as histórias têm conexão muito afetiva com as pessoas. Nós temos uma parcela muito significativa de quem compõe as regiões urbanas com um histórico muito recente de passado rural, ou da geração imediatamente anterior, ou da própria pessoa."

"Parte dessa conexão do brasileiro com o campo é muito forte. Quando a gente vem com uma novela assim, essa conexão se ativa. Mas não se engane. O que faz a novela ter sucesso ou não é a qualidade da história. Se tivermos uma história que se passa no ambiente rural e a história não for boa, não será sucesso", diz.

Um saudosismo mesmo inconsciente do sossego caipira funciona como escapismo da neurose do asfalto, onde são computados os principais marcadores de audiência mensurados pela Kantar Ibope Media, cuja mostra ocupa apenas as 15 regiões metropolitanas de maior consumo do país. Mato Grosso do Sul, estado onde se passou "Pantanal" e que servirá a "Terra Bruta", título da sucessora de "Travessia", de Walcyr Carrasco, não é uma delas.

Remakes como o de 'Pantanal' surtem efeito no público. Quem assistiu à primeira versão gosta de comparar, avaliar ou até mesmo rejeitar a adaptação, por exemplo

As novas versões flertam com a memória dos mais velhos, encontrando a surpresa de quem nunca viu, um contraste cuja repercussão ganhou proporções maiores nas redes sociais, que trazem à emissora o tão cobiçado engajamento espalhado pelas redes sociais

Mas a segurança de encontrar em um remake o mesmo sucesso do original tem contratempos, caso da resistência dos nostálgicos

Logo, quem mora em Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, ou Ilhéus, na Bahia, não verá escapismo em cena, já que aquele é seu cenário real. Ele pode até celebrar o fato de estar representado, ou criticar a imagem que a TV faz dele, mas não é a sua audiência que ditará a venda de anúncios, já que as regiões não estão no mapa da mostra de audiência nacional.

Em um momento no qual a fragmentação da audiência faz vídeos atravessarem telas de diferentes tamanhos por vários meios de transmissão, essa premissa vira um antídoto para frear a desidratação da hegemonia da TV Globo.

A emissora que desprezou o potencial de "Pantanal" em 1990 produziu a seguir quatro novelas rurais na faixa nobre em dez anos. Foi de "Renascer" a "O Rei do Gado", não ao acaso hoje em reprise no Vale a Pena Ver de Novo, passando por "Terra Nostra" e "Esperança" —com imigração e lavoura. Todas de Ruy Barbosa, que adoeceu no meio da última, em 2003.

A Globo escalou então Walcyr Carrasco para encerrar o enredo e só voltaria a esse universo 13 anos depois, com "Velho Chico", outra sinopse de Barbosa, demorando outros cinco anos para refazer "Pantanal".

Pela primeira vez falando oficialmente sobre a escolha por "Renascer", o diretor de teledramaturgia da Globo, José Luiz Villamarim, explica à **Folha** a opção pela história, em entrevista por email.

"'Renascer', para mim, é das mais lindas novelas que a TV Globo já exibiu. Teremos o olhar do Brasil profundo, um país rural, com suas belezas e tradições. Mas haverão questões culturais ainda muito atuais. Aí entra o olhar de renovação de nossos autores —o talento e capacidade de respeitar trama, mas com adaptações necessárias no texto, trazendo-o para contemporaneidade."

Continua na pág. C5

Continuação da pág. C4

"Isso, por si, já traz um grande frescor", continua, e "só é possível porque há anos investimos no times de autores, que trazem novos olhares."

Villamarim fala calçado na bem-sucedida atualização de costumes de "Pantanal", que deu outra dimensão, por exemplo, à humilhação e superação de Maria Bruaca, personagem que foi de Angela Leal em 1990 e de Isabel Teixeira em 2022.

A questão ambiental da história tomou outro tom para o enredo e para o público, sem falar na oportunidade de de inserir novos assuntos, como o racismo, inexistente no original.

Embora apenas "Renascer" e "Elas por Elas" estejam certos para 2024, a Globo estuda mais possibilidades de revival entre as sinopses em avaliação para novelas. Villamarim e Soares batem na tecla de que não há regras nem limites na escolha, desde que o script faça jus a uma série de critérios valorizados pela emissora.

A alternância temática e de cenários é um deles. É o que Soares chama de modulação. Mesmo nos períodos em que a Globo mal escapava do eixo Rio-São Paulo para contar melodramas, muitas novelas se valeram de cidades do interior fictícias para reproduzir um microcosmo do país, como a Asa Branca de "Roque Santeiro", de Dias Gomes.

Agora mesmo há um exemplo do formato no ar com "Mar do Sertão", passado em algum lugar do Nordeste chamado de Canta Pedra.

"Refletir sobre o Brasil profundo sempre foi uma preocupação. Nunca deixamos de se interessar por histórias rurais, é a questão da oportunidade, da disponibilidade do que tem na curadoria", afirma Soares.

"Remake é um recurso que compõe o nosso portfólio. Não há uma política de remakes", continua. No organograma que funciona hoje na Globo, ele representa a TV aberta que encomenda produções aos Estúdios Globo, segmento comandado por Ricardo Waddington, que produz obras para a emissora e a plataforma de streaming Globoplay.

"Quando os Estúdios Globo olham as histórias disponíveis, há as novas e as que já foram feitas para serem recontadas. A gente avalia tudo junto. Existe uma curadoria que busca as melhores histórias. Quando tem a proposta de trazer uma história de volta, ela é avaliada", acrescenta.

Soares admite que a Globo tem "pelo menos dois remakes definidos e vai avaliar outros". "Se forem adequados, podem entrar ou não", afirma, sem antecipar quais. "A gente não tem cota, limite ou meta."

Recentemente, a Globo renovou direitos do nome "Coração Alado", novela de Janete Clair de 1980. A autora é campeã de inspiração para novas versões de folhetim, com seis títulos. O número foi alcançado agora por Ruy Barbosa, com "Renascer". Ele viu remakes de "Cabocla", "Sinhá Moça", "Meu Pedacinho de Chão" e "Paraíso", além de "Pantanal".

A presença de dois revivals na mesma temporada já ocorreu em outros momentos da história da Globo, mas nunca foi prática das faixas mais nobres, a chamada "novela três", originalmente "novela das oito" e há pelo menos duas décadas a "das nove".

Em março de 1998, terminava a segunda versão de "Anjo Mau", adaptação de Maria Adelaide Amaral para o clássico de Cassiano Gabus Mendes de 1976, na faixa das 18h. Em outubro do mesmo ano, estreava no horário "Pecado Capital", matriz de 1975 de Janete Clair, refeita por Glória Perez.

"Irmãos Coragem", outro título de Janete Clair, foi refeito em 1995, logo depois de "A Viagem", reescrita em 1994 a partir da versão da própria Ivani Ribeiro exibida em 1975 pela TV Tupi. A miscelânea de "Inferno" de Dante com Alan Kardec, aliás, está sempre cotada a uma nova leitura.

Atemporal, o enredo que consola o luto com histórias de outra vida após a morte é campeã de audiência em reprises, seja no Vale a Pena Ver de Novo, seja no canal Viva, cujo sucesso no ranking de TV paga é o melhor indício de que o público adora espanar mofo de histórias antigas.

"Remake é um recurso a mais. Remake sempre fez parte do nosso portfólio e de qualquer estúdio", assegura Soares. "As histórias que se mantêm relevantes são reaproveitadas. Sempre gosto de falar dos 'Vingadores'. Quantos você já viu? A Disney vai continuar fazendo remakes deles a vida inteira porque a história é relevante e vai sendo atualizada."

"Quem acompanha a história da Globo sabe que remakes são tradição. Tivemos anos com mais produções do que hoje, então por que não recontar histórias?", endossa Villamarim, falando de "Elas por Elas".

A trama de Gabus Mendes, diz, chega nesse olhar, com humor, protagonismo feminino e mistério que costuram a trama. "Recebemos uma releitura muito boa e temos personagens icônicos na dramaturgia, como o Mário Fofoca [vivido por Luís Gustavo], que até hoje está no imaginário."

A percepção é reforçada no efeito de "Pantanal" e de outras releituras. Quem assistiu à primeira versão gosta de comparar, avaliar ou rejeitar, em envolvimento parecido com o da releitura de "Éramos Seis", a mais refeita da história da TV nacional.

As novas versões flertam com a memória dos mais velhos, encontrando a surpresa de quem nunca viu, em contraste cuja repercussão ganhou proporções maiores nas redes sociais. As apostas sobre quem será o novo Mário Fofoca já movimentam conversas do novo "Elas por Elas".

Autores como Walther Negrão e Benedito Ruy Barbosa sempre ressaltaram que todos guardam memória afetiva do campo, onde várias famílias brasileiras têm raiz ou vivem até os dias de hoje

O saudosismo do sossego caipira funciona como um escapismo da neurose urbana, onde o Ibope atua. O Mato Grosso do Sul, estado onde se passou 'Pantanal', não é uma das regiões medidas pelo grupo, no entanto

Isto é, o sujeito que mora em Aquidauana pode celebrar o fato de estar sendo representado ou até reclamar disso, mas as regiões não estão no mapa da mostra de audiência nacional

A segurança de encontrar em um remake o mesmo sucesso da versão original tem lá contratempos, como a resistência dos mais nostálgicos sobre mudanças da versão atual.

A iniciativa de refazer "Pantanal" gerou debates antes da estreia, porque a Globo talvez não conseguisse superar a repercussão da Manchete ou porque poderia dar à obra um acabamento de mais qualidade graças aos recursos atuais. Até a dúvida sobre cenas de nudez foi assunto.

Mas o eco só se deu porque a produção honrou premissas da história original e não decepcionou.

Refazer um clássico tem vantagens, mas o risco do ônus é alto e equivale ao valor afetivo do repertório no público. Releituras de "Irmãos Coragem", "Pecado Capital" e "Selva de Pedra", de Janete Clair, não encontraram o aplauso de quem viu os originais, e não é fácil vencer a resistência de plateia conservadora como o da TV.

Quanto maior o sucesso do original, maior o peso da releitura. Muitos rejeitaram "Dona Flor e Seus Dois Maridos", hit do cinema nacional que a Globo produziu como minissérie.

Com "Renascer", já se discute como a nova versão poderia melhorar o que na época já foi elogiado, a começar pelo olhar do diretor Luiz Fernando Carvalho, que fugiu do padrão Globo para recriar ângulos e fotografia na ocasião. O diretor se valeu da figuração em Ilhéus para mostrar lavadeiras que cantavam à beira do rio. Eram memoráveis as cenas de Marcos Palmeira amassando cacau.

"Antes de topar qualquer sinopse, tem um olhar muito atento e afetivo ao Brasil, de sintonia com a sociedade e dialogo com o momento", afirma Soares. "Não existe fórmula. Se existisse fórmula, Hollywood não floparia. O trabalho mistura camadas de percepção e sensibilidade. É a grande beleza."

Paulo Caruso em cerimônia de entrega do prêmio Jabuti Alexandre Rezende - 01.jun.11/Folhapress

Veloz, gentil e furioso

[RESUMO] Paulo Caruso morre aos 73 anos em São Paulo vítima de um câncer; ele marcou o jornalismo com caricaturas de personalidades de todas as áreas e charges que satirizavam a política do país

Por ***Adão Iturrusgarai***
Cartunista

Meu primeiro contato com o trabalho de Paulo Caruso, morto na manhã deste sábado aos 73 anos, foi na adolescência, nas páginas do jornal O Pasquim. Alguns anos depois, na faculdade de comunicação social, quando me transformei em ávido leitor de jornais e revistas semanais, ficamos mais íntimos, pois as publicações sempre vinham recheadas com suas caricaturas, HQs, charges e cartuns.

Paulo nasceu em São Paulo, em 6 de dezembro de 1949, irmão gêmeo de Chico Caruso, que também é cartunista e músico. Cursou arquitetura na USP, mas não exerceu a profissão. Sua paixão eram os cartuns. Com uma carreira extensa, que incluiu passagens também pela **Folha**, Paulo agora fazia charges no Roda Viva, da TV Cultura.

Ele estava internado no hospital Nove de Julho, na capital paulista, havia um mês, para tratar de complicações decorrentes de um câncer no cólon. A família pediu que ele fosse desentubado para receber os amigos na manhã de sábado, mas ele não resistiu. O cartunista deixa cinco filhos, um neto e o irmão gêmeo.

Paulo, que começou a desenhar por influência do avô aos cinco anos, teve as primeiras publicações na imprensa no final da década de 1960, durante a ditadura militar. O período marcou seu trabalho, conhecido por sátiras políticas, que renderam livros como "Avenida Brasil".

Ele também se destacou ao imortalizar em caricaturas personalidades brasileiras de todas as áreas, tarefa que exercia todas as segundas-feiras durante as entrevistas do Roda Viva, acumulando prêmios como o de melhor desenhista entregue pela APCA, a Associação Paulista dos Críticos de Arte, em 1994.

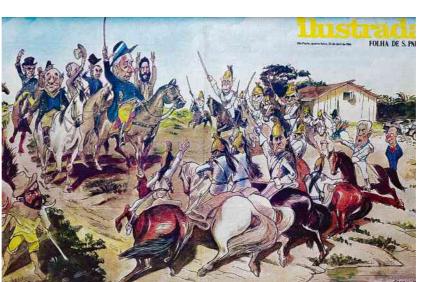
Paulo recebeu homenagens de amigos como Laerte, que o definiu como "o herói do quadrinho brasileiro", e do presidente Lula, para quem seu "traço veloz e o humor" se tornou parte da memória de todo o povo brasileiro.

Seu velório será realizado hoje, a partir das 11h, na Funeral House, na rua São Carlos do Punhal, 376, em São Paulo.

Minha história com Paulo começou em 1993, quando fui morar em na capital paulista e me tornei amigo de Angeli. Todos os sábados, a gente comia no restaurante Urca, ao lado do Fórum de Pinheiros. Em um desses almoços, apareceu o Paulo na porta. Discretamente, perguntei a Angeli: "Aquele lá é Paulo ou Chico?".

São necessários quatro encontros, no mínimo, para ser possível distinguir os gêmeos. "É o Paulo!", respondeu Angeli, acenando para ele. Almoçamos juntos e tomamos um café no Fran's da Fradique Coutinho. No final da baladinha, trocamos números de telefone.

Dias depois, para a minha surpresa, ele ligou. Confesso que não esperava. Paulo Caruso estava me convidando para um show de sua banda, a Muda Brasil Tancredo Jazz Band, que contava com Chico, Cláudio Paiva e Luis Fernando Verissimo. Só craques.

Charge de Paulo Caruso publicada na Folha ironiza o governo de Paulo Maluf

Releitura de Paulo Caruso para quadro de Pedro Américo em campanha da Folha pelas Diretas Já

Caricaturas de Paulo Caruso publicadas na Folha Fotos Reprodução

Não levou muito para nos tornarmos amigos e, como éramos vizinhos, sempre marcávamos de nos encontrar. Eu não era mais íntimo de seu trabalho, mas parte do círculo de amigos mais chegados.

Ele gostava de pessoas em volta, bom papo, de preferência regado a um bom vinho e carne. Por isso, o ponto de encontro era a churrascaria Leôncio, na rua Girassol, no bairro paulistano da Vila Madalena. Paulo era querido por todos ali, do garçom ao proprietário do restaurante.

Cumprimentava todo mundo, fazia piadas com sua voz de locutor de rádio e desenhava caricaturas incríveis nos guardanapos. Não me considero alguém simples de caricaturar, mas Paulo não teve dificuldade alguma e foi um dos poucos que conseguiu reproduzir meus traços no papel.

Ao completar 33 anos, resolvi festejar meu aniversário e o convidei. Paulo e sua esposa foram os primeiros a chegar à pequena vila em que eu morava, na rua Fernão Dias, atrás do Largo da Batata.

"Tem que comemorar, afinal é a idade de Cristo!", ele brincou. Em seguida, me entregou um envelope A4 e disse que era "material de imprensa". Eu estava tão envolvido com a festa, que me esqueci de abrir o envelope.

Uma semana depois, ele ligou e perguntou se tinha aberto o envelope. Mas qual envelope? Caiu a ficha e lembrei. "Paulo, desculpa, deixei na estante e esqueci. Vou abrir e ligo depois", respondi.

Desliguei o telefone e fui em busca do presente. Procurei na casa inteira e nada. Morrendo de vergonha, não retornei a ligação. Uma semana depois, a faxineira encontrou o envelope atrás da geladeira e me entregou.

Abri e meus olhos brilharam. Eram dois originais aquarelados espetaculares, customizados para mim. Um artista de talento raro e uma pessoa tão gentil. Bonachão. Seu sobrenome deveria ser esse. Que falta você vai fazer, Paulo Bonachão Caruso. ←

Logotipo da Meta em Davos, na Suíça Arnd Wiegmann - 22.mai.22/Reuters

Oito medidas para regular big techs

[RESUMO] Pesquisadoras apresentam eixos para agenda brasileira de regulação das plataformas digitais com o intuito de enfrentar o cenário atual de ameaça à democracia, desinformação e extremismo, mas preservando a liberdade de expressão

Por ***Clara Iglesias Keller, Laura Schertel Mendes, Mariana Valente e Yasmin Curzi***

Na última semana, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) promoveu uma conferência internacional para discutir diretrizes para a regulação de plataformas digitais com vistas à proteção da confiabilidade da informação, da liberdade de expressão e da garantia dos direitos humanos na internet. As diretrizes da organização estão sob consulta e serão debatidas regionalmente nos próximos meses.

Com a iniciativa, a Unesco chega a um debate que tem engajado democracias ao redor do mundo nos últimos anos: como conformar o modelo de negócio das plataformas digitais, calcado na maximização do engajamento por meio do uso de dados pessoais, às exigências de defesa da liberdade de expressão e de proteção efetiva de direitos humanos e da democracia.

As regulações passadas, pensadas para estágios anteriores do desenvolvimento da economia digital, apresentam hoje limitações diante dos complexos desafios que se apresentam —a desinformação, o discurso de ódio e o extremismo, por exemplo.

Em declaração enviada para a abertura da conferência, o presidente Lula (PT) defendeu a regulação de plataformas como passo vital para a defesa da democracia, tratando os ataques às instituições em Brasília em 8 de janeiro como o ápice de anos de campanhas de desinformação e incitação à violência.

O Brasil já protagonizou importantes movimentos de regulação do ambiente digital para garantir diversos direitos. O Marco Civil da Internet, aprovado em 2014, foi internacionalmente celebrado por assegurar direitos dos cidadãos usuários de internet em um momento em que todas as iniciativas de regulação se concentravam na criminalização e arriscavam penalizar usos triviais da internet.

Já naquele momento, o marco não dava conta de todos os desafios que se apresentavam. Hoje, com um mercado digital extremamente concentrado e com muitos aspectos da vida mediados por algoritmos e plataformas, a insuficiência é ainda mais evidente.

Diante disso, é preciso avaliar as principais estratégias para atualizar os marcos regulatórios existentes. Em alguns contextos, há uma tendência bem-vinda de regular a partir de novas abordagens que, além da previsão de um regime adequado de responsabilização das plataformas, tratem os riscos decorrentes de seus modelos de negócios estrutural e sistemicamente.

Além da questão fundamental sobre a circulação de conteúdo nocivo, elas têm como foco adequar aos direitos humanos e aos valores públicos o modelo de negócio das plataformas, que se concretiza por meio de influência relevante sobre fluxos de informação e de atenção online.

No contexto dessas novas tendências regulatórias, há importantes questões que devem ser abordadas. Por que um conteúdo é recomendado em detrimento de outro? Como é o processo de decisão sobre a moderação de conteúdo e como tornar esse processo mais responsivo e participativo? O que é ético e justo do ponto de vista de recomendações e de distribuição de anúncios? Que tipos de dados pessoais podem ser utilizados nesses processos? As regras devem se aplicar a todas as plataformas igualmente ou deve haver especificidades para as entrantes no mercado?

Iniciativas regulatórias contemporâneas, como as diretrizes da Unesco, a Lei de Serviços Digitais da União Europeia e as Diretrizes para Empresas e Direitos Humanos da ONU, têm se desenvolvido após décadas de pesquisa e debate sobre esses modelos de negócios.

Diante de um cenário nacional voltado para a construção de marcos regulatórios que deem conta dos desafios que o Brasil enfrenta quanto ao ambiente digital, elencamos oito medidas para a agenda da regulação de plataformas no Brasil.

*

1) Atualizar o sistema de responsabilização, moderação de conteúdo e liberdade de expressão, levando em conta a necessidade de remoções proporcionais e ágeis para conteúdos mais graves (incitação à violência e ao racismo, entre outros), que também incluam obrigações de cuidado das plataformas e prevejam mecanismos e garantias firmes contra a censura de conteúdos legítimos.

2) Diante da opacidade desses modelos de negócios, é preciso estabelecer obrigações de transparência significativa, que permitam a avaliação de práticas como a remoção de conteúdos via moderação e via ordens judiciais, de sistemas de recomendação, priorização e despriorização de conteúdo e de critérios de direcionamento de conteúdos publicitários, entre outros.

3) Várias das obrigações atualmente pensadas para as plataformas digitais dependem de fiscalização adequada e poder de polícia de uma autoridade independente. É preciso enfrentar o problema do órgão regulador no Brasil.

4) São necessários arranjos que envolvam outros agentes na aplicação da lei, democratizando a sua governança, que envolvam, por exemplo, auditorias externas e internas para identificar o cumprimento dos deveres de cuidado e os riscos em modelos de negócios, parcerias com entidades especializadas para moderação de conteúdo, abertura de dados para organizações de pesquisa e espaços multissetoriais para decisões sobre políticas e práticas que impactem direitos.

5) Plataformas devem avaliar periodicamente os potenciais impactos nos direitos humanos de seus serviços, de modo a ajustar as suas políticas e práticas para mitigar os riscos encontrados.

6) Devem existir obrigações específicas para priorizar a segurança de mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ e outros grupos que sofrem violências acentuadas. Por exemplo, processos periódicos de avaliação desses riscos, sua transversalização nos processos internos das plataformas (como grupos de trabalho para o período eleitoral) e incremento do poder de usuários e organizações para notificar os casos de violência e obter respostas rápidas.

7) A circulação de conteúdo ilegal não pode agravar situações de crises e de conflitos, ampliando danos à democracia e aos direitos humanos. São necessários instrumentos, como protocolos de crise, que permitam que as empresas e os governos cooperem na mitigação dos impactos desses conteúdos nesses contextos.

8) É preciso avançar na aplicação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e na reflexão sobre qual é o uso legítimo de dados pessoais nesses modelos de negócios. É preciso lidar com diversas questões, como, por exemplo, quais informações sobre seus usuários podem ser utilizadas legitimamente para o microdirecionamento de conteúdo.

*

As iniciativas legislativas em curso no Brasil têm severas limitações que, em alguns casos, as colocam na contramão da agenda regulatória necessária.

Por exemplo, o projeto de lei 2.630, oriundo do Senado e em discussão na Câmara dos Deputados, apesar de avançar no tema da transparência sobre as práticas de moderação das plataformas, não traz medidas proporcionais para lidar com conteúdo nocivo e não prevê autoridade independente supervisora.

Além disso, estabelece um regime de imunidade parlamentar para as contas de congressistas, potencialmente agravando, em vez de mitigar, o cenário de desordem informacional.

Nesse contexto, a pressa para a aprovação do projeto nos moldes de hoje seria prejudicial para uma agenda efetiva e estruturada da regulação de plataformas no país.

É preciso transformar o marco normativo brasileiro e construir uma agenda regulatória ampla, por meio de um "pacote legislativo" composto de legislações verticais de áreas específicas que complementem o marco horizontal acima proposto.

Para além dos pontos listados, será fundamental construir políticas que enfrentem, por etapas, outros enormes desafios: econômicos e concorrenciais, do trabalho, de proteção à criança, de inclusão digital e de promoção do jornalismo de qualidade e do conhecimento.

Ao momento em que o país se volta para o fortalecimento de suas instituições democráticas, não podemos perder a oportunidade de estabelecer um marco regulatório para as plataformas digitais que mitigue os riscos da circulação de conteúdo nocivo e a concentração de poder das plataformas, garantindo a liberdade de expressão e o acesso à informação dos cidadãos. ←

No momento em que o país se volta para o fortalecimento de suas instituições democráticas, não podemos perder a oportunidade de estabelecer um marco regulatório para as plataformas digitais que mitigue os riscos da circulação de conteúdo nocivo e a concentração de poder das plataformas, garantindo a liberdade de expressão e o acesso à informação dos cidadãos

Clara Iglesias Keller, líder de pesquisa no Weizenbaum Institute de Berlim e professora do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público); **Laura Schertel Mendes**, professora da UnB (Universidade de Brasília) e do IDP (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa), presidente da Comissão de Direito Digital da OAB Federal e pesquisadora da Universidade Goethe de Frankfurt; **Mariana Valente**, professora da Universidade de São Galo (Suíça) e diretora do InternetLab; **Yasmin Curzi,** pesquisadora do CTS-FGV e professora assistente da FGV Direito Rio

O povo contra o pangolim

Senhoras e senhores membros do júri, apresento-vos o réu

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, é membro do coletivo português Gato Fedorento e autor de 'Boca do Inferno'

Senhoras e senhores membros do júri, apresento-vos o réu. Muitos de nós nunca ouvíramos falar dele antes de 2020.

É o pangolim. Não parece um animal belicoso, mas o certo é que está coberto por uma armadura. Devíamos ter desconfiado, diz a acusação.

A natureza parece tê-lo em alta conta, tanto que o dotou de um sistema de defesa inexpugnável, à semelhança do que fez com o ouriço-terrestre, que também ninguém sabe por que razão está guardado por centenas de aguçados espinhos.

Que predadores estariam tão interessados naquela espécie de rato? E por que outros bichos igualmente insignificantes não desfrutam da mesma proteção? É difícil explicar.

Com o pangolim sucede o mesmo. Mas a sua escamosa carapaça não o protegeu contra a calúnia. Desde cedo, o pangolim foi apresentado como o principal suspeito pela transmissão do vírus SARS-CoV-2 aos seres humanos.

As provas, a existirem, eram meramente circunstanciais ou até forjadas. Os testes iniciais, segundo os quais o vírus responsável pela pandemia tinha sido encontrado em pangolins, estavam errados.

O sequenciamento genético do vírus presente nos pangolins revelou que ele partilhava com o vírus registrado no ser humano apenas 90,3% do DNA, e só um valor de 99,8% permite afirmar com segurança que as mutações estão relacionadas. Parece óbvio que era preciso encontrar um culpado, e o pangolim estava no lugar errado à hora errada.

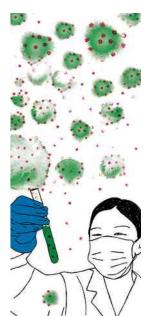
Um relatório do FBI diz que a pandemia surgiu, provavelmente, de um vazamento de um laboratório chinês.

Mas eu recordo, senhoras e senhores, que entre fevereiro e maio de 2021 o Facebook ordenou que fossem banidos todos os posts que pusessem a hipótese de a Covid-19 ter resultado de uma fuga laboratorial.

Ao longo de três meses, o sr. Zuckerberg decidiu o que era verdade e mentira, esforçando-se para apagar opiniões que pudessem ser favoráveis ao meu constituinte.

Em fevereiro, a hipótese da inocência do pangolim era uma teoria da conspiração falsa e nociva. Em maio, já tinha se tornado uma ideia que merecia ser discutida. Agora é entendida não só como plausível, mas até como provável por organismos governamentais. Mas quem devolve ao pangolim o seu prestígio original? Quem que irá reparar os danos que a sua honorabilidade sofreu?

Está nas vossas mãos corrigir uma injustiça e impedir que isto volte a acontecer. Hoje foi o pangolim, amanhã pode ser o tamanduá.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série traz a trama real de um 'Robin Hood' mexicano que peitou os EUA

A Cabeça de Joaquín Murrieta
Amazon Prime Video, 16 anos
Logo após a conquista de metade do território do México pelos Estados Unidos, na década de 1840, eis que emerge Joaquín Murrieta, uma espécie de Robin Hood mexicano disposto a retomar a Califórnia para seu país. Sua história real serve de base para esta série mexicana do gênero faroeste.

Programa Câmeras Escondidas
Canal @CâmerasEscondidasSBT no YouTube, grátis
Com um episódio especial gravado na CCXP 2022, em novembro do ano passado, chega ao final a segunda temporada do programa especializado em pegadinhas, um grande sucesso online.

Belchior – Apenas um Coração Selvagem
Curta!, 22h15, livre
Apesar de ter emplacado vários sucessos, o cearense Belchior levou uma vida reclusa e passou anos sem dar notícias, até morrer aos 71 anos. Seu legado é revisto no documentário de Camilo Cavalcanti e Natália Dias, que traz o próprio cantor e compositor comentando as diversas fases de sua carreira.

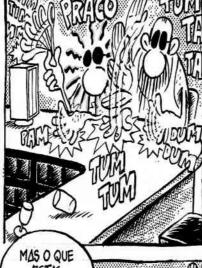
3 Teresas
Cultura, 22h, 16 anos
A trama gira em torno de três mulheres do mesmo nome e da mesma família, mas de gerações diferentes, que vivem sob o mesmo teto. Com Denise Fraga, Cláudia Mello e Manoela Aliperti.

Câmera Record
Record, 23h, livre
Roberto Cabrini entrevista Celso Edgar da Silva, soldado que se entregou à polícia depois de atear fogo e matar Fabrício Alves de Araújo por causa de R$ 150.

Canal Livre
Band, 0h, livre
Bernard Appy, secretário especial para reforma tributária, fala sobre o projeto de lei que pretende simplificar nossos impostos, do qual é um dos idealizadores.

Stratton – Forças Especiais
Globo, 0h40, 14 anos
Desmoralizado depois que uma operação secreta no Irã deu errado, um espião britânico é escalado para capturar um terrorista russo que ameaça usar armas químicas. Com Dominic Cooper.

MEMORABILIA

Wood & Stock

ANGELI

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, **Laerte**

Só 11% do conteúdo do streaming é do Brasil, diz Ancine

SÃO PAULO Os catálogos dos principais serviços de streaming do país têm poucas obras brasileiras em comparação com estrangeiras.

É o que diz a pesquisa "Panorama do Mercado de Vídeo por Demanda no Brasil", elaborada pela Ancine, a Agência Nacional do Cinema. Ela constata que nacionais são 11% do conteúdo.

Netflix e Prime Video têm 5% e 5,7% de nacionais, respectivamente, e o Box Brazil Play (80%) e Globoplay (28,3%) são os com mais.

Ao todo, são 59 plataformas no país, o que faz do Brasil líder em oferta de streaming entre os 20 países latino-americanos analisados pelo estudo.

Folha faz debate de filme sobre a não monogamia

SÃO PAULO Nesta segunda-feira, dia 6, a **Folha** promove exibição e debate sobre o filme "A Porta ao Lado". O evento acontece no Espaço Itaú Augusta, às 19h, e a entrada é gratuita.

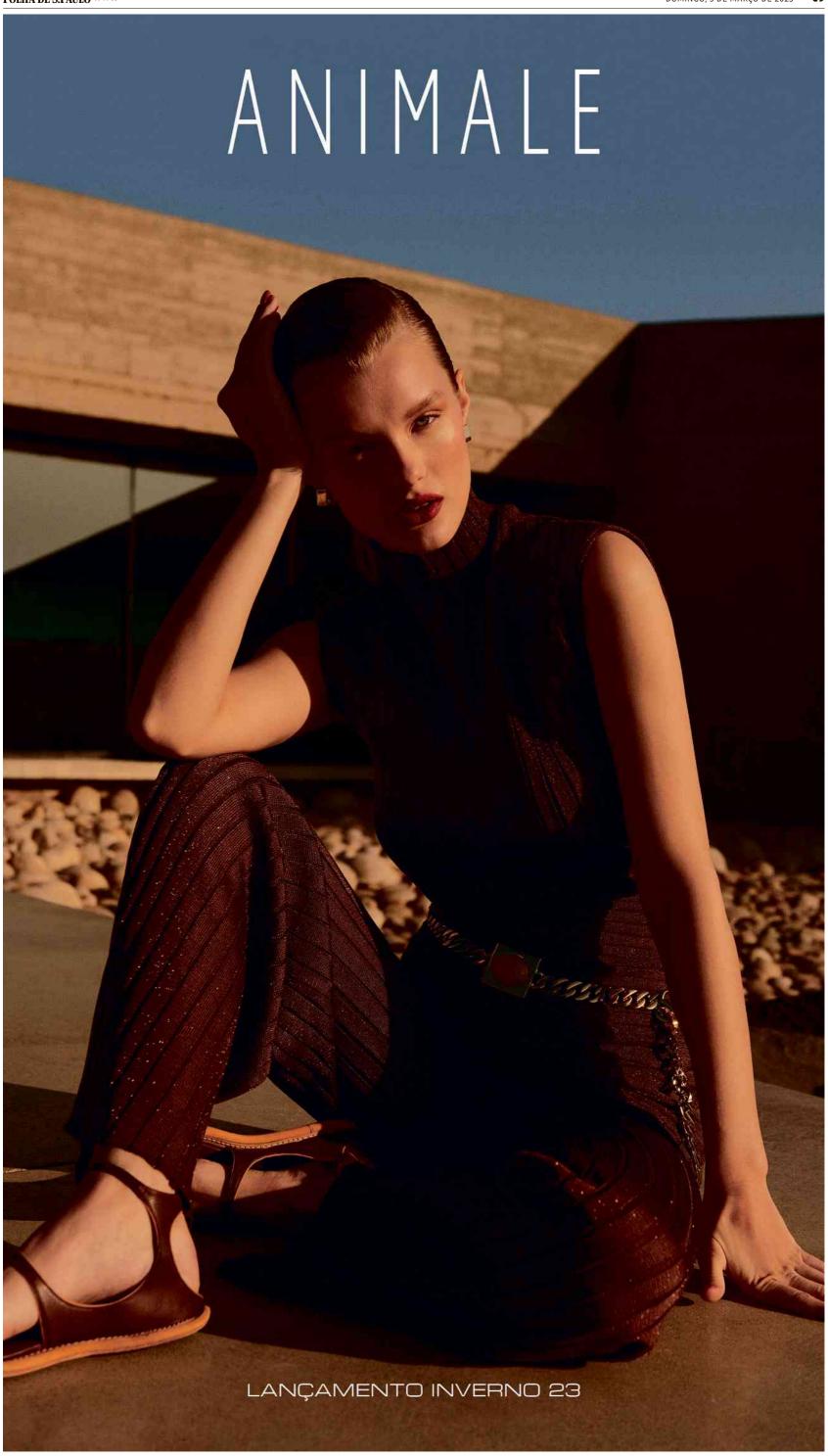
O enredo trata de não monogamia e prazer feminino a partir de uma mulher que questiona o casamento após conhecer os vizinhos, que têm relação aberta. A estreia é no dia 9.

Mediado por Victoria Damasceno, editora de Equilíbrio da **Folha**, a mesa conta com a diretora do filme, Julia Rezende, a produtora Mariza Leão e Bárbara Paz. Os ingressos serão distribuídos com uma hora de antecedência.

Geovani Martins discute seu livro em encontro da Folha

SÃO PAULO O Encontro de Leituras, evento online promovido pela **Folha** e pelo jornal português Público, recebe em março o escritor carioca Geovani Martins, autor do romance "Via Ápia". O livro será discutido na sessão que acontecerá no dia 14, a partir das 19h de Brasília (22h de Lisboa).

A obra, publicada no Brasil pela Companhia das Letras, acompanha o cotidiano da Rocinha durante a instalação da UPP, Unidade de Política Pacificadora, na Rocinha, ocorrida em 2011.

O debate com o autor acontece via Zoom, na reunião de número 820 7497 2849. A senha de acesso é 538972. A participação é aberta e gratuita a todas as pessoas interessadas.

A origem dos outros

Racismo não vem de cor da pele, mas de projeto de desumanização

Itamar Vieira Junior
Geógrafo e escritor, autor de 'Torto Arado'

Nos últimos dias, o discurso xenófobo e racista proferido pelo vereador de Caxias do Sul (RS) Sandro Fantinel recordou-me os ensaios de dois grandes autores negros do século 20: Toni Morrison e James Baldwin. São reflexões sobre o embrião do racismo, de onde parte e o que há por trás do preconceito baseado na diversidade de origem, cor e fenótipo, mesmo sabendo que a diferença é uma singularidade da espécie humana.

Em "Romantizando a escravidão", Morrison conta que, quando criança, recebeu em casa a visita de sua bisavó, matriarca da família que gozava de prestígio por ser parteira de uma comunidade. Ao olhar para a futura escritora e a irmã que brincavam no chão de casa, Millicent MacTeer apontou a bengala para as duas e disse: "Essas crianças foram adulteradas".

Elas não eram capazes de compreender o significado daquela expressão, mas a mãe de Morrison protestou veementemente, sem que o mal-estar fosse desfeito. Anos mais tarde, Morrison compreenderia o sentido daquelas palavras: a bisavó, uma mulher de pele negra e retinta, afirmava que as netas de pele mais clara não eram "puras".

Foi dessa maneira que Toni Morrison aprendeu ainda muito cedo que as diferenças podem se tornar fontes de uma inferioridade proveniente do fato de ser o outro. Na coletânea "A Origem dos Outros", Morrison se vale da literatura para refletir o que torna a diferença singular de homens e mulheres em muros, que por vezes podem se tornar intransponíveis. No caso do racismo, o muro confina a cor da pele numa categoria que inferioriza e é sinônimo de subalternidade.

Morrison chama esse fenômeno, de fazer da diferença um fator de divisão, de "outremização" (do inglês "otherness"). Se o outro do branco seria o não branco, o outro do humano seria o não humano e, portanto, um ser inferior.

Humanos foram racializados não por serem compreendidos como diversos, mas para atender a projetos de poder que dependiam da "outremização", ou seja, do subjugo, da exploração do trabalho, da violência que nos desumaniza.

Morrison escreve que "a tendência de os humanos separar aqueles que não pertencem ao nosso clã e julgá-los como inimigos a serem controlados é longa e ocorre desde os primórdios da humanidade".

Nesse sentido, raça nada mais é que uma convenção social, já que não há justificativa científica para revelar uma subcategoria de nossa espécie. Morrison avança escrevendo que o conceito de raça, criado pelos opressores, "tem sido um parâmetro de diferenciação constante, assim como a riqueza, a classe e o gênero, todos relacionados ao poder e à necessidade de controle".

Um ensaio de James Baldwin que reflete sobre a origem do racismo é "Um estranho na aldeia", disponível no livro "Notas de um Filho Nativo".

Ali, Baldwin relata uma temporada num vilarejo da Suíça. Num lugar onde só havia pessoas brancas, nos idos dos anos 1960, ele contempla a surpresa dos habitantes ao conhecerem-no. A observação afiada de Baldwin revela um misto de ingenuidade dos locais —que lhe tocavam o cabelo e a pele, "espantando-se ao ver que a cor dela não saía"— e de racismo igualmente doloroso, ainda que fomentado por um contato de estranhamento prévio, não como a consciência racial dos Estados Unidos segregado, onde ele nasceu.

Se, neste local, Baldwin viveu a experiência primeva da "outremização", o estranhamento, ele também destacou que ser reconhecido como estranho pode revelar um projeto de poder, em que o diferente nunca será familiar, ou seja, jamais será reconhecido pelo que se compartilha mutuamente. Ou ainda, perversamente, o familiar pode servir para legitimar a subalternidade do diferente.

Desconstruir a ideia do outro é impossível, mas podemos subverter o senso que impera e serve apenas à lógica da subalternização e da perpetuação do poder.

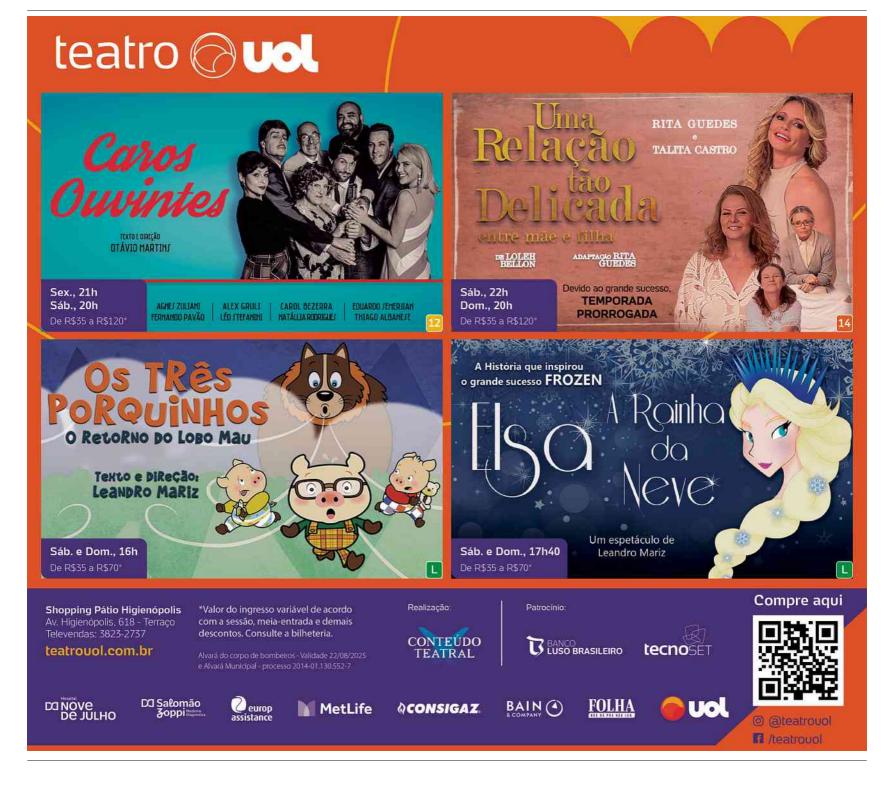
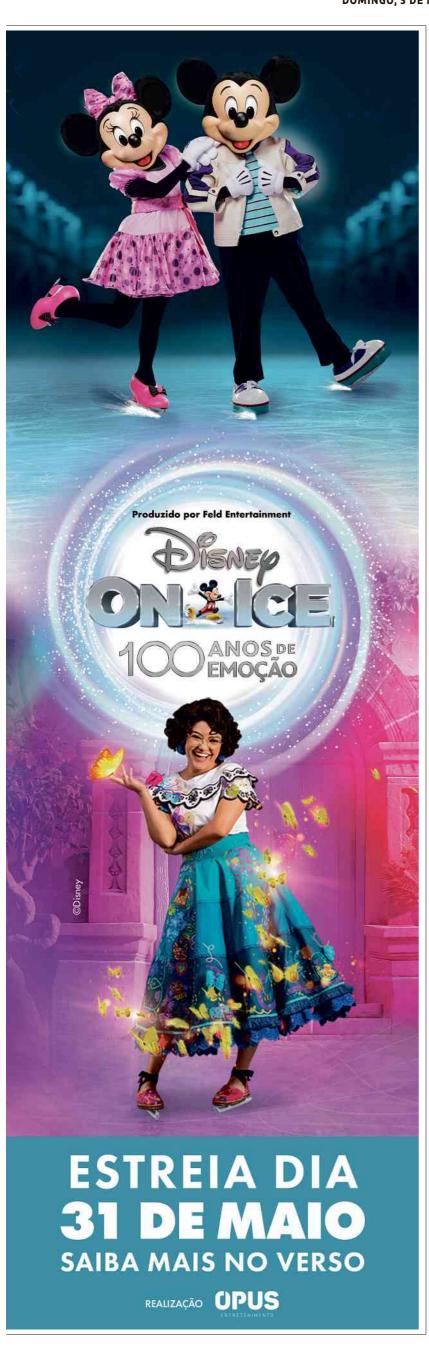
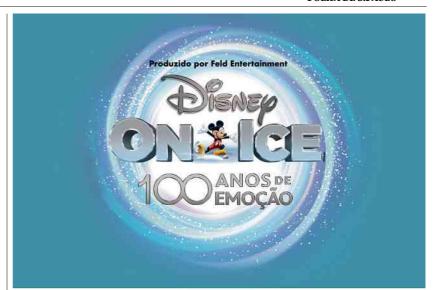
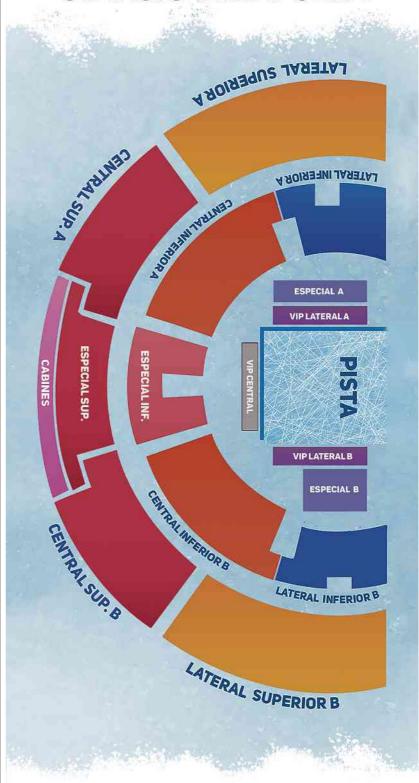
Para tanto, Morrison faz uma defesa enfática da arte, em especial da literatura, que é capaz de nos possibilitar uma subversão de valores onde a experiência humana pode transpor os muros das diferenças.

> [...]
> Desconstruir a ideia do outro é impossível, mas podemos subverter o senso que impera e serve apenas à lógica da subalternização e da perpetuação do poder

Ela escreve: "A ficção narrativa proporciona uma selva controlada, uma oportunidade de ser e se tornar o Outro. O estrangeiro". A literatura pode ser um poderoso instrumento que nos permite reconhecer o que há de humano em todos nós, independentemente de nossas origens e diversidade.

Sobre as relações raciais de uma sociedade diversa, Baldwin conclui que só é possível superar o racismo compreendendo a teia de ambiguidades e paradoxos que existe não somente nas relações entre brancos e negros, mas em todos nós. Reconhece que a pacificação não será fácil, porque o mundo racializado estabelecido é "poderoso demais, autocomplacente demais, excessivamente dado a perpetrar humilhações e, acima de tudo, ignorante e inocente demais para que isso seja possível".

Consciente de que o ódio só consegue destruir a quem odeia, Baldwin recusava a aceitação de qualquer injustiça indicando o caminho do combate: "Essa luta começa, porém, no coração, e agora era responsabilidade minha manter meu coração livre do ódio e do desespero".

| **DOM.** Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, **Juliana de Albuquerque**, Glenn Greenwald

MAPA DOS SETORES
GINÁSIO IBIRAPUERA

INGRESSOS EM
UHUU.COM
DISNEYONICE DISNEYONICEBR

INFORME PUBLICITÁRIO

EXCLUSIVO: Família Madrigal usará seus poderes pela primeira vez na capital

Em 2023, Disney On Ice aterrisa em São Paulo com uma história inédita: ENCANTO.
Uma família que parece com a sua... Tem a tia mal humorada, a irmã prodígio, a prima que sabe tudo, a avó manda chuva e até o tio que foi embora e ninguém sabe do paradeiro.
Essas características constroem uma das histórias mais encantadoras já produzidas no universo Disney.
Os Madrigal irão calçar os patins para transportar você e sua família para o coração da Colômbia, quase que para dentro da Casita mágica. As portas estarão abertas e você vai conhecer de perto cada dom dessa super família.

Encanto estreia no "Disney On Ice - 100 Anos de Emoção".

Elsa, Anna e Olaf em uma grande aventura.

Um grande encontro no mar

Moana e Maui farão uma viagem épica pelo Pacífico em busca do coração de Te Fiti. Essa aventura irá conquistar seu coração. Um espetáculo que mistura inspiração, coragem e determinação.

Moana e Maui navegam pelo oceano em uma viagem incrível.

©Disney/Pixar

Alerta: Baixas temperaturas aumentam risco de nevasca em São Paulo

As irmãs Anna e Elsa estão prontas para uma aventura congelante na capital! A dupla que causou a maior nevasca de todos os tempos em Arendelle também confirmou presença na temporada de Disney On Ice 2023. E se você não gosta de frio e prefere dias quentinhos, é só separar um casaco já que até o boneco de neve apaixonado pelo verão estará por lá.
Disney On Ice 2023 - 100 Anos de Emoção começa em breve!

Uma estrutura extraordinária

Você sabia que a montagem completa de toda estrutura do espetáculo leva de 12 a 15 horas?
São usados14 caminhões para transportar todo o material e 4 ônibus para os artistas, equipe técnica e produção.

Para todos os públicos

É para todos os gostos; com herói e princesa, vilão e mocinho, em 2023 o Disney On Ice traz as mais variadas histórias. Aventuras congelantes, herói interestelar, mares sendo desbravados e claro, o casal que conquistou gerações: Mickey e Minnie Mouse.
Desse espetáculo ninguém sai sem lembrar de uma história que marcou sua infância. É uma verdadeira viagem no gelo.

Viagem dos sonhos: Comemore o centenário Disney com a gente

Não pode viajar agora?
"Disney On Ice - 100 Anos de Emoção" é uma verdadeira viagem no mundo Disney. Um pedacinho da festa aqui no Brasil.

Mistério: Brinquedos ganham vida

História de brinquedo?
Um enredo cheio de lições pra gente grande. Toy Story te guiará em aventuras extraordinárias, daquelas que só vivemos com os melhores amigos. Andy, Jessie, Woody e o capitão Buzz Lightyear estão prontos para uma nova jornada e dessa vez, no gelo!
Todos prontos? Ao infinito e além!

Jessie, Xerife Woody e Buzz Lightyear.

DISNEYONICE DISNEYONICEBR

REALIZAÇÃO OPUS ENTRETENIMENTO